Simone Helen Drumond Ischkanian
Sandro Garabed Ischkanian

# INCLUSÃO:

## ENSINE-ME DE MANEIRAS DIFERENTES, POIS ASSIM SOU CAPAZ DE APRENDER.

APRENDER É UM DIREITO. INCLUIR É UM COMPROMISSO.
TRANSFORMAR É POSSÍVEL.

# INCLUSÃO: ENSINE-ME DE MANEIRAS DIFERENTES, POIS ASSIM SOU CAPAZ DE APRENDER.

***Simone Helen Drumond Ischkanian***
***Sandro Garabed Ischkanian***

O presente estudo aborda a inclusão educacional como um princípio fundamental para a construção de uma educação democrática, equitativa e comprometida com o desenvolvimento integral de todos os estudantes, tendo como eixo central o tema *"Inclusão: Ensine-me de maneiras diferentes, pois assim sou capaz de aprender"***.** O trabalho apresenta uma reflexão sobre a necessidade de transformar as práticas pedagógicas, reconhecendo que cada criança possui características, potencialidades, ritmos, interesses e formas próprias de aprender, exigindo da escola metodologias diversificadas, acessíveis e inovadoras que favoreçam a participação, a permanência e o sucesso escolar. Defende-se que a inclusão vai além da matrícula do estudante na escola regular, constituindo-se em um compromisso ético, social e pedagógico voltado à eliminação das barreiras que dificultam a aprendizagem e a participação de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência intelectual, deficiência visual, deficiência física, altas habilidades/superdotação, transtornos específicos de aprendizagem e demais necessidades educacionais específicas. O estudo destaca a relevância do *Método de Portfólios Educacionais SHDI***,** desenvolvido por Simone Helen Drumond Ischkanian, como instrumento pedagógico de aprendizagens em diversos contextos da inclusão, respeitando as diferentes formas de aprender, de aprender a aprender e, principalmente, de aprender fazendo, constituindo-se em uma metodologia ativa capaz de promover experiências significativas e contextualizadas. O método organiza registros contínuos das aprendizagens, valoriza os conhecimentos prévios, estimula a autonomia, o protagonismo, a criatividade, a investigação, a resolução de problemas e o desenvolvimento das competências cognitivas, socioemocionais e funcionais dos estudantes. Além disso, configura-se como um recurso avaliativo, formativo e inclusivo capaz de acompanhar o percurso educacional de maneira contínua, permitindo ao professor identificar avanços, dificuldades, interesses, potencialidades e necessidades individuais, favorecendo intervenções pedagógicas mais eficazes e personalizadas. A pesquisa evidencia que ensinar de maneiras diferentes representa uma mudança de paradigma na educação contemporânea, deslocando o foco das limitações para as possibilidades de aprendizagem, respeitando os diferentes estilos cognitivos e promovendo práticas fundamentadas na acessibilidade curricular, no Desenho Universal para a Aprendizagem, na neuropsicopedagogia, nas metodologias ativas, nas tecnologias assistivas e nos recursos educacionais acessíveis. Ressalta-se que a aprendizagem torna-se mais significativa quando ocorre por meio da experimentação, da interação, do brincar, da investigação, da ludicidade e da construção coletiva do conhecimento, fortalecendo o desenvolvimento integral da criança. O estudo também evidencia a importância da formação inicial e continuada dos professores, da atuação colaborativa entre escola, família e equipes multiprofissionais, bem como da implementação de políticas públicas capazes de assegurar condições adequadas para a efetivação da educação inclusiva. Destaca-se que a diversidade constitui um elemento enriquecedor do ambiente escolar e que o respeito às diferenças fortalece valores como empatia, solidariedade, cooperação, cidadania e justiça social. Nesse contexto, compreende-se que a avaliação deve assumir um caráter processual, diagnóstico, reflexivo e humanizado, valorizando os avanços individuais e respeitando os tempos e modos de aprendizagem de cada estudante. Conclui-se que uma escola verdadeiramente inclusiva é aquela que reconhece as singularidades humanas como potencialidades educativas, promovendo ambientes acolhedores, acessíveis e inovadores, nos quais todos possam aprender, participar e desenvolver plenamente suas capacidades. A proposta *"Ensine-me de maneiras diferentes, pois assim sou capaz de aprender"* reafirma que a qualidade da educação está diretamente relacionada à capacidade da escola de oferecer oportunidades diversificadas de aprendizagem, assegurando o direito à educação para todos por meio de práticas pedagógicas inclusivas, sensíveis, criativas, investigativas e comprometidas com a valorização da diversidade humana.

**Palavras-chave:** Inclusão educacional; autismo; portfólios educacionais; aprendizagem significativa; educação inclusiva.

**http://autismosimonehelendrumond.blogspot.com/**

# INCLUSION: TEACH ME IN DIFFERENT WAYS, SO THAT I AM ABLE TO LEARN.

***Simone Helen Drumond Ischkanian***
***Sandro Garabed Ischkanian***

This study addresses educational inclusion as a fundamental principle for building a democratic, equitable, and inclusive educational system committed to the holistic development of all learners. Its central theme is *"Inclusion: Teach Me in Different Ways, So That I Am Able to Learn."* The study reflects on the need to transform pedagogical practices by recognizing that every child possesses unique characteristics, abilities, learning rhythms, interests, and individual ways of learning. Consequently, schools are encouraged to adopt diversified, accessible, and innovative teaching methodologies that promote participation, permanence, and academic success for every student. Educational inclusion is understood as extending far beyond enrollment in mainstream schools, representing an ethical, social, and pedagogical commitment aimed at removing barriers that hinder the learning and participation of children with Autism Spectrum Disorder (ASD), intellectual disabilities, visual impairments, physical disabilities, giftedness and high abilities, specific learning disorders, and other special educational needs. The study highlights the relevance of the *SHDI Educational Portfolio Method***,** developed by *Simone Helen Drumond Ischkanian***,** as a pedagogical tool that promotes learning in diverse inclusive educational contexts while respecting different ways of learning, learning how to learn, and, above all, learning by doing. The method is characterized as an active learning approach that fosters meaningful and contextualized educational experiences. It systematically documents students' learning processes, values prior knowledge, encourages autonomy, protagonism, creativity, inquiry, problem-solving, and supports the development of cognitive, socio-emotional, and functional competencies. Furthermore, it serves as a formative, continuous, and inclusive assessment resource that enables teachers to monitor students' educational progress over time, identify achievements, challenges, interests, strengths, and individual needs, and implement more effective and personalized pedagogical interventions. The research demonstrates that teaching in different ways represents a paradigm shift in contemporary education by moving the focus from students' limitations to their learning potential. It promotes educational practices grounded in curriculum accessibility, Universal Design for Learning (UDL), neuropsychopedagogy, active learning methodologies, assistive technologies, and accessible educational resources. The study also emphasizes that learning becomes more meaningful when it occurs through experimentation, interaction, play, inquiry, creativity, and collaborative knowledge construction, thereby strengthening children's holistic development. Moreover, it highlights the importance of initial and continuing teacher education, collaborative partnerships among schools, families, and multidisciplinary teams, as well as the implementation of public policies that ensure appropriate conditions for effective inclusive education. Diversity is recognized as an enriching element of the school environment, while respect for differences strengthens values such as empathy, solidarity, cooperation, citizenship, and social justice. Within this perspective, assessment is understood as a continuous, diagnostic, reflective, and human-centered process that values individual progress while respecting each student's learning pace and style. The study concludes that a truly inclusive school is one that recognizes human diversity as an educational asset, creating welcoming, accessible, and innovative learning environments in which all students can participate, learn, and fully develop their potential. Finally, the proposal *"Teach Me in Different Ways, So That I Am Able to Learn"* reaffirms that educational quality is directly associated with schools' capacity to provide diverse learning opportunities, ensuring every learner's right to education through inclusive, sensitive, creative, investigative, and diversity-oriented pedagogical practices.

**Keywords:** Educational inclusion; autism; educational portfolios; meaningful learning; inclusive education.

**http://autismosimonehelendrumond.blogspot.com/**

# INCLUSIÓN: ENSÉÑAME DE MANERAS DIFERENTES, PORQUE ASÍ SOY CAPAZ DE APRENDER.

***Simone Helen Drumond Ischkanian***
***Sandro Garabed Ischkanian***

El presente estudio aborda la inclusión educativa como un principio fundamental para la construcción de una educación democrática, equitativa y comprometida con el desarrollo integral de todos los estudiantes, teniendo como eje central el tema *"Inclusión: Enséñame de maneras diferentes, porque así soy capaz de aprender"*. El trabajo presenta una reflexión sobre la necesidad de transformar las prácticas pedagógicas, reconociendo que cada niño posee características, potencialidades, ritmos, intereses y formas propias de aprender, lo que exige que la escuela adopte metodologías diversificadas, accesibles e innovadoras que favorezcan la participación, la permanencia y el éxito escolar. Se sostiene que la inclusión va más allá de la matrícula del estudiante en la escuela regular, constituyéndose en un compromiso ético, social y pedagógico orientado a eliminar las barreras que dificultan el aprendizaje y la participación de niños con Trastorno del Espectro Autista (TEA), discapacidad intelectual, discapacidad visual, discapacidad física, altas capacidades/superdotación, trastornos específicos del aprendizaje y otras necesidades educativas específicas. El estudio destaca la relevancia del *Método de Portafolios Educativos SHDI***,** desarrollado por *Simone Helen Drumond Ischkanian***,** como una herramienta pedagógica para el aprendizaje en diversos contextos de inclusión, respetando las diferentes formas de aprender, de aprender a aprender y, principalmente, de aprender haciendo, constituyéndose en una metodología activa capaz de promover experiencias de aprendizaje significativas y contextualizadas. El método organiza registros continuos del aprendizaje, valora los conocimientos previos, estimula la autonomía, el protagonismo, la creatividad, la investigación, la resolución de problemas y el desarrollo de las competencias cognitivas, socioemocionales y funcionales de los estudiantes. Además, se configura como un recurso de evaluación formativa, continua e inclusiva que permite acompañar el recorrido educativo de los alumnos, posibilitando que el docente identifique avances, dificultades, intereses, potencialidades y necesidades individuales, favoreciendo intervenciones pedagógicas más eficaces y personalizadas. La investigación demuestra que enseñar de maneras diferentes representa un cambio de paradigma en la educación contemporánea, desplazando el enfoque desde las limitaciones hacia las posibilidades de aprendizaje de cada estudiante, mediante prácticas fundamentadas en la accesibilidad curricular, el Diseño Universal para el Aprendizaje (DUA), la neuropsicopedagogía, las metodologías activas, las tecnologías de apoyo y los recursos educativos accesibles. Asimismo, se destaca que el aprendizaje se vuelve más significativo cuando ocurre a través de la experimentación, la interacción, el juego, la investigación, la creatividad y la construcción colectiva del conocimiento, fortaleciendo el desarrollo integral del niño. El estudio también resalta la importancia de la formación inicial y continua del profesorado, del trabajo colaborativo entre la escuela, la familia y los equipos multidisciplinarios, así como de la implementación de políticas públicas que garanticen condiciones adecuadas para la efectividad de la educación inclusiva. Se enfatiza que la diversidad constituye un elemento enriquecedor del entorno escolar y que el respeto por las diferencias fortalece valores como la empatía, la solidaridad, la cooperación, la ciudadanía y la justicia social. En este contexto, se comprende que la evaluación debe asumir un carácter procesual, diagnóstico, reflexivo y humanizado, valorando los avances individuales y respetando los tiempos y las formas de aprendizaje de cada estudiante. Se concluye que una escuela verdaderamente inclusiva es aquella que reconoce las singularidades humanas como potencialidades educativas, promoviendo ambientes acogedores, accesibles e innovadores donde todos puedan aprender, participar y desarrollar plenamente sus capacidades. Finalmente, la propuesta *"Enséñame de maneras diferentes, porque así soy capaz de aprender"* reafirma que la calidad de la educación está directamente relacionada con la capacidad de la escuela para ofrecer oportunidades diversificadas de aprendizaje, garantizando el derecho a la educación para todos mediante prácticas pedagógicas inclusivas, sensibles, creativas, investigativas y comprometidas con la valoración de la diversidad humana.

**Palabras clave:** Inclusión educativa; autismo; portafolios educativos; aprendizaje significativo; educación inclusiva.

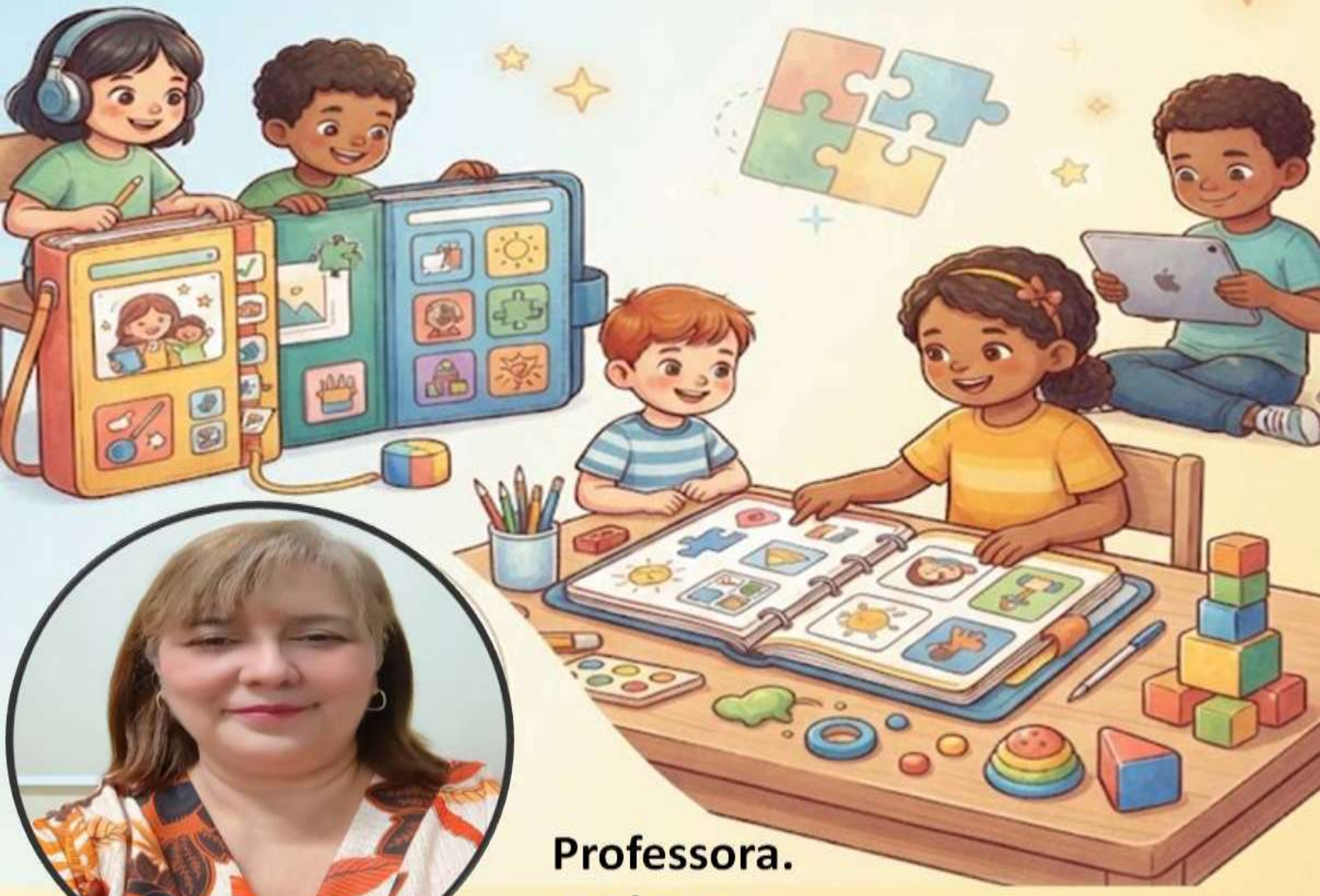
**http://autismosimonehelendrumond.blogspot.com/**

CLUBE DE PESQUISADORES E AUTORES
ONDE A CIÊNCIA SE TORNA ESCRITA E O CONHECIMENTO GANHA VOZ.

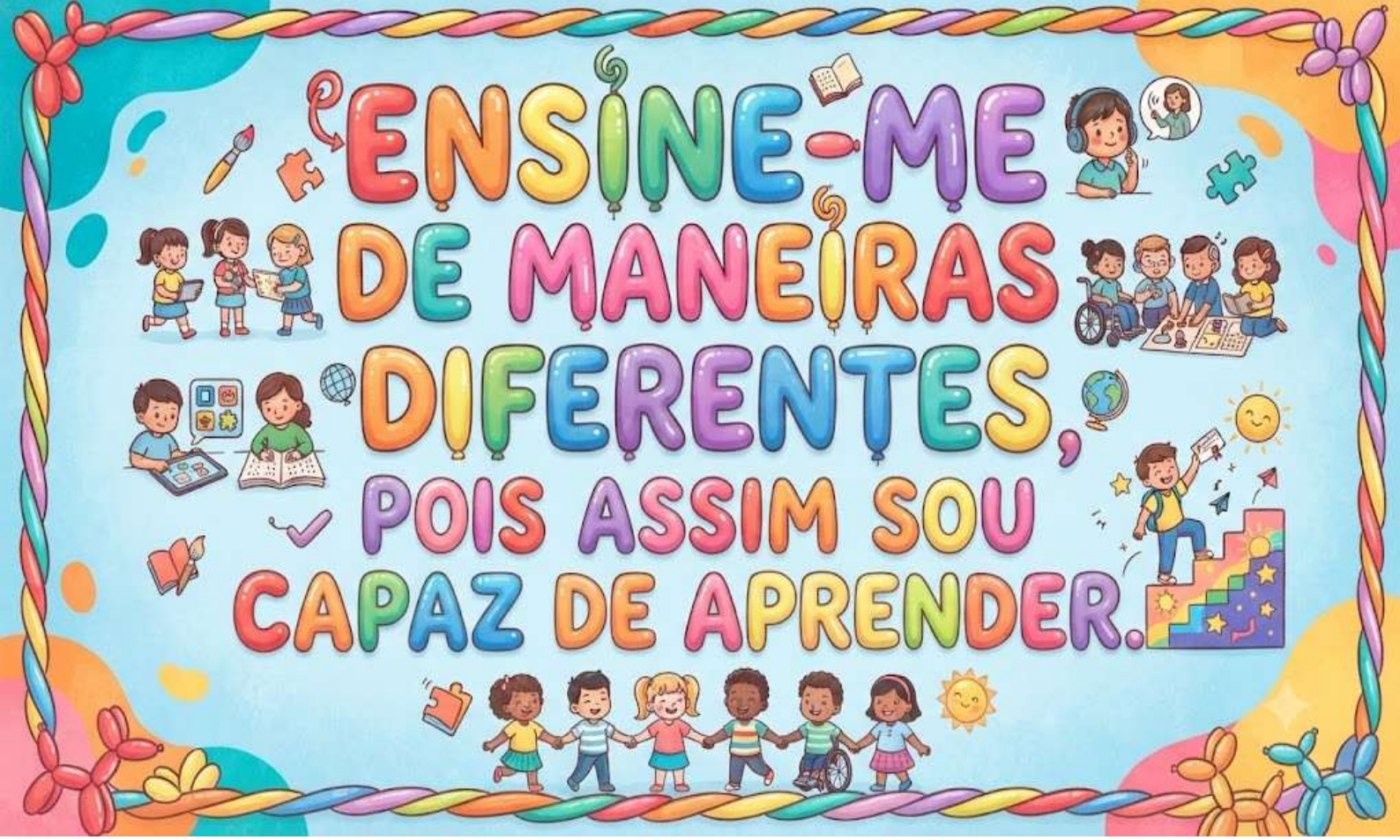
http://autismosimonehelendrumond.blogspot.com/

# MÉTODO DE PORTFÓLIOS EDUCACIONAIS SHDI
## (INCLUSÃO - AUTISMO E EDUCAÇÃO)

# APRENDER DE DIFERENTES MANEIRAS COM AFETO E COMPREENSÃO. O CAMINHO PARA TODOS.



**Professora.**
**Pedagoga.**
**Acadêmica de Direito.**
**Mestra em Ciências da Educação.**
**Mestranda em Psicanálise da Educação.**
**Doutora em Ciências da Educação.**




# INCLUSÃO: ENSINE-ME DE MANEIRAS DIFERENTES, POIS ASSIM SOU CAPAZ DE APRENDER.

***Simone Helen Drumond Ischkanian***
***Sandro Garabed Ischkanian***

## 1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva consolidou-se como um dos mais expressivos movimentos de transformação das políticas educacionais contemporâneas, deslocando o debate pedagógico de uma perspectiva centrada na deficiência para outra fundamentada na diversidade humana, na equidade e no reconhecimento das múltiplas formas de aprender. Esse deslocamento representa uma mudança epistemológica que questiona modelos homogêneos de ensino e propõe novas formas de organização curricular, avaliação e mediação do conhecimento. A *Declaração de Salamanca* inaugurou um marco internacional ao afirmar que os sistemas educacionais devem acolher todos os estudantes independentemente de suas características pessoais, sociais, culturais ou cognitivas (UNESCO, 1994). Estudos posteriores aprofundaram esse entendimento ao demonstrar que a inclusão constitui um processo permanente de reconstrução das culturas, políticas e práticas escolares, exigindo reorganização institucional, compromisso ético e produção contínua de conhecimentos pedagógicos (Ainscow, 2005; Ainscow; César, 2006). A expressão *"Ensine-me de maneiras diferentes, pois assim sou capaz de aprender"* sintetiza uma concepção educacional que desloca a responsabilidade da adaptação exclusivamente do

estudante para a construção de ambientes de aprendizagem suficientemente flexíveis para responder às singularidades presentes em cada contexto educativo.

A compreensão da diversidade como patrimônio pedagógico rompe interpretações reducionistas que associam diferenças exclusivamente às limitações funcionais ou diagnósticos clínicos. Sob essa perspectiva, aprender deixa de ser entendido como percurso uniforme para assumir características processuais, dinâmicas e profundamente influenciadas pelas interações estabelecidas entre sujeitos, cultura, linguagem e experiências de vida. Kiuppis (2014) demonstra que a evolução histórica do conceito de inclusão ultrapassa os limites da educação especial, alcançando uma concepção ampla de justiça educacional comprometida com a participação efetiva de todos os estudantes. Graham et al. (2023) evidenciam que a produção científica internacional tem direcionado crescente atenção para modelos capazes de eliminar barreiras estruturais ao invés de concentrar esforços exclusivamente nas condições individuais dos educandos, fortalecendo uma perspectiva que valoriza direitos humanos, acessibilidade e participação social como fundamentos inseparáveis da qualidade educacional.

No cenário brasileiro, os avanços normativos conferiram à inclusão posição central nas políticas públicas educacionais, transformando princípios internacionais em garantias jurídicas vinculadas aos direitos fundamentais. A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece a educação como direito social indispensável ao exercício da cidadania, atribuindo ao Estado e à família responsabilidades compartilhadas pela promoção do desenvolvimento pleno da pessoa (Brasil, 1988). A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva ampliou esse entendimento ao reconhecer que a escolarização deve ocorrer em ambientes comuns de ensino, assegurando recursos de acessibilidade, atendimento educacional especializado e práticas pedagógicas capazes de favorecer a aprendizagem de todos os estudantes (Brasil, 2008). Complementando esse conjunto normativo, a Lei Brasileira de Inclusão reafirma que nenhuma condição física, intelectual, sensorial ou comunicacional pode justificar restrições ao direito de aprender em igualdade de oportunidades.

A consolidação dos direitos educacionais, embora represente importante conquista jurídica, não elimina os desafios cotidianos enfrentados pelas instituições escolares diante da crescente complexidade dos processos de ensino (Ischkanian, 2024; Ischkanian, 2025). Persistem obstáculos relacionados à formação docente, à organização curricular, às práticas avaliativas e à disponibilidade de recursos pedagógicos acessíveis. Carvalho et al. (2023) defendem que a incorporação das tecnologias educacionais amplia significativamente as possibilidades de personalização das experiências de aprendizagem, permitindo que diferentes linguagens, mídias e recursos digitais contribuam para a participação ativa dos estudantes. Reflexões desenvolvidas por Ischkanian, Pereira, Ivanicka e Rocha (2024) reforçam que inovação pedagógica não se limita à incorporação de equipamentos tecnológicos, mas envolve

a reorganização intencional das práticas docentes, favorecendo percursos educativos sensíveis às necessidades individuais sem perder de vista os objetivos coletivos da formação escolar.

Entre as contribuições contemporâneas destinadas ao fortalecimento da educação inclusiva destaca-se o *Método de Portfólios Educacionais SHDI***,** concebido por Simone Helen Drumond Ischkanian, cuja proposta metodológica desloca o eixo avaliativo da simples verificação de resultados para o acompanhamento permanente das trajetórias de aprendizagem. Ischkanian e Ischkanian (2022) demonstram que o portfólio constitui instrumento capaz de registrar evidências do desenvolvimento cognitivo, socioemocional, comunicacional e funcional dos estudantes, oferecendo ao professor informações consistentes para reorganizar intervenções pedagógicas segundo necessidades concretas observadas ao longo do processo educativo. Publicações posteriores ampliam essa compreensão ao apresentar o método como estratégia articuladora entre planejamento, avaliação, acessibilidade curricular e protagonismo estudantil, favorecendo processos formativos compatíveis com os princípios da educação inclusiva.

O princípio de ensinar de maneiras diferentes transcende adaptações pontuais destinadas apenas aos estudantes público-alvo da educação especial. Trata-se de reconhecer que toda sala de aula abriga sujeitos portadores de histórias, repertórios culturais, formas de raciocínio, estilos cognitivos e experiências afetivas profundamente distintas. Pesquisas desenvolvidas por Ischkanian et al. (2015) evidenciam que processos de aprendizagem tornam-se significativamente mais consistentes quando as estratégias didáticas incorporam experiências concretas, ludicidade, mediação colaborativa, resolução de problemas e construção progressiva da autonomia intelectual. Estudos posteriores dedicados ao desenvolvimento dos portfólios educacionais demonstram que aprender fazendo favorece não apenas o domínio de conteúdos escolares, mas igualmente o fortalecimento das competências socioemocionais, da autoestima e da capacidade reflexiva dos estudantes.

A complexidade da inclusão exige permanente diálogo entre produção científica, políticas públicas e experiências pedagógicas concretas desenvolvidas nas instituições de ensino. A pesquisa educacional contemporânea tem ampliado significativamente os métodos empregados para compreender fenômenos relacionados à aprendizagem, à diversidade e às práticas inclusivas. Creswell (2021) destaca que abordagens qualitativas, quantitativas e de métodos mistos oferecem perspectivas complementares para investigar problemas educacionais complexos, permitindo análises mais abrangentes sobre processos de ensino e aprendizagem. Galvão e Ricarte (2019), Page et al. (2021), Morales (2022) e Narciso e Santana (2025) demonstram que revisões sistemáticas e procedimentos metodológicos rigorosos fortalecem a produção científica ao reunir evidências capazes de orientar decisões pedagógicas fundamentadas em conhecimento confiável.

O desenvolvimento de uma cultura escolar comprometida com a inclusão demanda uma mudança profunda nas concepções de infância, aprendizagem, desenvolvimento humano e avaliação, rompendo com perspectivas tradicionais que compreendem os estudantes a partir de padrões rígidos de desempenho e comportamento (Ischkanian; Cabral; Silva et al., 2022). Essa transformação implica reconhecer que cada criança e adolescente possui uma trajetória própria, marcada por experiências familiares, sociais, culturais e cognitivas singulares, que influenciam suas formas de aprender, interagir e construir conhecimentos. A escola inclusiva não se limita à inserção física dos estudantes nos espaços educativos, mas assume o compromisso de garantir condições efetivas de participação, pertencimento e aprendizagem significativa para todos.

O método de portfólios do Projeto: Autismo e Educação, evidência novas técnicas pedagógicas que possibilita o desenvolvimento de habilidades!
Projeto: Autismo e Educação = Habilidades para o hoje!
Projeto: Autismo e Educação = Habilidades para o futuro!

Cada estudante representa uma combinação singular de experiências, potencialidades, interesses e possibilidades que desafiam modelos pedagógicos uniformizadores historicamente consolidados. Considerar essa diversidade exige superar práticas baseadas na homogeneização dos processos de ensino e aprendizagem, valorizando estratégias pedagógicas flexíveis, acessíveis e sensíveis às diferentes necessidades dos sujeitos. Reconhecer a pluralidade humana significa compreender que ensinar corresponde a criar oportunidades para que diferentes trajetórias de aprendizagem encontrem condições favoráveis ao florescimento intelectual, emocional, social e cultural, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes e fortalecendo sua autonomia, identidade e participação no ambiente escolar.

Sob essa perspectiva, a presente investigação propõe discutir a inclusão como fundamento estruturante da prática educativa contemporânea, analisando referenciais teóricos, políticas públicas e contribuições do Método de Portfólios Educacionais SHDI para a construção de ambientes pedagógicos capazes de transformar diferenças em possibilidades permanentes de aprendizagem, desenvolvimento humano e participação social. A adoção de

práticas avaliativas mais inclusivas, baseadas no acompanhamento contínuo dos percursos individuais, permite compreender o estudante em sua integralidade, valorizando avanços, potencialidades e formas diversas de expressão do conhecimento. A inclusão passa a ser entendida não apenas como uma diretriz educacional, mas como um princípio ético e pedagógico que orienta a construção de uma escola democrática, equitativa e comprometida com a valorização da diversidade.

## 2. DESENVOLVIMENTO

A educação inclusiva constitui um campo de reflexão e transformação que ultrapassa a simples inserção física de estudantes em espaços escolares comuns, pois envolve a reconstrução das práticas pedagógicas, das relações humanas e dos modos de compreender a aprendizagem. A UNESCO (1994), por meio da Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais, estabeleceu que os sistemas educacionais devem organizar respostas capazes de atender à diversidade dos sujeitos, reconhecendo que cada estudante possui trajetórias, potencialidades e formas singulares de apropriação do conhecimento. Essa perspectiva desloca o foco da limitação individual para a responsabilidade coletiva da escola, exigindo que professores, gestores e comunidades educativas desenvolvam estratégias flexíveis e sensíveis às múltiplas maneiras de aprender. Ensinar de diferentes formas representa reconhecer que a aprendizagem humana não segue uma única rota, sendo construída por experiências cognitivas, afetivas, sociais e culturais que precisam ser valorizadas no cotidiano escolar.

A compreensão da inclusão como princípio educativo demanda uma mudança profunda na concepção tradicional de ensino, frequentemente baseada na homogeneização das turmas e na expectativa de que todos aprendam pelo mesmo caminho. Segundo Ainscow (2005), o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos depende da identificação e superação das barreiras presentes nas culturas, políticas e práticas escolares, uma vez que a exclusão pode ocorrer mesmo dentro de ambientes formalmente abertos a todos. A escola inclusiva não se limita a receber estudantes com diferentes necessidades, mas reorganiza seus processos para que cada pessoa encontre possibilidades reais de participação. Essa reorganização implica abandonar modelos centrados exclusivamente na transmissão de conteúdos e construir ambientes nos quais recursos visuais, experiências práticas, tecnologias, linguagens alternativas e mediações diferenciadas sejam compreendidos como instrumentos legítimos de aprendizagem.

A diversidade presente nas salas de aula revela que aprender é um processo complexo, marcado por diferentes ritmos, interesses, capacidades e formas de interação com o conhecimento. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, elaborada pela

Organização das Nações Unidas (ONU, 2006), reforça que a educação deve assegurar participação plena, igualdade de oportunidades e eliminação das barreiras que impedem o desenvolvimento das pessoas com deficiência. Essa compreensão amplia o significado de acessibilidade, pois não se restringe às adaptações arquitetônicas, alcançando também os materiais didáticos, as metodologias, os sistemas avaliativos e as relações estabelecidas entre educadores e estudantes. Uma prática pedagógica verdadeiramente inclusiva compreende que modificar estratégias não representa reduzir expectativas, mas criar caminhos diversificados para que todos possam alcançar objetivos educacionais significativos.

AUTISMO E EDUCAÇÃO:
Ensina-me de diferente maneiras,
pois assim, eu posso aprender!
Simone Helen Drumond Ischkanian
A educação para o desenvolvimento de habilidades de uma pessoa autista, é muito mais do que os olhos podem ver!

A frase "ensine-me de maneiras diferentes, pois assim sou capaz de aprender" expressa uma reivindicação pedagógica fundamentada na valorização das singularidades humanas. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) destaca a necessidade de práticas educacionais que considerem as especificidades dos estudantes e promovam condições para sua participação efetiva no processo escolar. Essa orientação rompe com uma visão limitada que atribui ao estudante a responsabilidade exclusiva por suas dificuldades, evidenciando que muitas barreiras são produzidas por métodos pouco flexíveis e por ambientes que não reconhecem diferentes formas de expressão do pensamento. Quando a escola amplia seus recursos metodológicos, transforma também sua capacidade de acolher diferentes modos de raciocínio, comunicação e construção de autonomia.

O planejamento pedagógico inclusivo requer observação constante, investigação das necessidades educacionais e criação de estratégias capazes de favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes. Creswell (2021) ressalta que a pesquisa e a investigação sistemática possibilitam compreender fenômenos educacionais em sua complexidade, permitindo interpretações mais fundamentadas sobre práticas e contextos de aprendizagem. No campo da inclusão, investigar significa observar o estudante além dos diagnósticos ou classificações, considerando seus interesses, habilidades emergentes, formas de interação e possibilidades de avanço. O professor pesquisador assume uma postura reflexiva, transformando a sala de aula em espaço de análise permanente, no qual cada resposta apresentada pelo estudante fornece informações para reorganizar intervenções futuras.

A construção de práticas inclusivas também envolve reconhecer que os recursos pedagógicos possuem papel decisivo na aproximação entre o estudante e o conhecimento. Ischkanian (2017) evidencia que o planejamento e a adaptação de materiais pedagógicos são elementos fundamentais para favorecer experiências de aprendizagem mais acessíveis, especialmente quando envolvem crianças com autismo, deficiência visual ou outras necessidades específicas. Os materiais não devem ser compreendidos como simples complementos das aulas, mas como mediadores que possibilitam novas formas de comunicação e participação. Recursos concretos, imagens, jogos, tecnologias digitais, portfólios e experiências sensoriais podem ampliar a compreensão de conceitos abstratos, respeitando diferentes formas de processamento cognitivo.

A utilização de estratégias variadas exige do educador uma visão ampliada sobre inteligência e aprendizagem, afastando-se de modelos que valorizam apenas determinadas competências acadêmicas. Gardner e outros estudiosos da cognição demonstraram que as capacidades humanas apresentam múltiplas manifestações, embora cada contexto escolar precise construir suas próprias interpretações fundamentadas sobre os processos cognitivos dos estudantes. Ischkanian et al. (2015) discutem que indivíduos com necessidades especiais podem apresentar avanços significativos quando encontram práticas pedagógicas adequadas às suas características e possibilidades. Essa abordagem evidencia que o potencial de aprendizagem não deve ser definido pelas dificuldades observadas inicialmente, mas pelas oportunidades oferecidas para desenvolvimento.

A avaliação escolar dentro de uma perspectiva inclusiva precisa abandonar práticas exclusivamente classificatórias e assumir uma função investigativa, acompanhando trajetórias individuais e identificando conquistas progressivas. Fávero e Centenaro (2019) apontam que pesquisas voltadas às políticas educacionais exigem análise cuidadosa dos documentos, das práticas institucionais e das condições concretas em que as propostas são implementadas. Essa compreensão também se aplica à avaliação, pois os registros escolares precisam revelar

processos, estratégias utilizadas e avanços construídos ao longo do percurso educativo. O método de portfólios educacionais, conforme apresentado por Ischkanian (2025), constitui uma possibilidade de acompanhar o desenvolvimento do estudante por meio de evidências diversificadas, valorizando produções, experiências e conquistas que muitas vezes não aparecem em instrumentos avaliativos tradicionais.

A perspectiva inclusiva exige compreender que cada estudante apresenta uma relação própria com o conhecimento, construída a partir de experiências anteriores, características pessoais, vínculos sociais e condições oferecidas pelo ambiente educativo. Ainscow e César (2006) afirmam que a educação inclusiva precisa ser compreendida como um movimento permanente de transformação das escolas, pois não se trata de alcançar um estado definitivo de inclusão, mas de desenvolver continuamente práticas que reduzam processos de exclusão. Essa ideia conduz a uma análise crítica das estruturas escolares, questionando modelos pedagógicos rígidos que privilegiam apenas determinados modos de participação. O reconhecimento das diferenças torna-se elemento impulsionador da inovação, pois a diversidade deixa de ser vista como obstáculo e passa a funcionar como fonte de enriquecimento coletivo.

A organização de experiências educativas diferenciadas depende da capacidade institucional de compreender que ensinar envolve múltiplas linguagens e formas de interação. Kiuppis (2014) problematiza a associação entre inclusão e deficiência, demonstrando que o conceito ultrapassa grupos específicos e envolve uma discussão mais ampla sobre participação, pertencimento e justiça educacional. Essa abordagem permite perceber que uma escola inclusiva beneficia todos os estudantes ao criar ambientes mais colaborativos, acessíveis e sensíveis às diferentes necessidades humanas. A adaptação das estratégias pedagógicas não representa uma ação destinada exclusivamente aos estudantes com deficiência, mas uma característica essencial de uma educação comprometida com a equidade.

As tecnologias educacionais assumem papel relevante nesse processo, especialmente quando utilizadas como ferramentas de ampliação da comunicação, autonomia e participação dos estudantes. Carvalho et al. (2023) destacam que a articulação entre direitos, tecnologias e educação possibilita novas perspectivas para a construção de práticas pedagógicas mais abrangentes, nas quais os recursos tecnológicos podem funcionar como mediadores da aprendizagem. Entretanto, a presença de equipamentos ou plataformas digitais não garante, por si só, uma educação inclusiva, pois o valor desses recursos depende da intencionalidade pedagógica que orienta sua utilização. A tecnologia precisa estar integrada a uma concepção educativa que reconheça o estudante como sujeito ativo, capaz de produzir conhecimentos por diferentes caminhos.

O uso de portfólios educacionais apresenta-se como uma estratégia que favorece uma compreensão mais ampla do desenvolvimento individual, pois permite registrar processos,

descobertas e avanços construídos ao longo do tempo. Ischkanian e Ischkanian (2022) apontam que o método de portfólios pode contribuir para o ensino e aprendizagem de crianças, especialmente quando organizado como instrumento de acompanhamento das habilidades e potencialidades dos estudantes. Esse recurso possibilita que professores e famílias visualizem trajetórias que muitas vezes permanecem invisíveis em avaliações convencionais. O registro contínuo das experiências transforma o percurso educativo em fonte de reflexão, permitindo intervenções mais coerentes com as necessidades observadas.

A inclusão escolar também envolve uma dimensão ética relacionada ao reconhecimento da dignidade humana e ao direito de participar plenamente dos espaços sociais. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, instituída pela Lei nº 13.146/2015, estabelece que a educação deve assegurar condições de igualdade, participação e aprendizagem para as pessoas com deficiência (Brasil, 2015). Essa legislação reafirma que a escola possui responsabilidade fundamental na eliminação das barreiras que restringem oportunidades educativas. A garantia desse direito depende de ações articuladas entre políticas públicas, formação docente, gestão escolar e compromisso social, pois a inclusão não se concretiza apenas por determinações legais, mas pela transformação cotidiana das práticas.

A formação dos professores constitui um dos elementos centrais para consolidar ambientes educativos capazes de acolher diferentes formas de aprender. Narciso e Santana (2025) defendem que as metodologias científicas aplicadas à educação precisam estimular análises críticas e novas possibilidades investigativas, fortalecendo práticas baseadas em reflexão e conhecimento sistematizado. O professor preparado para atuar em contextos inclusivos desenvolve maior capacidade de observar necessidades específicas, criar adaptações e avaliar estratégias pedagógicas. A formação continuada amplia horizontes profissionais, permitindo que educadores compreendam a complexidade dos processos de aprendizagem e construam respostas mais humanas diante da diversidade.

A investigação acadêmica sobre inclusão requer procedimentos metodológicos capazes de interpretar fenômenos educacionais em profundidade, considerando diferentes fontes, contextos e perspectivas. Galvão e Ricarte (2019) explicam que a revisão sistemática da literatura possibilita organizar conhecimentos produzidos sobre determinado tema, contribuindo para identificar tendências, lacunas e possibilidades de novos estudos. Pesquisar inclusão significa analisar não apenas resultados quantitativos, mas também experiências, narrativas e práticas desenvolvidas em diferentes realidades escolares. A produção científica torna-se instrumento de transformação quando aproxima teoria e prática, oferecendo fundamentos para decisões pedagógicas mais conscientes.

A pesquisa documental também apresenta contribuições importantes para compreender políticas, programas e orientações educacionais voltadas à inclusão. Silva et al.

(2009) ressaltam que a análise documental constitui alternativa investigativa relevante na formação docente, pois permite examinar registros institucionais e compreender como determinados discursos educacionais são construídos. Documentos oficiais revelam intenções políticas, concepções de aprendizagem e compromissos assumidos pelo Estado em relação aos direitos educacionais. A leitura crítica desses materiais possibilita perceber distâncias entre propostas normativas e realidades vivenciadas nas escolas, estimulando debates sobre caminhos necessários para efetivar a inclusão.

A construção de uma escola inclusiva depende de uma mudança cultural que alcance todos os sujeitos envolvidos no processo educativo. Graham et al. (2023) analisam a influência da Declaração de Salamanca e da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência nas pesquisas contemporâneas de educação inclusiva, evidenciando a permanência desses marcos como referências fundamentais para o debate internacional. Esses documentos contribuíram para ampliar a compreensão de que inclusão envolve participação, reconhecimento e valorização das diferenças humanas. A escola que incorpora esse princípio reorganiza suas relações internas, fortalecendo vínculos de cooperação e respeito entre estudantes, profissionais e comunidade.

A aprendizagem das crianças com necessidades educacionais específicas demonstra que práticas diferenciadas podem revelar capacidades que permanecem ocultas em modelos tradicionais de ensino. Ischkanian (2017) destaca o valor das atividades lúdicas, dos jogos e das brincadeiras como elementos facilitadores da construção do conhecimento de crianças com transtorno do espectro autista ou transtornos globais do desenvolvimento. A ludicidade cria oportunidades de interação, comunicação e expressão, permitindo que o estudante participe de experiências significativas. Quando o brincar é incorporado ao planejamento pedagógico, deixa de ser compreendido como momento secundário e passa a constituir uma ferramenta educativa fundamentada.

A compreensão da inclusão como prática transformadora exige reconhecer que o estudante não deve ser analisado apenas por suas dificuldades, mas pelo conjunto de possibilidades que emergem quando encontra condições adequadas para aprender. O trabalho pedagógico direcionado às diferenças precisa considerar aspectos cognitivos, emocionais, comunicacionais e sociais, construindo caminhos que respeitem a individualidade sem afastar o sujeito da convivência coletiva. Ischkanian (2024) apresenta o método de portfólios como uma perspectiva educacional que favorece o acompanhamento contínuo das aprendizagens, permitindo observar progressos, interesses e habilidades em desenvolvimento. A valorização desses registros amplia a percepção docente sobre o estudante, pois evidencia trajetórias de crescimento que podem ser ignoradas quando a avaliação se concentra apenas em resultados padronizados.

A inclusão educacional também requer uma revisão dos conceitos de sucesso escolar, uma vez que os indicadores tradicionais nem sempre conseguem representar a complexidade dos avanços individuais. Page et al. (2021), ao apresentarem as orientações do PRISMA 2020 para revisões sistemáticas, demonstram a importância de métodos organizados para produção e interpretação do conhecimento científico. Essa preocupação metodológica inspira uma reflexão sobre a própria avaliação escolar, que necessita de critérios transparentes, diversificados e coerentes com os objetivos de aprendizagem. Um estudante pode revelar desenvolvimento significativo por meio de uma comunicação ampliada, maior autonomia cotidiana, participação social ou evolução em habilidades específicas, aspectos que merecem reconhecimento pedagógico.

As práticas inclusivas encontram maior efetividade quando articulam planejamento, observação e adaptação permanente das estratégias utilizadas em sala de aula. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) estabelece que o atendimento educacional deve promover acesso, participação e aprendizagem, reforçando a necessidade de ações que ultrapassem modelos assistencialistas. O estudante com deficiência ou com necessidades educacionais específicas não deve ocupar uma posição passiva diante das propostas escolares, mas participar de experiências que estimulem sua autonomia intelectual e social. O planejamento pedagógico torna-se mais potente quando parte das potencialidades existentes, utilizando-as como ponto de partida para novas conquistas.

O diálogo entre educação inclusiva e direitos humanos revela que a escola possui uma função social que ultrapassa a transmissão de conteúdos curriculares. A Constituição Federal brasileira assegura a educação como direito de todos, fundamentada na igualdade de condições para acesso e permanência na escola (Brasil, 1988). Essa garantia constitucional estabelece uma responsabilidade coletiva pela construção de ambientes educativos que acolham diferentes trajetórias de vida. A inclusão não representa concessão ou benefício direcionado a determinados grupos, mas expressão de uma sociedade que reconhece a educação como elemento essencial para participação cidadã.

A elaboração de materiais pedagógicos acessíveis demonstra que pequenas mudanças metodológicas podem produzir impactos significativos na aprendizagem. Ischkanian (2016) enfatiza que o planejamento e a adaptação de recursos educativos são fundamentais para favorecer práticas mais adequadas às características dos estudantes, especialmente na educação infantil. A utilização de elementos visuais, experiências sensoriais, recursos concretos e propostas interativas permite que o conhecimento seja apresentado por diferentes caminhos. Essa multiplicidade de estratégias fortalece a ideia de que ensinar não significa repetir uma única explicação, mas criar diferentes possibilidades para que o estudante estabeleça relações com aquilo que aprende.

A educação inclusiva contemporânea enfrenta o desafio de superar discursos que valorizam a diversidade apenas no campo teórico, sem provocar mudanças reais nas estruturas escolares. Ainscow (2005) argumenta que a transformação dos sistemas educacionais depende da análise das barreiras que impedem a participação dos estudantes e da construção de respostas coletivas para enfrentá-las. Essa reflexão conduz à compreensão de que a inclusão não acontece automaticamente pela matrícula do estudante em uma escola regular, pois exige reorganização das práticas, das expectativas e das relações estabelecidas no ambiente educativo. A qualidade inclusiva de uma instituição pode ser observada na capacidade de responder às diferenças presentes em seu cotidiano.

A construção de uma pedagogia inclusiva envolve criatividade, sensibilidade e disposição para investigar novas formas de ensinar. Ischkanian, Cabral e Silva et al. (2022) discutem o método de portfólios educacionais como ferramenta metodológica e avaliativa capaz de contribuir para processos formativos mais reflexivos, inclusive no ensino superior. Essa abordagem evidencia que estratégias inclusivas não pertencem exclusivamente à educação básica ou à educação especial, pois representam possibilidades amplas de qualificação do ensino em diferentes níveis. A aprendizagem torna-se mais significativa quando o estudante participa ativamente da construção do conhecimento e encontra meios diversificados para expressar suas capacidades.

O compromisso com a inclusão exige compreender que a diferença não constitui uma interrupção no processo educativo, mas uma característica permanente da experiência humana. A análise de Morales (2022) sobre metodologias de revisão sistemática evidencia a relevância de procedimentos organizados para compreender fenômenos complexos, perspectiva que também contribui para analisar a educação inclusiva como campo em constante construção. A diversidade presente nas escolas demanda investigações contínuas, pois novas realidades sociais, tecnológicas e culturais modificam as formas pelas quais os estudantes aprendem e participam. O conhecimento produzido pela pesquisa fortalece decisões pedagógicas mais conscientes e fundamentadas.

A relação entre inclusão, tecnologia e práticas pedagógicas revela possibilidades inovadoras para ampliar a participação dos estudantes nos processos educativos. Ischkanian e Pereira et al. (2024) discutem a importância da valorização do aluno e do trabalho pedagógico articulado às tecnologias e à inclusão, destacando que os recursos contemporâneos podem favorecer novas experiências de aprendizagem. Entretanto, o elemento central permanece sendo a mediação humana, pois nenhuma ferramenta substitui a compreensão sensível do professor sobre as necessidades e potencialidades de cada estudante. A tecnologia alcança seu verdadeiro sentido educativo quando contribui para ampliar vozes, possibilidades de expressão e autonomia.

A educação inclusiva representa um movimento permanente de reconstrução das formas de ensinar, aprender e conviver, exigindo que a escola reconheça a pluralidade como fundamento de sua existência. Ainscow e César (2006) reforçam que a agenda da inclusão permanece aberta porque envolve processos contínuos de mudança cultural, política e pedagógica. O princípio de ensinar de maneiras diferentes traduz uma concepção democrática de educação, na qual cada estudante possui direito a encontrar caminhos possíveis para desenvolver suas capacidades. A aprendizagem deixa de ser compreendida como resultado de adaptação do indivíduo a um modelo único e passa a ser entendida como construção compartilhada entre sujeitos, conhecimentos e contextos.

A inclusão educacional, portanto, não pode ser reduzida a técnicas isoladas ou procedimentos aplicados de maneira automática, pois envolve uma postura ética diante da diversidade humana. A escola comprometida com esse princípio reconhece que diferentes formas de aprender exigem diferentes formas de ensinar, criando ambientes nos quais todos possam participar, comunicar-se e desenvolver suas potencialidades. O desafio contemporâneo consiste em transformar a diferença em elemento constitutivo da prática pedagógica, fortalecendo uma educação capaz de acolher singularidades sem limitar expectativas. Ensinar de maneiras diferentes significa ampliar possibilidades de aprendizagem e reafirmar que cada estudante possui uma trajetória legítima de construção do conhecimento.

## 2.1. METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza básica, com objetivos exploratórios e descritivos, fundamentada em procedimentos bibliográficos e documentais, direcionados à compreensão dos processos relacionados à inclusão educacional, especialmente a partir da perspectiva “ensine-me de maneiras diferentes, pois assim sou capaz de aprender”. A escolha pela abordagem qualitativa ocorre pela necessidade de interpretar sentidos, significados e experiências construídas no campo educacional, considerando que os fenômenos relacionados à aprendizagem inclusiva apresentam dimensões subjetivas, sociais, culturais e pedagógicas que não podem ser reduzidas exclusivamente a dados quantitativos. Creswell (2021) destaca que a pesquisa qualitativa possibilita investigar fenômenos complexos por meio da interpretação das percepções, práticas e contextos nos quais os sujeitos estão inseridos, favorecendo uma compreensão aprofundada das relações estabelecidas no processo educativo. Nesse percurso investigativo, busca-se analisar como diferentes estratégias pedagógicas, metodologias adaptadas e recursos educacionais contribuem para ampliar as possibilidades de aprendizagem dos estudantes, reconhecendo a diversidade como elemento constitutivo da escola contemporânea. A natureza básica da investigação está relacionada ao propósito de ampliar conhecimentos teóricos acerca da inclusão, sem necessariamente

estabelecer uma aplicação imediata, mas produzindo reflexões capazes de fortalecer discussões acadêmicas e futuras práticas educativas. Segundo Narciso e Santana (2025), as metodologias científicas aplicadas à educação precisam superar modelos restritos de investigação, valorizando caminhos capazes de interpretar a complexidade dos fenômenos educacionais e produzir conhecimentos fundamentados. A pesquisa assume caráter exploratório por buscar maior aproximação com o objeto estudado, identificando conceitos, perspectivas e contribuições presentes na literatura especializada, enquanto sua dimensão descritiva permite apresentar características, relações e interpretações presentes nas produções analisadas.

A pesquisa bibliográfica constitui o principal procedimento técnico adotado, pois possibilita reunir, organizar e interpretar conhecimentos científicos produzidos sobre inclusão, educação especial, práticas pedagógicas diferenciadas e processos de aprendizagem. Esse procedimento permite ao pesquisador estabelecer diálogo entre diferentes autores, identificar avanços teóricos, compreender debates existentes e reconhecer lacunas que ainda necessitam de aprofundamento. Batista e Kumada (2021) ressaltam que a pesquisa bibliográfica não representa apenas uma reunião de referências, mas exige análise metodológica criteriosa, envolvendo seleção, interpretação e articulação das contribuições encontradas nas fontes consultadas. Para o desenvolvimento deste estudo, foram analisados livros, artigos científicos, capítulos acadêmicos, documentos institucionais e materiais disponíveis em bases científicas reconhecidas, considerando critérios relacionados à relevância temática, consistência metodológica e contribuição para a compreensão do fenômeno investigado. A revisão da literatura desempenha papel essencial porque permite construir uma fundamentação teórica sólida, evitando interpretações fragmentadas e possibilitando uma visão ampla sobre as diferentes formas de compreender a inclusão educacional. Galvão e Ricarte (2019) explicam que a revisão sistemática da literatura favorece a organização do conhecimento científico ao estabelecer procedimentos de busca, seleção e análise das publicações, garantindo maior transparência e rigor investigativo. A utilização de referências provenientes de bases como CAPES, Scopus, Web of Science, SciELO, Academia.edu e Google Acadêmico contribuiu para ampliar o levantamento de estudos relacionados ao tema, considerando produções nacionais e internacionais que discutem metodologias inclusivas, acessibilidade pedagógica e valorização das singularidades dos estudantes. A pesquisa bibliográfica, nesse contexto, funciona como instrumento de compreensão crítica, permitindo ultrapassar a descrição das ideias dos autores e construir interpretações próprias fundamentadas na relação entre teoria e realidade educacional.

A investigação também apresenta caráter documental, uma vez que incorpora a análise de documentos científicos, normativos e institucionais relacionados às políticas educacionais e aos princípios da inclusão. A pesquisa documental amplia as possibilidades interpretativas ao permitir o exame de registros que expressam concepções, diretrizes e compromissos sociais

relacionados ao direito à educação. Fávero e Centenaro (2019) afirmam que a análise documental possui grande relevância nas pesquisas educacionais por possibilitar a compreensão de políticas, discursos e práticas institucionais, embora exija atenção quanto à seleção e interpretação das fontes utilizadas. Os documentos analisados foram escolhidos considerando sua relação direta com o objeto de estudo, contemplando materiais oficiais e acadêmicos capazes de contribuir para a reflexão sobre práticas educativas inclusivas. O processo de coleta dos dados ocorreu mediante levantamento bibliográfico e documental, seguido de triagem das publicações, leitura analítica e organização das informações encontradas. Morales (2022) destaca que metodologias estruturadas de revisão contribuem para garantir maior qualidade ao processo investigativo, permitindo identificar padrões, aproximações e divergências entre diferentes estudos. Como referência complementar, as orientações apresentadas pelo modelo PRISMA 2020 auxiliam na organização das etapas de identificação, seleção e análise das produções científicas, favorecendo transparência e sistematização durante o desenvolvimento da pesquisa (Page et al., 2021). Após a seleção das fontes, realizou-se a categorização temática dos conteúdos, agrupando contribuições relacionadas à abordagem qualitativa, estratégias pedagógicas inclusivas, adaptação de materiais, tecnologias educacionais e diferentes formas de aprendizagem. A análise interpretativa buscou compreender não apenas informações explícitas presentes nos textos, mas também relações conceituais, desafios apontados pelos pesquisadores e possibilidades de transformação das práticas escolares. Silva et al. (2009) evidenciam que a pesquisa documental e bibliográfica exige postura crítica do investigador, pois a construção do conhecimento científico depende da capacidade de estabelecer relações entre informações coletadas, fundamentos teóricos e problemas educacionais concretos. Os procedimentos metodológicos adotados possibilitaram desenvolver uma análise fundamentada sobre a importância de ensinar por diferentes caminhos, reconhecendo que a inclusão se concretiza quando a escola cria oportunidades diversificadas para que cada estudante desenvolva suas capacidades.

### 2.1.1. Abordagem Qualitativa da Pesquisa

A presente investigação caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, uma vez que busca compreender os significados, interpretações e relações construídas em torno da inclusão educacional, considerando a complexidade dos processos de ensino e aprendizagem em contextos marcados pela diversidade. Essa escolha metodológica está relacionada à necessidade de analisar fenômenos educativos que envolvem experiências humanas, práticas pedagógicas, concepções docentes e estratégias de mediação do conhecimento, elementos que ultrapassam a possibilidade de compreensão exclusivamente por meio de mensurações numéricas. Creswell (2021) destaca que a pesquisa qualitativa permite ao investigador explorar fenômenos em

profundidade, considerando os contextos nos quais eles acontecem e valorizando diferentes perspectivas presentes nas fontes analisadas. Nesse sentido, o estudo sobre a proposta “ensine-me de maneiras diferentes, pois assim sou capaz de aprender” exige uma leitura interpretativa sobre as múltiplas formas pelas quais os estudantes estabelecem relações com o conhecimento.

A abordagem qualitativa possibilita compreender que a inclusão não representa apenas uma política educacional ou um conjunto de adaptações metodológicas, mas um processo social e pedagógico construído diariamente nas relações escolares. Silva et al. (2009) apontam que as pesquisas qualitativas na área educacional favorecem análises mais amplas dos fenômenos investigados, permitindo considerar aspectos históricos, culturais e institucionais envolvidos na produção do conhecimento. A investigação fundamenta-se na interpretação crítica da literatura científica, buscando identificar como diferentes autores compreendem a necessidade de diversificação das práticas pedagógicas para atender às singularidades dos estudantes. O percurso qualitativo adotado possibilita analisar discursos acadêmicos, experiências educativas e contribuições teóricas que evidenciam a importância de superar modelos homogêneos de ensino. A centralidade dessa abordagem encontra-se na compreensão das relações entre sujeito, aprendizagem e ambiente educativo, reconhecendo que cada estudante apresenta trajetórias próprias de desenvolvimento e diferentes possibilidades de construção do conhecimento.

### 2.1.2. Natureza Básica da Investigação

Quanto à natureza, esta pesquisa classifica-se como básica, pois possui como finalidade ampliar conhecimentos teóricos e científicos acerca da inclusão educacional, sem estar direcionada inicialmente à aplicação prática imediata de seus resultados. A investigação básica busca aprofundar conceitos, discutir fundamentos epistemológicos e contribuir para o desenvolvimento do campo científico, oferecendo subsídios para futuras pesquisas e intervenções pedagógicas. Narciso e Santana (2025) ressaltam que a pesquisa educacional necessita de fundamentos metodológicos consistentes para produzir conhecimentos capazes de interpretar criticamente os desafios presentes nos diferentes espaços de aprendizagem. A escolha dessa natureza investigativa justifica-se pela intenção de compreender como diferentes formas de ensinar podem favorecer processos inclusivos, analisando contribuições teóricas relacionadas às metodologias, estratégias pedagógicas e recursos utilizados no atendimento à diversidade.

A natureza básica do estudo permite estabelecer conexões entre diferentes produções científicas, construindo uma análise fundamentada sobre os princípios que orientam a educação inclusiva. O conhecimento produzido não se limita à resolução imediata de uma situação específica, mas contribui para ampliar a compreensão sobre práticas educacionais que

reconhecem diferentes ritmos, capacidades e formas de aprendizagem. A pesquisa busca fortalecer reflexões acadêmicas acerca da necessidade de transformar concepções tradicionais de ensino, valorizando uma perspectiva na qual o estudante seja compreendido como sujeito ativo de seu desenvolvimento. Dessa maneira, a investigação básica assume relevância ao produzir interpretações que podem orientar novas pesquisas, formações docentes e discussões relacionadas à construção de sistemas educacionais mais acessíveis e democráticos.

### 2.1.3. Objetivos Exploratórios e Descritivos

Em relação aos objetivos, a pesquisa apresenta caráter exploratório e descritivo, pois procura ampliar a compreensão sobre o fenômeno investigado e apresentar características presentes nas produções científicas selecionadas. O caráter exploratório está relacionado à necessidade de aproximação com o tema da inclusão e das diferentes formas de ensinar, permitindo identificar conceitos, abordagens teóricas, metodologias e perspectivas presentes na literatura acadêmica. A investigação exploratória possibilita reconhecer diferentes interpretações sobre o objeto estudado, favorecendo a construção de uma visão ampla antes do aprofundamento analítico. Morales (2022) destaca que processos organizados de revisão e análise científica contribuem para identificar tendências investigativas, relações conceituais e lacunas existentes na produção acadêmica.

O caráter descritivo complementa essa perspectiva ao permitir apresentar e interpretar características das obras analisadas, evidenciando contribuições relacionadas às práticas inclusivas, adaptações pedagógicas, tecnologias educacionais e estratégias de aprendizagem. A descrição científica, nesse contexto, não representa uma simples reprodução das informações encontradas, mas envolve organização, interpretação e estabelecimento de relações entre diferentes conhecimentos produzidos. A pesquisa busca descrever como a literatura aborda a necessidade de ensinar por caminhos variados, considerando que estudantes possuem diferentes formas de perceber, interagir e construir conhecimentos. Essa articulação entre exploração e descrição possibilita uma análise mais consistente do tema, favorecendo uma compreensão ampliada dos desafios e possibilidades presentes na educação inclusiva.

### 2.1.4. Pesquisa Bibliográfica como Fundamentação Científica

A pesquisa bibliográfica constitui um dos principais procedimentos metodológicos utilizados neste estudo, pois possibilita reunir, analisar e interpretar conhecimentos científicos já produzidos sobre inclusão educacional, aprendizagem, metodologias diferenciadas e práticas pedagógicas acessíveis. Esse procedimento permite ao pesquisador estabelecer diálogo com diferentes autores, identificando contribuições teóricas, perspectivas divergentes e caminhos investigativos relacionados ao objeto de estudo. Batista e Kumada (2021) afirmam que a

pesquisa bibliográfica exige planejamento metodológico, seleção criteriosa das fontes e análise reflexiva dos materiais encontrados, ultrapassando uma simples compilação de referências.

A fundamentação bibliográfica possibilita compreender o desenvolvimento histórico e conceitual da educação inclusiva, permitindo analisar como diferentes pesquisadores discutem a necessidade de adaptar estratégias de ensino às características individuais dos estudantes. Galvão e Ricarte (2019) explicam que revisões da literatura científica contribuem para organizar conhecimentos dispersos, oferecendo maior clareza sobre avanços, desafios e possibilidades de investigação. Neste estudo, foram considerados artigos científicos, livros, capítulos acadêmicos e documentos especializados relacionados ao tema, priorizando publicações com relevância científica e contribuição significativa para a compreensão da inclusão. A pesquisa bibliográfica tornou-se essencial para construir uma base teórica sólida, permitindo interpretar criticamente a afirmação de que ensinar de maneiras diferentes amplia as oportunidades de aprendizagem.

### 2.1.5. Pesquisa Documental e Seleção das Fontes

A pesquisa documental integra este estudo por possibilitar a análise de documentos científicos, institucionais e normativos relacionados à inclusão educacional e aos direitos de aprendizagem. Esse procedimento contribui para compreender como determinadas concepções educativas são construídas e legitimadas por meio de documentos oficiais, políticas públicas e registros acadêmicos. Fávero e Centenaro (2019) destacam que a pesquisa documental apresenta grande potencial para investigações educacionais, pois permite analisar discursos, orientações políticas e fundamentos que estruturam práticas institucionais.

A seleção das fontes ocorreu considerando critérios de pertinência temática, qualidade acadêmica, atualidade das informações e relação direta com os objetivos da pesquisa. Foram consultadas publicações disponíveis em bases científicas e acadêmicas, incluindo periódicos, livros digitais, documentos institucionais e produções indexadas em plataformas como CAPES, Scopus, Web of Science, SciELO e Google Acadêmico. A escolha criteriosa das fontes contribuiu para garantir maior confiabilidade ao estudo, evitando informações desvinculadas do rigor científico necessário. Page et al. (2021) enfatizam que processos sistematizados de seleção e organização das produções científicas favorecem maior transparência metodológica, fortalecendo a qualidade das análises realizadas.

### 2.1.6. Procedimentos de Coleta, Análise e Categorização dos Dados

Os procedimentos de coleta de dados envolveram levantamento bibliográfico e documental, seguido da identificação, seleção e organização das obras relacionadas ao tema investigado. Inicialmente, realizou-se uma busca ampla por produções científicas vinculadas à

inclusão, práticas pedagógicas diferenciadas, aprendizagem e metodologias educacionais. Após essa etapa, as fontes selecionadas foram submetidas a leitura analítica, permitindo identificar conceitos centrais, aproximações teóricas, contribuições metodológicas e aspectos relevantes para a construção da pesquisa. Creswell (2021) ressalta que a organização sistemática das informações coletadas é fundamental para garantir coerência interpretativa e consistência na análise qualitativa.

A análise dos dados ocorreu por meio da categorização temática, processo que possibilitou agrupar informações semelhantes e estabelecer relações entre diferentes produções acadêmicas. As categorias foram construídas a partir dos objetivos da pesquisa, contemplando aspectos relacionados à abordagem inclusiva, diversificação das estratégias pedagógicas, adaptação de recursos, tecnologias educacionais e valorização das singularidades dos estudantes. Esse procedimento permitiu organizar o conjunto de informações de maneira sistemática, favorecendo uma leitura mais aprofundada das contribuições apresentadas pelos estudos selecionados.

A categorização possibilitou identificar elementos recorrentes e aspectos específicos de cada investigação, contribuindo para uma compreensão mais ampla das práticas pedagógicas voltadas à inclusão. Morales (2022) evidencia que procedimentos organizados de análise favorecem a identificação de padrões e relações entre estudos, contribuindo para interpretações mais fundamentadas. A análise temática constituiu uma estratégia metodológica capaz de conferir maior rigor ao tratamento dos dados, permitindo que as evidências encontradas fossem interpretadas de forma consistente e articulada com os objetivos da pesquisa.

O cruzamento das informações permitiu compreender convergências e diferenças entre os autores analisados, construindo uma reflexão crítica sobre a importância de ensinar por diferentes caminhos. A comparação entre os estudos evidenciou que, embora existam distintas abordagens metodológicas, há consenso quanto à necessidade de práticas pedagógicas flexíveis, capazes de atender à diversidade presente nas salas de aula.

Também foi possível identificar que a utilização de recursos diversificados, tecnologias educacionais e metodologias ativas favorece a participação dos estudantes e amplia as oportunidades de aprendizagem. Creswell (2021) ressalta que a categorização dos dados não teve como finalidade apenas organizar informações, mas produzir uma interpretação integrada sobre como a inclusão pode ser fortalecida por práticas pedagógicas capazes de reconhecer múltiplas formas de aprender.

# INCLUSÃO:

NÃO ENTENDO ASSIM...

ENSINE-ME DE MANEIRAS DIFERENTES,
AGORA EU ENTENDO! É DIVERTIDO!

POIS ASSIM SOU CAPAZ DE APRENDER.

## 2.2. A INCLUSÃO COMO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA EDUCAÇÃO

A inclusão constitui um princípio estruturante da educação contemporânea por reconhecer que o direito à aprendizagem pertence a todos os sujeitos, independentemente de suas características físicas, sensoriais, intelectuais, sociais, culturais ou linguísticas. Essa compreensão supera concepções historicamente marcadas pela seleção e pela homogeneização dos estudantes, propondo uma reorganização das práticas escolares orientada pelo respeito à diversidade humana. A Declaração de Salamanca consolidou internacionalmente esse entendimento ao afirmar que as escolas devem acolher todas as crianças e responder às diferentes necessidades educacionais presentes em seus espaços, promovendo condições efetivas de participação e aprendizagem (UNESCO, 1994). A educação deixa de ser concebida como um sistema destinado apenas aos estudantes que conseguem adaptar-se aos modelos tradicionais de ensino e passa a assumir o compromisso de construir ambientes capazes de responder às múltiplas formas de desenvolvimento humano. Tal perspectiva fortalece uma concepção de justiça educacional baseada na igualdade de direitos, no reconhecimento das diferenças e na valorização da diversidade como elemento constitutivo da qualidade da educação.

O reconhecimento da inclusão como fundamento da educação encontra respaldo nos princípios constitucionais que asseguram o direito universal ao ensino e determinam a promoção da igualdade de oportunidades como dever do Estado e da sociedade. A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece a educação como direito de todos e orienta que sua oferta seja realizada em condições capazes de garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para a vida social (Brasil, 1988). Essa orientação jurídica atribui às instituições escolares a responsabilidade de construir práticas que eliminem barreiras à participação dos estudantes, substituindo modelos excludentes por propostas comprometidas com a equidade. A garantia do acesso representa apenas uma dimensão desse compromisso, pois a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento integral também integram o conceito de educação de qualidade previsto no ordenamento jurídico brasileiro. O fortalecimento de uma cultura inclusiva depende da articulação entre princípios legais, gestão educacional, planejamento pedagógico e compromisso permanente com a valorização das diferenças.

A compreensão da inclusão exige abandonar interpretações restritas que a vinculam exclusivamente à deficiência, reconhecendo sua abrangência como princípio orientador de toda a organização educacional. Kiuppis (2014) demonstra que a evolução histórica do conceito evidencia sua relação com diferentes formas de diversidade presentes na escola, envolvendo dimensões culturais, sociais, econômicas, étnicas, linguísticas e educacionais que influenciam as oportunidades de aprendizagem. Essa interpretação amplia significativamente o papel das

instituições escolares, uma vez que a eliminação de processos excludentes passa a envolver todos os estudantes que encontram obstáculos para participar plenamente das experiências educativas. A diversidade deixa de ser compreendida como exceção e passa a representar a própria condição da vida escolar, exigindo práticas pedagógicas capazes de responder às singularidades sem comprometer os objetivos comuns da formação humana. O princípio inclusivo transforma a escola em um espaço de pertencimento, participação e construção coletiva do conhecimento.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva consolidou importantes diretrizes para reorganizar o sistema educacional brasileiro, estabelecendo que os estudantes público-alvo da educação especial devem frequentar preferencialmente as classes comuns do ensino regular, recebendo os apoios necessários ao seu desenvolvimento acadêmico e social. O documento produzido pelo Ministério da Educação redefine o papel da educação especial como modalidade transversal, destinada a complementar e suplementar o processo educativo, rompendo com práticas historicamente segregadoras (Brasil, 2008). Essa orientação fortalece a compreensão de que a escola regular deve desenvolver condições pedagógicas capazes de assegurar participação efetiva, acessibilidade curricular, eliminação de barreiras e valorização das potencialidades individuais. O trabalho docente passa a exigir planejamento flexível, avaliação contínua e utilização de estratégias diversificadas que possibilitem diferentes formas de acesso ao conhecimento, preservando elevados padrões de qualidade para todos os estudantes.

O princípio segundo o qual cada estudante aprende por caminhos próprios representa um dos fundamentos mais relevantes da educação inclusiva, pois reconhece que as diferenças constituem expressão natural do desenvolvimento humano. Estudos desenvolvidos por Ischkanian et al. (2015) evidenciam que a aprendizagem ocorre de maneira singular, sendo influenciada por fatores cognitivos, emocionais, sociais, comunicacionais e ambientais que exigem intervenções pedagógicas cuidadosamente planejadas. O reconhecimento dessas particularidades amplia a responsabilidade do professor na organização de experiências diversificadas capazes de favorecer o desenvolvimento das habilidades individuais sem produzir processos de exclusão ou estigmatização. Ensinar de maneiras diferentes não significa reduzir expectativas acadêmicas, mas ampliar os caminhos metodológicos pelos quais cada estudante poderá construir conhecimentos, desenvolver autonomia e participar ativamente das atividades escolares. A valorização das singularidades fortalece uma prática educativa comprometida com a equidade, com o respeito às diferenças e com a efetivação do direito universal à aprendizagem.

A consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva depende da transformação das práticas pedagógicas, uma vez que a simples matrícula do estudante no ensino regular não

assegura sua participação efetiva nos processos de aprendizagem. Ainscow (2005) afirma que o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos exige mudanças estruturais capazes de modificar culturas institucionais, políticas públicas e práticas docentes, eliminando barreiras que historicamente produziram processos de exclusão. O trabalho pedagógico assume caráter investigativo ao considerar continuamente as necessidades apresentadas pelos estudantes e ao reorganizar estratégias que favoreçam diferentes formas de aprender. A sala de aula passa a constituir um espaço de interação, colaboração e construção coletiva do conhecimento, no qual a diversidade deixa de representar um desafio individual para tornar-se elemento enriquecedor das experiências educativas. A qualidade da educação encontra-se diretamente relacionada à capacidade da escola de reconhecer a heterogeneidade como característica inerente ao processo formativo.

Ensinar de maneiras diferentes significa compreender que metodologias únicas não respondem às múltiplas formas pelas quais os estudantes constroem conhecimentos. Ainscow e César (2006) destacam que a educação inclusiva pressupõe o desenvolvimento de práticas pedagógicas flexíveis, capazes de ampliar as oportunidades de participação mediante estratégias diversificadas que valorizem as potencialidades individuais. O planejamento didático deixa de ser concebido como um roteiro rígido e passa a incorporar adaptações metodológicas, diferentes linguagens, recursos acessíveis, atividades colaborativas e instrumentos avaliativos compatíveis com a diversidade existente na turma. Cada intervenção pedagógica torna-se resultado da observação sistemática das necessidades educacionais identificadas durante o cotidiano escolar, permitindo que o professor reorganize continuamente sua prática. A aprendizagem passa a ser compreendida como um processo dinâmico, construído por diferentes percursos e experiências educativas.

A valorização das singularidades exige que o currículo seja compreendido como instrumento flexível, aberto às diferentes possibilidades de participação e desenvolvimento dos estudantes. A Lei Brasileira de Inclusão estabelece que a pessoa com deficiência possui direito à educação em sistema inclusivo, vedando qualquer forma de discriminação e determinando a adoção de medidas que garantam acessibilidade, igualdade de oportunidades e participação plena em todos os níveis de ensino (Brasil, 2015). Essa orientação amplia o conceito de acessibilidade para além das adaptações arquitetônicas, incorporando recursos pedagógicos, materiais didáticos acessíveis, comunicação adequada, tecnologias assistivas e estratégias metodológicas compatíveis com as necessidades apresentadas pelos estudantes. O currículo deixa de ser um instrumento de padronização para tornar-se um meio de promoção da equidade, preservando os objetivos educacionais enquanto amplia os caminhos pelos quais eles podem ser alcançados. O compromisso institucional desloca-se para a eliminação das barreiras que limitam a aprendizagem e restringem a participação escolar.

O planejamento pedagógico ocupa posição central na efetivação da inclusão, pois organiza intencionalmente as condições necessárias para que todos os estudantes tenham acesso ao conhecimento. Ischkanian (2017) ressalta que a adaptação de materiais, a organização antecipada das atividades e a seleção criteriosa dos recursos pedagógicos favorecem a aprendizagem ao respeitarem as características individuais dos estudantes e ampliarem suas possibilidades de participação. O planejamento inclusivo exige observação permanente, avaliação diagnóstica, acompanhamento sistemático e capacidade de reorganizar intervenções sempre que novas necessidades forem identificadas durante o processo educativo. A prática docente deixa de apoiar-se em modelos previamente estabelecidos para desenvolver propostas construídas a partir da realidade concreta da turma, fortalecendo uma educação comprometida com o desenvolvimento integral de cada estudante. O professor assume o papel de mediador das experiências de aprendizagem, articulando conhecimentos científicos, criatividade pedagógica e sensibilidade diante das diferentes formas de aprender.

Os avanços produzidos pelas tecnologias educacionais ampliaram significativamente as possibilidades de construção de ambientes inclusivos, oferecendo recursos capazes de favorecer a comunicação, a autonomia e a participação dos estudantes. Carvalho e Ischkanian (2023) defendem que a integração entre educação, direitos e tecnologias fortalece práticas pedagógicas inovadoras ao ampliar o acesso ao currículo por meio de recursos digitais, materiais adaptados e estratégias que respeitam a diversidade presente nas instituições escolares. O uso pedagógico das tecnologias não substitui a atuação docente, mas potencializa processos de mediação ao oferecer diferentes formas de apresentação dos conteúdos, interação, produção do conhecimento e avaliação da aprendizagem. Recursos tecnológicos tornam-se instrumentos de democratização do ensino quando empregados de maneira intencional, planejada e articulada aos objetivos educacionais. A inovação pedagógica adquire significado inclusivo quando favorece a participação de todos os estudantes, reduz desigualdades e amplia as oportunidades de desenvolvimento humano.

A construção de uma cultura inclusiva pressupõe o comprometimento coletivo de todos os segmentos da comunidade escolar, envolvendo gestores, professores, estudantes, famílias e profissionais de apoio em um projeto educativo fundamentado na participação e no respeito às diferenças. Graham et al. (2023) observam que os avanços internacionais no campo da educação inclusiva evidenciam uma transição conceitual importante, deslocando o debate da simples integração de determinados grupos para a consolidação de sistemas educacionais capazes de responder à diversidade presente em qualquer contexto escolar. Essa compreensão amplia significativamente a responsabilidade institucional, pois a inclusão deixa de representar uma ação isolada para constituir um princípio organizador das políticas educacionais, da gestão escolar e das práticas pedagógicas. O fortalecimento de relações cooperativas favorece o

compartilhamento de experiências, a construção de soluções coletivas e a redução das barreiras que dificultam a aprendizagem e a participação dos estudantes. A escola passa a desenvolver uma identidade comprometida com a valorização da diversidade como elemento essencial para a formação cidadã e para a promoção da justiça social.

O trabalho colaborativo entre os profissionais da educação representa uma condição indispensável para o desenvolvimento de práticas inclusivas consistentes e permanentes. Ischkanian, Cabral, Silva et al. (2022) demonstram que o planejamento compartilhado, a troca de conhecimentos e a construção coletiva de estratégias pedagógicas fortalecem a qualidade do ensino ao favorecer intervenções mais contextualizadas e coerentes com as necessidades dos estudantes. A cooperação entre diferentes profissionais amplia as possibilidades de elaboração de recursos, adaptação de materiais, acompanhamento da aprendizagem e avaliação contínua do processo educativo. O diálogo permanente entre os membros da equipe escolar também contribui para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, promovendo uma cultura institucional baseada na corresponsabilidade e no compromisso com o desenvolvimento integral dos estudantes. A atuação coletiva fortalece a capacidade da escola de responder aos desafios cotidianos sem comprometer os princípios da equidade e da inclusão.

O reconhecimento das diferenças como potencial educativo modifica profundamente a concepção tradicional de ensino, substituindo modelos centrados na uniformização por práticas que valorizam a pluralidade de experiências presentes na sala de aula. Ischkanian e Ischkanian (2022) evidenciam que estratégias pedagógicas fundamentadas no Método de Portfólios Educacionais favorecem o desenvolvimento das habilidades individuais ao respeitarem os diferentes ritmos de aprendizagem e ampliarem as oportunidades de participação ativa dos estudantes. O processo educativo passa a valorizar registros, produções, experiências e trajetórias individuais, permitindo que a avaliação acompanhe o desenvolvimento contínuo de cada estudante em lugar de restringir-se à mensuração de resultados padronizados. Essa perspectiva fortalece a autonomia, incentiva o protagonismo discente e amplia a compreensão do professor sobre os avanços alcançados durante o percurso formativo. A aprendizagem assume caráter processual, dinâmico e profundamente relacionado às experiências vivenciadas em ambientes educacionais acolhedores e acessíveis.

A efetivação da inclusão exige permanente compromisso político, institucional e pedagógico com a eliminação das barreiras que restringem o exercício do direito à educação. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reconhece que sistemas educacionais inclusivos constituem condição essencial para a garantia da igualdade de oportunidades e para o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas, estabelecendo que os Estados devem assegurar educação de qualidade em ambientes acessíveis e livres de discriminação (ONU, 2006). Esse entendimento fortalece a responsabilidade das instituições escolares na construção

de práticas que respeitem a dignidade humana, promovam participação efetiva e assegurem condições adequadas para o desenvolvimento de todos os estudantes. A inclusão adquire dimensão ética ao reconhecer que nenhuma diferença pode justificar processos de exclusão, segregação ou redução das expectativas educacionais. O compromisso com a diversidade fortalece a qualidade da educação e amplia sua contribuição para a construção de sociedades mais democráticas e socialmente responsáveis.

A inclusão como princípio fundamental da educação representa uma concepção de ensino comprometida com a valorização das singularidades, com a garantia dos direitos humanos e com a construção de oportunidades equitativas de aprendizagem. Ainscow (2005), Ainscow e César (2006), a UNESCO (1994), a legislação brasileira (Brasil, 1988; Brasil, 2008; Brasil, 2015) e as contribuições de Ischkanian e colaboradores evidenciam que práticas pedagógicas inclusivas dependem da reorganização dos ambientes escolares, da formação permanente dos profissionais, da diversificação metodológica e da compreensão de que cada estudante possui potencialidades que podem ser desenvolvidas quando encontra condições adequadas de participação. O tema "Ensine-me de maneiras diferentes, pois assim sou capaz de aprender" sintetiza essa concepção ao deslocar a responsabilidade da aprendizagem exclusivamente do estudante para a capacidade da escola de construir respostas pedagógicas sensíveis à diversidade humana. O fortalecimento da educação inclusiva exige investimento contínuo em políticas públicas, inovação pedagógica, planejamento intencional e compromisso institucional com a eliminação das barreiras que limitam o acesso ao conhecimento. A consolidação desse paradigma contribui para a formação de sujeitos autônomos, críticos e participantes da vida social, reafirmando a educação como um direito universal sustentado pelos princípios da equidade, da dignidade humana e da valorização das diferenças.

### 2.2.1. Ensinar de maneiras diferentes significa reconhecer que cada criança possui características próprias de aprender

O reconhecimento da diversidade presente no ambiente escolar constitui um dos fundamentos da educação inclusiva, uma vez que cada estudante constrói conhecimentos por meio de experiências, interações e formas particulares de compreender a realidade. Essa compreensão rompe com concepções tradicionais de ensino sustentadas pela homogeneização das práticas pedagógicas e pela expectativa de que todos os alunos aprendam utilizando os mesmos recursos, no mesmo tempo e mediante estratégias idênticas. A Declaração de Salamanca estabeleceu que os sistemas educacionais devem reconhecer a diversidade das necessidades dos estudantes, organizando o ensino de maneira suficientemente flexível para responder às diferenças individuais existentes em cada contexto escolar (UNESCO, 1994). A valorização das singularidades desloca a responsabilidade pelo sucesso da aprendizagem

exclusivamente do estudante para a capacidade institucional de oferecer condições pedagógicas adequadas às múltiplas formas de desenvolvimento humano. Ensinar de maneiras diferentes representa, portanto, uma escolha pedagógica fundamentada no reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo da educação e como condição indispensável para a efetivação do direito universal à aprendizagem.

A compreensão de que cada criança apresenta ritmos próprios de aprendizagem exige que o planejamento pedagógico seja concebido como um processo dinâmico, flexível e permanentemente aberto às necessidades identificadas durante o desenvolvimento das atividades escolares. Ainscow (2005) destaca que a construção de sistemas educacionais inclusivos depende da capacidade das instituições de identificar e remover barreiras que limitam a participação dos estudantes, promovendo práticas pedagógicas capazes de responder positivamente às diferenças existentes nas salas de aula. Essa perspectiva amplia significativamente o papel do professor, que deixa de atuar apenas como transmissor de conteúdos para assumir uma postura investigativa, analisando continuamente as características individuais de seus alunos e reorganizando estratégias sempre que necessário. O planejamento passa a incorporar diferentes linguagens, recursos didáticos variados, formas diversificadas de participação e instrumentos avaliativos compatíveis com a pluralidade presente na turma. O ensino adquire maior qualidade quando reconhece que percursos distintos podem conduzir à construção de conhecimentos igualmente significativos.

As características individuais dos estudantes abrangem dimensões cognitivas, emocionais, sociais, culturais, linguísticas e comunicacionais que influenciam diretamente a maneira como cada sujeito estabelece relações com o conhecimento. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva orienta que a organização escolar desenvolva condições capazes de favorecer o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, considerando as especificidades que caracterizam cada trajetória educacional (Brasil, 2008). Essa orientação fortalece uma concepção de ensino comprometida com a eliminação de barreiras pedagógicas e com a ampliação das oportunidades de desenvolvimento humano. O reconhecimento das diferentes formas de comunicação, expressão e aprendizagem amplia a responsabilidade institucional na construção de ambientes acessíveis e acolhedores, nos quais cada estudante possa participar de maneira ativa e significativa das experiências educativas. A diversidade deixa de representar uma dificuldade para converter-se em elemento enriquecedor do processo pedagógico, favorecendo relações de respeito, cooperação e valorização das diferenças.

A organização de práticas pedagógicas diversificadas exige planejamento criterioso, observação sistemática e seleção intencional de recursos capazes de atender às necessidades educacionais apresentadas pelos estudantes. Ischkanian (2017) ressalta que a adaptação de

materiais pedagógicos, a antecipação das atividades e a utilização de diferentes estratégias metodológicas favorecem o desenvolvimento das habilidades individuais ao respeitarem as formas particulares pelas quais cada criança interage com o conhecimento. O trabalho docente passa a considerar que diferenças de ritmo não representam limitações permanentes, mas características inerentes ao desenvolvimento humano que requerem intervenções cuidadosamente planejadas. A flexibilidade metodológica fortalece a autonomia dos estudantes, amplia as possibilidades de participação e reduz situações de exclusão frequentemente produzidas por práticas padronizadas. O ensino transforma-se em um processo contínuo de mediação, acompanhamento e reorganização das experiências de aprendizagem, permitindo que cada estudante avance de acordo com suas potencialidades.

A valorização das potencialidades individuais constitui um princípio ético e pedagógico indispensável para a consolidação da educação inclusiva, pois desloca o olhar institucional das dificuldades para as possibilidades de desenvolvimento apresentadas por cada estudante. A Lei Brasileira de Inclusão determina que o sistema educacional deve assegurar igualdade de oportunidades, acessibilidade e condições necessárias ao pleno desenvolvimento das pessoas com deficiência em todos os níveis de ensino, reafirmando a responsabilidade das instituições na construção de ambientes educacionais livres de discriminação e barreiras (Brasil, 2015). Essa orientação fortalece práticas pedagógicas comprometidas com o reconhecimento das capacidades individuais, incentivando o desenvolvimento da autonomia, da participação social e da aprendizagem significativa. Ensinar de maneiras diferentes representa um compromisso permanente com a equidade, pois reconhece que oferecer oportunidades equivalentes não significa utilizar procedimentos idênticos, mas construir respostas pedagógicas compatíveis com as necessidades, interesses, formas de comunicação e modos particulares de aprender apresentados por cada estudante. A educação inclusiva concretiza seu propósito quando transforma a diversidade em fundamento das decisões pedagógicas e em referência permanente para a organização do trabalho escolar.

### 2.2.2. A escola inclusiva abandona práticas padronizadas e desenvolve estratégias diversificadas que respeitam as singularidades dos estudantes

A consolidação da escola inclusiva exige a superação de práticas pedagógicas fundamentadas na padronização do ensino, uma vez que modelos homogêneos desconsideram a diversidade de trajetórias, experiências e formas de aprendizagem presentes no contexto escolar. O paradigma da inclusão desloca a atenção da adaptação do estudante às estruturas tradicionais para a reorganização da própria escola, que passa a assumir a responsabilidade pela eliminação das barreiras que limitam a participação e o desenvolvimento dos educandos. Ainscow (2005) destaca que sistemas educacionais inclusivos dependem de mudanças

articuladas nas culturas, nas políticas e nas práticas institucionais, favorecendo ambientes capazes de responder positivamente às diferenças existentes entre os estudantes. Essa perspectiva redefine o significado da qualidade educacional, associando-o à capacidade da escola de promover participação efetiva, aprendizagem significativa e valorização da diversidade humana. O ambiente escolar transforma-se em um espaço no qual as diferenças deixam de representar motivo de segregação para constituírem oportunidades de enriquecimento das experiências coletivas de ensino e aprendizagem.

A construção de estratégias pedagógicas diversificadas representa um dos principais mecanismos para garantir igualdade de oportunidades no processo educativo. Ainscow e César (2006) afirmam que a educação inclusiva depende da capacidade das escolas de reorganizar continuamente suas práticas, desenvolvendo respostas pedagógicas que atendam às necessidades dos estudantes sem recorrer à exclusão ou à segregação. Essa reorganização envolve a utilização de múltiplas metodologias, recursos didáticos variados, diferentes linguagens, atividades colaborativas, procedimentos avaliativos flexíveis e formas diversificadas de mediação do conhecimento. O planejamento pedagógico deixa de seguir uma lógica uniforme para assumir caráter investigativo, permitindo que o professor analise as necessidades da turma e adapte suas intervenções de acordo com as especificidades identificadas durante o percurso educativo. A diversificação metodológica fortalece a participação de todos os estudantes, amplia o acesso ao currículo e favorece o desenvolvimento de competências acadêmicas, sociais e comunicacionais.

O compromisso com a equidade ultrapassa a ideia de oferecer as mesmas condições para todos, exigindo que cada estudante receba os apoios necessários para participar plenamente das experiências escolares. A Lei Brasileira de Inclusão estabelece que o sistema educacional deve garantir recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas, adaptações razoáveis e medidas individualizadas que assegurem igualdade de oportunidades e eliminem situações de discriminação no ambiente educacional (Brasil, 2015). Sob essa perspectiva, a organização escolar passa a reconhecer que tratar igualmente sujeitos com necessidades distintas pode perpetuar desigualdades historicamente construídas. A promoção da equidade pressupõe sensibilidade para identificar barreiras, planejamento para superá-las e compromisso institucional com a construção de respostas pedagógicas compatíveis com as características dos estudantes. O respeito às singularidades fortalece processos educativos mais democráticos, nos quais cada aluno encontra condições concretas para desenvolver suas potencialidades.

A utilização de recursos pedagógicos diversificados constitui importante estratégia para ampliar o acesso ao conhecimento e favorecer a participação ativa dos estudantes em diferentes situações de aprendizagem. Ischkanian e colaboradores (2024) ressaltam que a articulação entre educação, tecnologias e inclusão potencializa práticas pedagógicas inovadoras ao oferecer

diferentes possibilidades de comunicação, interação, organização das atividades e acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes. O emprego de materiais adaptados, recursos tecnológicos, atividades lúdicas, instrumentos visuais, registros diversificados e metodologias participativas amplia as formas de acesso ao currículo sem reduzir os objetivos educacionais. A inovação pedagógica adquire sentido inclusivo quando está vinculada às necessidades reais dos estudantes e ao compromisso com a aprendizagem de todos. A tabela 1 destaca uma diversidade de estratégias que fortalece a autonomia, incentiva o protagonismo discente e contribui para a construção de ambientes educacionais mais acessíveis e participativos.

**Tabela 1: A escola inclusiva abandona práticas padronizadas e desenvolve estratégias diversificadas que respeitam as singularidades dos estudantes**.

| Atividade | Objetivo | Procedimentos | Habilidades | Tipo de Inclusão |
|---|---|---|---|---|
| Contação de histórias | Compreensão oral | Leitura com recursos visuais | Linguagem e atenção | TEA/DI/Turma |
| Sequência de figuras | Sequência lógica | Ordenar imagens | Raciocínio | TEA/DI |
| Alfabeto móvel | Alfabetização | Formar palavras | Leitura/escrita | TEA/DI/TDAH |
| Jogo da memória | Memória | Encontrar pares | Atenção | TEA/TDAH |
| Pintura coletiva | Integração | Painel em grupo | Cooperação | Todos |
| Caça ao tesouro | Resolver problemas | Buscar pistas | Lógica | Todos |
| Bingo de letras | Reconhecer letras | Marcar cartelas | Alfabetização | DI |
| Bingo de números | Noções matemáticas | Sortear números | Cálculo | DI/TDAH |
| Pareamento de cores | Identificar cores | Associar objetos | Percepção | TEA |
| Classificação | Categorizar | Separar objetos | Comparação | DI |
| Massinha | Motricidade | Modelar | Coordenação | TEA |
| Música com gestos | Comunicação | Cantar e gesticular | Expressão | Surdez/TEA |
| Circuito motor | Coordenação | Percurso adaptado | Equilíbrio | DF |
| Quebra-cabeça | Cooperação | Montagem coletiva | Problemas | Todos |
| Roda de conversa | Oralidade | Dialogar | Comunicação | Todos |
| Jogo das emoções | Reconhecer emoções | Cartões | Socioemocional | TEA |
| Fantoches | Expressão | Dramatizar | Criatividade | Todos |
| Livro sensorial | Exploração tátil | Manipular texturas | Percepção | DV |
| Painel da rotina | Autonomia | Organizar rotina | Organização | TEA |
| Caixa surpresa | Exploração | Identificar objetos | Tato | DV |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Associação palavra-imagem | Leitura | Relacionar | Vocabulário | TEA |
| HQ | Produção textual | Criar quadrinhos | Escrita | Todos |
| Mural | Colaboração | Painel temático | Cooperação | Todos |
| Dominó de sílabas | Alfabetização | Relacionar sílabas | Fonologia | DI |
| Culinária | Autonomia | Receita | Sequência | Todos |
| Horta | Educação ambiental | Cultivo | Responsabilidade | Todos |
| Jogos matemáticos | Lógica | Materiais concretos | Cálculo | DI |
| Leitura compartilhada | Fluência | Ler em grupo | Interpretação | Todos |
| Caixa das letras | Reconhecimento | Sortear letras | Leitura | TEA |
| Calendário | Temporalidade | Atualizar data | Organização | DI |
| Desenho livre | Expressão | Desenhar | Criatividade | Todos |
| Maquete | Espacialidade | Construir | Planejamento | Todos |
| Experimentos | Investigação | Experiências | Ciência | Todos |
| Jogos digitais | Tecnologia | Apps educativos | Autonomia | TEA |
| Caça-palavras | Leitura | Encontrar palavras | Atenção | Todos |
| Tangram | Espacialidade | Montar figuras | Lógica | AH/TEA |
| Entrevista | Interação | Perguntas | Oralidade | Todos |
| Mapa mental | Organização | Esquema | Síntese | Todos |
| Quiz | Revisão | Perguntas | Memória | Todos |
| Portfólio | Acompanhamento | Registrar produções | Autoavaliação | Todos |
| Teatro | Expressão | Encenação | Comunicação | Todos |
| Podcast | Oralidade | Gravar áudio | Comunicação | Todos |
| Infográfico | Síntese | Produzir cartaz | Análise | Todos |
| Linha do tempo | Temporalidade | Organizar eventos | Sequência | Todos |
| Leitura em dupla | Colaboração | Pares | Fluência | Todos |
| Jogos cooperativos | Integração | Missões em equipe | Socialização | Todos |
| Debate | Argumentação | Discussão | Pensamento crítico | Todos |
| Projeto interdisciplinar | Integração curricular | Pesquisa | Colaboração | Todos |
| Autoavaliação | Reflexão | Ficha reflexiva | Metacognição | Todos |
| Mostra pedagógica | Protagonismo | Exposição | Comunicação | Todos |

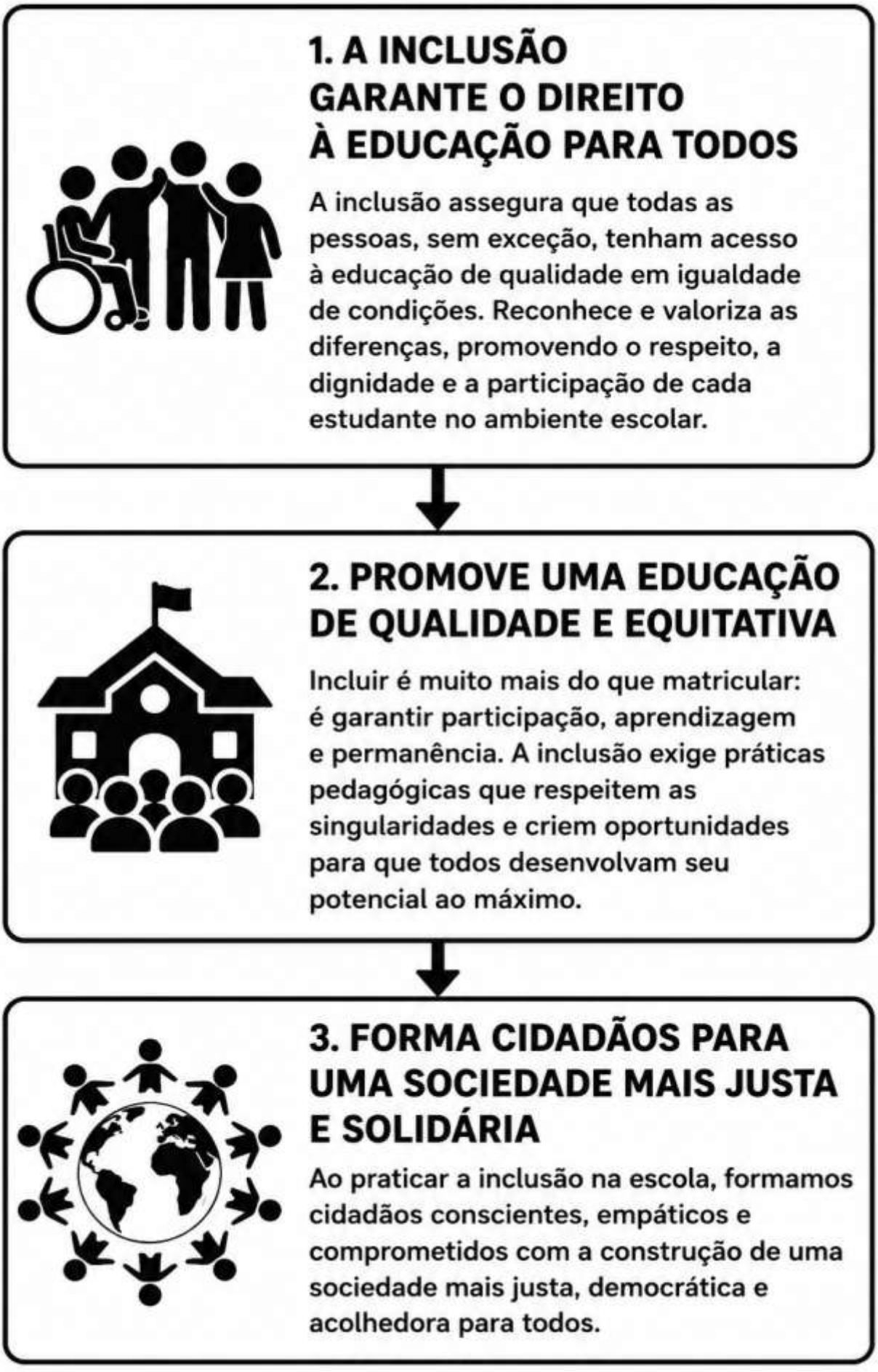
**Fonte: Simone Helen Drumond Ischkanian e Sandro Garabed Ischkanian, (2026).**

As atividades apresentadas fundamentam-se nos princípios da educação inclusiva previstos na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e na Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), priorizando estratégias pedagógicas flexíveis que respeitam os diferentes ritmos, potencialidades e formas de aprendizagem dos estudantes. Esses documentos orientam a construção de práticas educacionais comprometidas com a eliminação das barreiras que

dificultam o acesso, a participação e a aprendizagem, reafirmando que a diversidade constitui uma característica inerente aos contextos escolares. Nessa perspectiva, as atividades propostas foram organizadas para favorecer a participação ativa de todos os estudantes, contemplando diferentes formas de comunicação, interação, expressão e construção do conhecimento. A utilização de metodologias diversificadas, recursos pedagógicos acessíveis, materiais adaptados e propostas colaborativas amplia as oportunidades de aprendizagem, fortalece a autonomia dos estudantes e contribui para a construção de ambientes escolares mais acolhedores, democráticos e comprometidos com a equidade. O planejamento intencional dessas estratégias possibilita que o professor identifique as necessidades educacionais presentes na turma e desenvolva intervenções compatíveis com as singularidades de cada estudante, preservando os objetivos curriculares e promovendo experiências significativas de aprendizagem.

As atividades também dialogam com as contribuições de Ainscow (2005) e Ainscow e César (2006), que defendem a diversificação metodológica como elemento essencial para garantir participação, aprendizagem e equidade no contexto escolar. Sob essa perspectiva, a qualidade da educação inclusiva não está associada à adoção de uma única metodologia, mas à capacidade da escola de organizar práticas pedagógicas flexíveis, contextualizadas e sensíveis às diferentes formas pelas quais os estudantes aprendem. O conjunto de propostas apresentado contempla experiências que estimulam o desenvolvimento cognitivo, social, comunicacional, emocional e motor, reconhecendo que a aprendizagem ocorre de maneira singular e requer múltiplas oportunidades de participação. A organização de atividades diversificadas fortalece o protagonismo estudantil, incentiva o trabalho cooperativo, amplia o acesso ao currículo e favorece a construção de uma cultura escolar pautada no respeito às diferenças, na valorização das potencialidades individuais e na efetivação do direito de todos a uma educação de qualidade, inclusiva e socialmente comprometida.

A escola inclusiva consolida-se quando compreende que o respeito às singularidades constitui condição indispensável para a efetivação do direito à educação. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reafirma que os sistemas educacionais devem garantir educação inclusiva em todos os níveis, promovendo igualdade de oportunidades, participação plena e desenvolvimento das potencialidades humanas em ambientes livres de discriminação (ONU, 2006). Esse compromisso exige atuação integrada entre gestão escolar, professores, famílias e profissionais especializados, fortalecendo uma cultura institucional comprometida com a valorização da diversidade e com a eliminação das barreiras que restringem a aprendizagem.


1. A INCLUSÃO GARANTE O DIREITO À EDUCAÇÃO PARA TODOS
A inclusão assegura que todas as pessoas, sem exceção, tenham acesso à educação de qualidade em igualdade de condições. Reconhece e valoriza as diferenças, promovendo o respeito, a dignidade e a participação de cada estudante no ambiente escolar.
2. PROMOVE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E EQUITATIVA
Incluir é muito mais do que matricular: é garantir participação, aprendizagem e permanência. A inclusão exige práticas pedagógicas que respeitem as singularidades e criem oportunidades para que todos desenvolvam seu potencial ao máximo.
3. FORMA CIDADÃOS PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E SOLIDÁRIA
Ao praticar a inclusão na escola, formamos cidadãos conscientes, empáticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e acolhedora para todos.

**Fonte: Simone Helen Drumond Ischkanian e Sandro Garabed Ischkanian, (2026).**

# A INCLUSÃO COMO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA EDUCAÇÃO

A inclusão educacional constitui um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade comprometida com a valorização da diversidade
(Diversidade na sala de aula)
O tema "Inclusão: Ensine-me de maneiras diferentes, pois assim sou capaz de aprender" representa uma mudança significativa de paradigma
(Aprendizagem personalizada e adaptada)
na qual o foco deixa de estar nas limitações do estudante e passa a concentrar-se nas possibilidades pedagógicas capazes de promover a aprendizagem de todos.
INCLUSÃO
AUTISMO
EDUCAÇÃO
PORTFOLIO

## 2.3. O DIREITO À APRENDIZAGEM E À PARTICIPAÇÃO

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional comprometido com a superação de modelos historicamente fundamentados na exclusão, na segregação e na compreensão limitada das diferenças humanas como obstáculos ao desenvolvimento escolar. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, assegurando igualdade de condições para acesso e permanência na escola, princípio que desloca a responsabilidade educativa da adaptação do estudante para a transformação dos sistemas de ensino (Brasil, 1988). Nessa perspectiva, o direito à aprendizagem não se restringe à presença física do aluno no ambiente escolar, pois envolve a garantia de experiências formativas significativas, oportunidades de participação e reconhecimento das singularidades que constituem cada trajetória educacional. A escola inclusiva passa a ser compreendida como espaço democrático no qual a diversidade não representa uma exceção, mas uma característica inerente à composição social e cultural das comunidades escolares.

O reconhecimento da aprendizagem como direito fundamental exige uma reorganização das práticas pedagógicas, das estruturas institucionais e das concepções que orientam o trabalho docente. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a inclusão escolar demanda a eliminação de barreiras que impedem a participação plena dos estudantes, considerando aspectos arquitetônicos, comunicacionais, pedagógicos e atitudinais (Brasil, 2008). Essa compreensão amplia o significado da escolarização, pois desloca o foco das limitações individuais para as condições oferecidas pelo sistema educacional. A participação efetiva emerge como elemento inseparável da aprendizagem, uma vez que aprender implica interagir, construir sentidos, produzir conhecimentos e estabelecer relações de pertencimento dentro de um ambiente que valorize diferentes formas de expressão e desenvolvimento.

A trajetória histórica da educação inclusiva demonstra que o acesso à escola foi apenas uma etapa inicial de uma transformação mais profunda, relacionada ao direito de aprender com qualidade e dignidade. A Declaração de Salamanca consolidou uma perspectiva internacional ao defender que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas, promovendo respostas educativas capazes de contemplar a diversidade (UNESCO, 1994). A inclusão, nesse cenário, não pode ser interpretada como simples integração administrativa de estudantes anteriormente afastados do ensino regular, pois pressupõe mudanças culturais que envolvem currículo, avaliação, formação docente e relações interpessoais. A escola torna-se um território de construção coletiva no qual as diferenças deixam de ser percebidas como problemas a serem corrigidos e passam a constituir elementos potencializadores da aprendizagem.

A garantia do direito à participação escolar envolve uma dimensão ética que ultrapassa a oferta de recursos materiais e alcança as relações estabelecidas entre estudantes, professores, famílias e comunidade. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência afirma que os Estados devem assegurar sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis, garantindo participação plena e efetiva das pessoas com deficiência na sociedade (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006). Essa determinação reforça que a inclusão não se limita à adaptação física dos espaços, mas requer uma mudança na maneira como a escola interpreta capacidades, potencialidades e formas diversas de aprender. Quando o estudante encontra oportunidades reais de participação, desenvolve autonomia, fortalece sua identidade e amplia sua percepção de pertencimento ao grupo escolar.

A construção de sistemas educacionais inclusivos depende da identificação dos mecanismos que produzem exclusão dentro das próprias instituições de ensino. Ainscow (2005) destaca que o desenvolvimento da educação inclusiva está relacionado à capacidade das escolas de reconhecer barreiras à aprendizagem e criar estratégias coletivas para superá-las. Essa abordagem desloca a análise da deficiência como característica isolada do indivíduo e direciona atenção para os processos institucionais que podem restringir ou ampliar oportunidades educativas. A transformação escolar exige investigação permanente das práticas pedagógicas, das formas de avaliação e das expectativas construídas sobre os estudantes, pois muitas barreiras permanecem invisíveis quando são naturalizadas no cotidiano escolar.

A participação dos estudantes nas experiências educativas depende da existência de práticas pedagógicas flexíveis, planejadas a partir de diferentes possibilidades de aprendizagem. Estudos sobre inclusão evidenciam que metodologias diversificadas favorecem o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e comunicacionais, especialmente quando consideram os modos particulares pelos quais cada sujeito interage com o conhecimento (Ischkanian; Ischkanian, 2022). Nesse contexto, estratégias como os portfólios educacionais representam possibilidades de acompanhamento individualizado, permitindo registrar processos, avanços e necessidades específicas dos estudantes. A avaliação deixa de assumir caráter exclusivamente classificatório e passa a funcionar como instrumento de compreensão das trajetórias de aprendizagem, oferecendo subsídios para intervenções pedagógicas mais humanizadas.

A efetivação do direito à aprendizagem também está relacionada à capacidade da escola de produzir ambientes acessíveis e responsivos às necessidades dos estudantes. A Lei Brasileira de Inclusão estabelece que a pessoa com deficiência possui direito a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, garantindo condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem (Brasil, 2015). Essa legislação representa uma mudança conceitual importante ao afirmar que a deficiência não deve ser compreendida apenas

pela condição individual, mas pela interação entre impedimentos e barreiras existentes na sociedade. O compromisso institucional passa a envolver planejamento contínuo, oferta de recursos de acessibilidade e construção de práticas que assegurem igualdade de oportunidades sem eliminar as diferenças.

A formação docente ocupa posição estratégica na consolidação de uma educação comprometida com a participação de todos os estudantes. A pesquisa educacional demonstra que professores preparados para lidar com a diversidade desenvolvem maior capacidade de elaborar intervenções pedagógicas diferenciadas e reconhecer potencialidades presentes em trajetórias escolares distintas (Carvalho et al., 2023). A formação inicial e continuada precisa superar abordagens restritas ao conhecimento técnico sobre deficiências específicas, incorporando reflexões sobre direitos humanos, planejamento inclusivo, tecnologias assistivas e práticas colaborativas. O professor deixa de atuar como transmissor único de conteúdos e assume papel de mediador de experiências educativas acessíveis e significativas.

A inclusão escolar envolve também uma dimensão tecnológica, especialmente diante das possibilidades oferecidas pelos recursos digitais para ampliar comunicação, autonomia e acesso ao conhecimento. As tecnologias educacionais podem favorecer adaptações curriculares, produção de materiais acessíveis e criação de diferentes caminhos para expressão dos estudantes, desde que sejam utilizadas a partir de objetivos pedagógicos claros. Conforme discutem Ischkanian e Pereira (2024), a articulação entre educação, tecnologias e inclusão amplia as possibilidades de valorização do aluno e fortalece práticas pedagógicas centradas na participação. A tecnologia, nesse sentido, não substitui a relação humana presente no processo educativo, mas atua como ferramenta mediadora capaz de reduzir barreiras historicamente presentes no cotidiano escolar.

A compreensão do direito à aprendizagem requer uma análise crítica das políticas educacionais e dos processos que determinam sua implementação nas escolas. Fávero e Centenaro (2019) ressaltam que a pesquisa documental sobre políticas educacionais possibilita compreender tanto os avanços normativos quanto os desafios presentes entre a formulação das leis e sua concretização prática. A existência de marcos legais inclusivos representa uma conquista social relevante, porém sua efetividade depende de investimentos, acompanhamento institucional e compromisso político permanente. A distância entre o direito formalmente reconhecido e a experiência vivenciada pelos estudantes revela a necessidade de avaliar continuamente as condições reais oferecidas pelos sistemas educacionais.

A participação escolar também está associada ao reconhecimento das múltiplas formas de comunicação e interação presentes entre os estudantes. Uma educação verdadeiramente inclusiva não estabelece um único padrão de comportamento, linguagem ou aprendizagem como referência universal, pois compreende que diferentes caminhos podem conduzir à

construção do conhecimento. Pesquisas voltadas ao atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista demonstram a relevância de estratégias planejadas, materiais adaptados e instrumentos avaliativos que respeitem particularidades individuais (ischkanian, 2025). O desafio pedagógico consiste em criar ambientes nos quais cada estudante possa demonstrar suas capacidades por diferentes meios, fortalecendo sua autonomia e participação.

A escola inclusiva representa um espaço de transformação social porque influencia não apenas o desempenho acadêmico dos estudantes, mas também a construção de valores coletivos relacionados ao respeito, à solidariedade e à convivência democrática. Ainscow e César (2006) argumentam que a educação inclusiva deve ser compreendida como processo contínuo de desenvolvimento dos sistemas educacionais, envolvendo mudanças culturais e institucionais permanentes. Essa perspectiva impede que a inclusão seja tratada como programa temporário ou ação isolada direcionada a determinados grupos. O compromisso com a participação de todos exige uma revisão constante das práticas escolares, das relações estabelecidas e das formas de compreender o sucesso educativo.

A investigação científica sobre inclusão contribui para ampliar a compreensão dos desafios enfrentados pelas instituições educacionais e para fundamentar práticas baseadas em evidências. Revisões sistemáticas da literatura permitem identificar tendências, lacunas e possibilidades de intervenção em diferentes campos do conhecimento, oferecendo maior rigor às análises acadêmicas (Galvão; Ricarte, 2019). A produção científica sobre educação inclusiva demonstra que os avanços alcançados dependem da articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas inovadoras e participação dos diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo. O conhecimento produzido pela pesquisa torna-se instrumento de transformação quando dialoga com as necessidades concretas das escolas.

A garantia do direito à aprendizagem e à participação representa uma construção coletiva que envolve mudanças na organização escolar, nas práticas pedagógicas e nas concepções sociais sobre diferença e capacidade. Graham et al. (2023) evidenciam que documentos internacionais como a Declaração de Salamanca e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência permanecem referências fundamentais para os debates contemporâneos sobre inclusão educacional. Esses marcos reafirmam que nenhuma política inclusiva pode ser reduzida à matrícula escolar, pois o verdadeiro compromisso reside em assegurar oportunidades reais de desenvolvimento. A escola democrática é aquela que reconhece cada estudante como sujeito de direitos, produtor de conhecimentos e participante ativo da vida coletiva.

O direito à aprendizagem e à participação constitui uma das expressões mais significativas da educação como prática social comprometida com a dignidade humana. A construção de ambientes inclusivos exige continuidade, reflexão crítica e disposição

institucional para enfrentar barreiras que ainda limitam a presença plena de muitos estudantes. A inclusão não representa apenas uma resposta educacional às diferenças, mas uma concepção de escola fundada no reconhecimento de que todos possuem possibilidades de aprender e contribuir para a comunidade em que estão inseridos. Quando a diversidade orienta decisões pedagógicas e políticas, a educação amplia sua função social e reafirma seu compromisso com uma sociedade mais justa, participativa e acessível.

### 2.3.1. O direito à aprendizagem como princípio fundamental da educação inclusiva

O direito à aprendizagem constitui um dos fundamentos centrais da educação inclusiva, pois compreende que a escolarização somente se efetiva quando o estudante encontra condições concretas para desenvolver conhecimentos, habilidades e competências em ambientes acessíveis e acolhedores. A Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como direito de todos, estabelecendo princípios relacionados à igualdade de condições para acesso e permanência na escola, o que amplia a responsabilidade do Estado e das instituições educacionais na garantia de trajetórias escolares bem-sucedidas (Brasil, 1988). A aprendizagem deixa de ser compreendida como resultado exclusivo do esforço individual do aluno e passa a ser entendida como construção coletiva, influenciada pelas oportunidades pedagógicas, pelas relações estabelecidas e pelos recursos disponibilizados no ambiente escolar.

A efetivação desse direito exige superar concepções tradicionais que associavam dificuldade escolar exclusivamente às características do estudante. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva propõe uma reorganização dos sistemas educacionais para assegurar participação e aprendizagem de estudantes com diferentes necessidades, enfatizando a eliminação de barreiras presentes no contexto escolar (Brasil, 2008). Essa perspectiva modifica o papel da escola, que passa a investigar suas próprias práticas e estruturas, identificando elementos que podem favorecer ou limitar o desenvolvimento dos educandos. O compromisso inclusivo pressupõe planejamento pedagógico flexível, avaliação contínua e valorização das diferentes formas de aprender.

A aprendizagem inclusiva envolve uma dimensão humana e social que reconhece cada estudante como sujeito histórico, capaz de produzir conhecimentos e participar ativamente da construção coletiva do saber. Ainscow (2005) destaca que sistemas educacionais inclusivos dependem da capacidade institucional de promover mudanças que ampliem a participação e reduzam processos de exclusão. Nessa compreensão, garantir aprendizagem significa criar oportunidades para que todos possam expressar suas potencialidades, desenvolver autonomia e estabelecer vínculos significativos com o conhecimento. A escola inclusiva torna-se, portanto,

espaço de formação integral, no qual o direito de aprender está associado ao direito de pertencer.

### 2.3.2. A participação escolar como dimensão essencial da inclusão

A participação escolar representa uma dimensão indispensável da educação inclusiva, pois estar matriculado em uma instituição de ensino não significa necessariamente vivenciar experiências educativas plenas. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência determina que os Estados devem garantir sistemas educacionais inclusivos capazes de promover participação efetiva das pessoas com deficiência em todos os níveis de ensino (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006). Essa perspectiva amplia o conceito de inclusão ao considerar que o estudante precisa ocupar espaços de interação, decisão, comunicação e produção de conhecimentos dentro da comunidade escolar.

A participação envolve aspectos pedagógicos, sociais e afetivos que influenciam diretamente a relação do estudante com a escola. Ainscow e César (2006) defendem que a educação inclusiva deve ser compreendida como processo permanente de transformação das instituições, considerando que a exclusão pode ocorrer mesmo em ambientes formalmente abertos a todos. Um estudante pode frequentar regularmente as aulas e, ainda assim, permanecer afastado das experiências significativas de aprendizagem quando suas formas de comunicação, interação ou expressão não são reconhecidas. A participação plena depende de práticas que valorizem diferentes modos de envolvimento e respeitem os ritmos individuais.

A construção de uma cultura participativa requer mudanças na organização escolar e na maneira como professores e gestores compreendem a diversidade. A Lei Brasileira de Inclusão reforça que a pessoa com deficiência possui direito à educação em igualdade de oportunidades, com garantia de acessibilidade e recursos necessários ao desenvolvimento de sua autonomia (Brasil, 2015). A participação deixa de ser vista como concessão oferecida pela escola e passa a constituir um direito assegurado juridicamente. Quando estudantes participam efetivamente das atividades escolares, desenvolvem pertencimento, fortalecem sua identidade e contribuem para uma comunidade educativa mais democrática.

### 2.3.3. A superação das barreiras educacionais para garantir inclusão

A superação das barreiras educacionais constitui uma condição indispensável para que o direito à aprendizagem e à participação seja concretizado. A educação inclusiva parte do reconhecimento de que muitos obstáculos enfrentados pelos estudantes não estão relacionados apenas às suas características individuais, mas às limitações existentes nos ambientes, práticas e concepções escolares. A Lei Brasileira de Inclusão define barreiras como entraves que podem dificultar ou impedir a participação social plena da pessoa com deficiência, abrangendo

aspectos arquitetônicos, comunicacionais, tecnológicos e atitudinais (Brasil, 2015). Essa compreensão desloca o foco da adaptação do aluno para a transformação das condições oferecidas pela escola.

As barreiras pedagógicas representam um dos principais desafios para a consolidação da inclusão, pois envolvem metodologias rígidas, avaliações padronizadas e currículos pouco flexíveis. Estudos sobre práticas inclusivas demonstram que estratégias diferenciadas, materiais adaptados e instrumentos de acompanhamento individualizado favorecem o desenvolvimento das habilidades dos estudantes e ampliam suas possibilidades de aprendizagem (Ischkanian; Ischkanian, 2022). O planejamento pedagógico precisa considerar múltiplas formas de acesso ao conhecimento, permitindo que cada estudante encontre caminhos adequados para participar das experiências educativas.

A eliminação de barreiras também depende da transformação das atitudes presentes no cotidiano escolar, pois preconceitos e expectativas reduzidas podem limitar oportunidades de desenvolvimento. Kiuppis (2014) destaca que a inclusão envolve uma discussão ampla sobre participação social e reconhecimento das diferenças, não devendo ser reduzida apenas ao atendimento de estudantes com deficiência. A construção de ambientes inclusivos exige uma postura institucional comprometida com a valorização da diversidade e com a criação de relações baseadas no respeito. Quando a escola identifica e enfrenta suas próprias barreiras, amplia sua capacidade de garantir aprendizagem, participação e desenvolvimento humano para todos.

### 2.3.4. A acessibilidade como condição para a garantia da aprendizagem e participação

A acessibilidade constitui um princípio estruturante da educação inclusiva, pois representa a criação de condições que permitem aos estudantes participar plenamente das experiências escolares. A Lei Brasileira de Inclusão estabelece que a acessibilidade corresponde à possibilidade de utilização, com segurança e autonomia, de espaços, recursos, informações e serviços por todas as pessoas, considerando suas diferentes necessidades (Brasil, 2015). No campo educacional, essa concepção ultrapassa a adaptação física dos ambientes e envolve a construção de práticas pedagógicas, comunicacionais e tecnológicas capazes de assegurar igualdade de oportunidades. A escola acessível não é aquela que apenas recebe estudantes diversos, mas aquela que reorganiza seus processos para possibilitar a participação efetiva de cada sujeito.

A acessibilidade pedagógica exige que o ensino seja planejado considerando diferentes formas de aprendizagem, expressão e interação. Segundo Carvalho et al. (2023), a articulação entre direitos, tecnologias e educação amplia as possibilidades de construção de ambientes

educativos inclusivos, especialmente quando os recursos são utilizados como instrumentos de autonomia e participação. Materiais adaptados, recursos visuais, tecnologias assistivas e estratégias diferenciadas favorecem a aproximação dos estudantes com os conteúdos escolares, permitindo que o conhecimento seja construído por múltiplos caminhos. A diversidade dos modos de aprender precisa ser incorporada ao planejamento escolar como elemento constitutivo do processo educativo.

A construção de uma escola acessível depende de uma mudança cultural que reconheça a acessibilidade como direito coletivo e não como benefício destinado exclusivamente a determinados grupos. Ainscow (2005) ressalta que o desenvolvimento de sistemas inclusivos exige identificar obstáculos presentes nas instituições e criar mecanismos para ampliar a participação dos estudantes. Essa perspectiva conduz a escola a revisar continuamente suas práticas, considerando que barreiras podem surgir em diferentes momentos da trajetória escolar. A acessibilidade torna-se, portanto, expressão concreta do compromisso institucional com uma educação democrática, equitativa e comprometida com a valorização das diferenças humanas.

### 2.3.5. O papel das práticas pedagógicas inclusivas no desenvolvimento dos estudantes

As práticas pedagógicas inclusivas representam um dos principais caminhos para transformar o direito à aprendizagem em experiência concreta dentro das escolas. A educação inclusiva exige metodologias que considerem a heterogeneidade das turmas, reconhecendo que os estudantes possuem diferentes ritmos, interesses, formas de comunicação e modos de construir conhecimento. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva orienta que o atendimento educacional deve promover acesso ao currículo, participação e aprendizagem, articulando diferentes estratégias pedagógicas para responder às necessidades dos estudantes (Brasil, 2008). O ensino inclusivo, nesse sentido, não reduz expectativas, mas amplia possibilidades para que todos alcancem seu desenvolvimento.

O planejamento pedagógico assume papel decisivo na criação de experiências educativas significativas, especialmente quando considera observação sistemática, avaliação processual e adaptação de recursos. Ischkanian e Ischkanian (2022) apresentam o método de portfólios educacionais como uma estratégia capaz de acompanhar trajetórias individuais de aprendizagem, permitindo registrar avanços, dificuldades e potencialidades dos estudantes. Esse tipo de abordagem favorece uma compreensão mais ampla do desenvolvimento infantil, pois valoriza processos e não apenas resultados finais. A avaliação passa a funcionar como instrumento de mediação pedagógica, contribuindo para decisões mais adequadas às características de cada estudante.

A inovação das práticas inclusivas não depende exclusivamente da utilização de novas ferramentas, mas da capacidade do professor de interpretar as necessidades dos alunos e construir respostas educativas contextualizadas. Estudos sobre aprendizagem e cognição indicam que indivíduos com necessidades educacionais específicas podem desenvolver habilidades significativas quando encontram ambientes organizados, estimulantes e adequados às suas características (Ischkanian et al., 2015). O professor inclusivo atua como pesquisador de sua própria prática, buscando compreender como cada estudante aprende e quais estratégias podem favorecer sua participação. Essa postura transforma a sala de aula em espaço de investigação, colaboração e construção compartilhada do conhecimento.

### 2.3.6. A formação docente e a construção de uma cultura escolar inclusiva

A formação docente representa um elemento fundamental para a consolidação da educação inclusiva, pois os professores desempenham papel central na mediação das aprendizagens e na criação de ambientes acolhedores. A inclusão escolar exige profissionais preparados para compreender a diversidade humana, identificar barreiras educacionais e desenvolver estratégias capazes de responder às diferentes necessidades presentes na sala de aula. A pesquisa educacional demonstra que políticas inclusivas somente alcançam resultados consistentes quando acompanhadas de formação profissional contínua e de condições institucionais adequadas para sua implementação (Ainscow; César, 2006). A competência docente, nesse contexto, não se limita ao domínio de conteúdos, envolvendo também sensibilidade ética, capacidade reflexiva e compromisso com os direitos educacionais.

A formação de professores precisa superar perspectivas restritas que apresentam a inclusão apenas como conjunto de técnicas voltadas ao atendimento de estudantes com deficiência. Narciso e Santana (2025) defendem que as metodologias científicas e os processos formativos na educação devem estimular análises críticas sobre as práticas escolares, permitindo que os profissionais compreendam os fenômenos educativos em sua complexidade. O professor necessita desenvolver habilidades para planejar intervenções flexíveis, utilizar diferentes recursos pedagógicos e estabelecer parcerias com outros profissionais e com as famílias. A inclusão depende de uma rede colaborativa na qual todos os envolvidos compartilham responsabilidades pelo desenvolvimento dos estudantes.

A construção de uma cultura escolar inclusiva ocorre quando a formação docente se articula com mudanças institucionais mais amplas. Ainscow (2005) argumenta que a transformação dos sistemas educacionais envolve processos coletivos de aprendizagem organizacional, nos quais escolas analisam suas práticas e constroem novas formas de responder à diversidade. O professor não atua isoladamente na produção da inclusão, pois necessita de apoio da gestão, políticas públicas consistentes e espaços permanentes de diálogo

profissional. Uma escola comprometida com a participação de todos fortalece uma cultura na qual ensinar significa reconhecer diferentes possibilidades de aprendizagem e criar condições para que cada estudante desenvolva seu potencial.

### 2.3.7. As tecnologias educacionais como instrumentos de inclusão e participação

As tecnologias educacionais assumem papel estratégico na ampliação das possibilidades de aprendizagem e participação dos estudantes em contextos inclusivos. A incorporação de recursos tecnológicos na educação não deve ser compreendida apenas como modernização dos instrumentos utilizados em sala de aula, mas como uma oportunidade de reduzir barreiras e criar novas formas de interação com o conhecimento. Carvalho et al. (2023) destacam que a relação entre direitos, tecnologias e educação possibilita desenvolver práticas pedagógicas mais acessíveis, especialmente quando os recursos digitais são planejados de acordo com as necessidades dos sujeitos envolvidos. A tecnologia, quando integrada a uma proposta pedagógica humanizada, amplia oportunidades de comunicação, autonomia e expressão dos estudantes.

O uso de tecnologias assistivas e ferramentas digitais favorece a construção de caminhos alternativos para que os estudantes participem das atividades escolares, respeitando diferentes formas de aprendizagem e comunicação. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reconhece a importância do acesso às tecnologias da informação e comunicação como meio de garantir igualdade de oportunidades e participação social (ONU, 2006). Nesse cenário, recursos como softwares educativos acessíveis, materiais multimodais e dispositivos de apoio podem contribuir para que estudantes com diferentes necessidades tenham maior independência no processo educativo. A tecnologia deixa de ser apenas um recurso complementar e passa a constituir uma dimensão da acessibilidade pedagógica.

A utilização consciente das tecnologias requer planejamento, formação profissional e análise crítica sobre suas possibilidades e limitações. Ischkanian e Pereira (2024) ressaltam que a articulação entre educação, tecnologia e inclusão depende de práticas que valorizem o estudante como sujeito ativo, evitando que os recursos digitais sejam utilizados de maneira descontextualizada. O professor precisa compreender a tecnologia como mediadora da aprendizagem, selecionando ferramentas capazes de favorecer objetivos educacionais específicos. Quando associada a estratégias inclusivas, a tecnologia contribui para transformar a escola em um ambiente mais participativo, flexível e aberto às múltiplas formas de a

### 2.3.8. A avaliação inclusiva e o reconhecimento das diferentes trajetórias de aprendizagem

A avaliação escolar representa um dos campos mais importantes para a consolidação da educação inclusiva, pois revela as concepções de aprendizagem e desenvolvimento que orientam as práticas institucionais. Uma perspectiva inclusiva compreende a avaliação como processo contínuo de acompanhamento, interpretação e intervenção pedagógica, afastando-se de modelos exclusivamente classificatórios que podem limitar a compreensão das capacidades dos estudantes. Creswell (2021) destaca que a investigação educacional exige atenção aos diferentes fenômenos envolvidos nos processos de aprendizagem, considerando a complexidade das experiências humanas e sociais. A avaliação inclusiva segue essa mesma lógica ao reconhecer que o desenvolvimento dos estudantes ocorre por trajetórias diversas e não por padrões únicos.

Os instrumentos avaliativos precisam contemplar diferentes formas de demonstrar conhecimentos, habilidades e competências, considerando que os estudantes podem expressar suas aprendizagens por múltiplos meios. Ischkanian (2017) evidencia a importância do planejamento e da adaptação de materiais pedagógicos na educação infantil inclusiva, demonstrando que recursos adequados podem favorecer a participação e o desenvolvimento de crianças com diferentes necessidades educacionais. O portfólio, os registros descritivos, as observações sistemáticas e outras estratégias qualitativas possibilitam compreender avanços individuais que muitas vezes não são identificados por avaliações tradicionais. A avaliação passa a assumir função formativa, orientando decisões pedagógicas e fortalecendo a autonomia dos estudantes.

Uma cultura avaliativa inclusiva exige mudança de perspectiva sobre o significado do sucesso escolar. Graham et al. (2023) apontam que os debates contemporâneos sobre inclusão educacional reforçam a necessidade de superar modelos centrados na deficiência ou na comparação entre estudantes, valorizando processos de participação e desenvolvimento. Avaliar inclusivamente significa reconhecer potencialidades, identificar necessidades de apoio e criar condições para que cada estudante avance em seu percurso educativo. O resultado dessa transformação é uma escola que compreende a aprendizagem como processo dinâmico, construído por meio das interações, experiências e oportunidades oferecidas aos sujeitos.

### 2.3.9. A articulação entre políticas públicas e práticas escolares inclusivas

A consolidação do direito à aprendizagem e à participação depende da articulação permanente entre políticas públicas educacionais e práticas desenvolvidas no cotidiano das escolas. A existência de legislações inclusivas representa uma conquista histórica, porém sua efetividade está relacionada às condições concretas oferecidas pelos sistemas de ensino. Fávero

e Centenaro (2019) ressaltam que a análise documental das políticas educacionais permite compreender as relações entre os discursos normativos e os desafios presentes em sua implementação. O distanciamento entre o texto legal e a realidade escolar evidencia a necessidade de acompanhamento contínuo, investimento institucional e participação dos diferentes atores envolvidos na educação.

As políticas inclusivas precisam ser compreendidas como instrumentos de transformação social e não apenas como determinações administrativas. A Lei Brasileira de Inclusão reafirma que a educação deve assegurar condições de igualdade, acessibilidade e participação para pessoas com deficiência, atribuindo aos sistemas educacionais responsabilidades relacionadas à eliminação de barreiras e garantia de apoios necessários (Brasil, 2015). A implementação dessas diretrizes exige planejamento integrado entre gestores, professores, famílias e comunidade, pois a inclusão depende de ações articuladas em diferentes níveis. A escola torna-se espaço privilegiado para materializar direitos que foram construídos no campo político e jurídico.

A relação entre políticas públicas e práticas escolares demanda processos permanentes de avaliação e aprimoramento. Morales (2022) destaca a importância de metodologias sistemáticas para análise de informações e produção de conhecimentos confiáveis, aspecto relevante para compreender resultados e desafios das políticas educacionais. A tomada de decisões fundamentada em pesquisas permite identificar necessidades reais das instituições e desenvolver estratégias mais eficazes. Uma política inclusiva consistente precisa dialogar com as experiências vividas pelos estudantes e profissionais da educação, evitando soluções padronizadas que desconsiderem as particularidades dos diferentes contextos escolares.

### 2.3.10. A construção de uma escola democrática baseada no direito de todos aprenderem

A construção de uma escola democrática representa o horizonte mais amplo da educação inclusiva, pois envolve reconhecer todos os estudantes como sujeitos de direitos, capazes de participar e contribuir para a vida escolar. A inclusão ultrapassa a presença física dos alunos nos espaços educativos e exige condições que garantam pertencimento, reconhecimento e desenvolvimento integral. A Declaração de Salamanca estabeleceu que as escolas devem responder às necessidades de todos os estudantes, assumindo a diversidade como elemento constitutivo da educação (UNESCO, 1994). Essa concepção redefine a função social da escola, transformando-a em ambiente comprometido com equidade, participação e valorização das diferenças.

A educação democrática pressupõe relações pedagógicas fundamentadas no respeito às singularidades e na criação de oportunidades reais de participação. Kiuppis (2014) argumenta

que o princípio da inclusão envolve debates amplos sobre pertencimento social e reconhecimento das diferenças, ultrapassando compreensões limitadas associadas exclusivamente à deficiência. A escola inclusiva precisa promover experiências nas quais todos os estudantes possam interagir, colaborar e construir conhecimentos coletivamente. A diversidade deixa de ser interpretada como desafio isolado e passa a ser compreendida como componente essencial da formação humana.

**Tabela 2: Método de Portfólios Educacionais SHDI e possibilidade de construção da escola democrática baseada no direito de aprender.**

| Possibilidade de construção da escola democrática baseada no direito de aprender | Fundamentação na perspectiva dos Portfólios SHDI |
|---|---|
| Construir um currículo que reconheça diferentes formas de aprender | O portfólio permite identificar características individuais, interesses e potencialidades, favorecendo um currículo adaptável às singularidades dos estudantes. |
| Registrar a história de aprendizagem de cada estudante | O método de portfólios valoriza registros contínuos que revelam avanços, desafios e conquistas, evitando uma visão limitada baseada apenas em resultados finais. |
| Desenvolver planos pedagógicos personalizados | A observação sistemática possibilita criar estratégias educativas coerentes com as necessidades e possibilidades de cada criança. |
| Valorizar o estudante como protagonista do próprio aprendizado | O portfólio possibilita que o aluno participe da construção de sua trajetória, reconhecendo suas produções e descobertas. |
| Criar espaços de escuta sensível das crianças | A documentação pedagógica permite compreender formas diversas de comunicação, expressão e interação. |
| Reconhecer diferentes ritmos de desenvolvimento | O acompanhamento processual respeita o tempo individual de cada estudante, evitando comparações inadequadas. |
| Adaptar materiais pedagógicos conforme as necessidades dos alunos | A perspectiva SHDI enfatiza planejamento e adaptação como elementos essenciais para garantir participação. |
| Utilizar recursos visuais, sensoriais e concretos no ensino | Estratégias diversificadas favorecem estudantes com diferentes estilos cognitivos e comunicacionais. |
| Transformar a avaliação em instrumento de aprendizagem | O portfólio substitui práticas exclusivamente classificatórias por análises qualitativas do desenvolvimento. |
| Construir uma cultura escolar baseada no respeito às diferenças | A documentação das trajetórias individuais fortalece a compreensão de que cada estudante possui formas próprias de aprender. |
| Desenvolver atividades considerando interesses pessoais dos estudantes | O reconhecimento das preferências individuais amplia o envolvimento e a motivação para aprender. |
| Registrar pequenas conquistas cotidianas | O método evidencia progressos que podem ser invisíveis em avaliações tradicionais. |
| Promover aprendizagem por experiências significativas | O portfólio reúne evidências de vivências que conectam conhecimento escolar e realidade do estudante. |
| Incentivar autonomia nas atividades escolares | O acompanhamento individual favorece estratégias que estimulam independência e participação. |

| | |
|---|---|
| Criar ambientes emocionalmente seguros | O conhecimento da trajetória do estudante auxilia o professor a construir relações pedagógicas mais acolhedoras. |
| Valorizar múltiplas linguagens de expressão | Desenhos, imagens, registros escritos, produções e interações podem compor diferentes formas de demonstrar aprendizagem. |
| Desenvolver práticas inclusivas para estudantes autistas | O método favorece planejamento individualizado e acompanhamento das habilidades em desenvolvimento. |
| Considerar aspectos sensoriais no planejamento escolar | A adaptação de materiais e ambientes contribui para maior participação dos estudantes. |
| Construir parceria entre escola e família | O portfólio funciona como instrumento compartilhado de comunicação sobre avanços e necessidades. |
| Promover participação ativa dos responsáveis no processo educativo | Os registros possibilitam que famílias compreendam e acompanhem o desenvolvimento escolar. |
| Criar projetos pedagógicos centrados nas potencialidades | A abordagem SHDI prioriza capacidades existentes, evitando práticas baseadas somente em limitações. |
| Desenvolver atividades lúdicas como caminhos de aprendizagem | Jogos, brincadeiras e experiências concretas são compreendidos como instrumentos de desenvolvimento cognitivo e social. |
| Respeitar diferentes formas de comunicação | O portfólio permite registrar expressões verbais, não verbais, gestuais e simbólicas. |
| Construir uma escola que observe antes de intervir | A observação pedagógica orienta decisões mais adequadas às necessidades reais do estudante. |
| Criar metas individuais de desenvolvimento | Os registros possibilitam acompanhar objetivos específicos e progressos alcançados. |
| Integrar tecnologia como recurso inclusivo | Ferramentas digitais podem ampliar comunicação, registro e acesso ao conhecimento. |
| Desenvolver materiais pedagógicos acessíveis | A adaptação dos recursos favorece participação e autonomia dos estudantes. |
| Reconhecer habilidades além do desempenho acadêmico tradicional | O portfólio evidencia competências sociais, motoras, afetivas e comunicacionais. |
| Incentivar a criatividade dos estudantes | Diferentes produções registradas revelam formas únicas de interpretar o mundo. |
| Construir práticas pedagógicas baseadas na observação científica | O acompanhamento sistemático favorece decisões fundamentadas sobre ensino e aprendizagem. |
| Estimular relações cooperativas entre estudantes | A inclusão é fortalecida quando colegas participam de experiências colaborativas. |
| Desenvolver uma pedagogia centrada na pessoa | O estudante é compreendido como sujeito integral, com história, emoções e potencialidades próprias. |
| Registrar processos e não apenas produtos finais | A aprendizagem é compreendida como construção contínua. |
| Garantir oportunidades para todos demonstrarem conhecimento | Diferentes estratégias permitem variadas formas de participação. |
| Criar ambientes que favoreçam pertencimento | O estudante percebe que sua identidade é reconhecida e valorizada. |
| Utilizar o portfólio como ferramenta de reflexão docente | O professor analisa sua prática e reorganiza estratégias conforme as evidências observadas. |
| Desenvolver práticas interdisciplinares | Registros diversificados permitem integrar diferentes áreas do conhecimento. |
| Valorizar experiências culturais e familiares | A trajetória do estudante torna-se fonte de conhecimento para o planejamento escolar. |
| Promover acessibilidade desde o planejamento inicial | A inclusão deixa de ser ação corretiva e passa a integrar a organização pedagógica. |

| | |
|---|---|
| Construir relações educativas baseadas na confiança | O acompanhamento individual fortalece vínculos entre professor e estudante. |
| Incentivar a descoberta das próprias capacidades | O estudante aprende a reconhecer seus avanços e possibilidades. |
| Criar práticas de ensino flexíveis | O professor adapta caminhos sem reduzir expectativas de aprendizagem. |
| Desenvolver projetos voltados à autonomia funcional | Atividades planejadas podem fortalecer habilidades necessárias para participação social. |
| Registrar interações sociais e conquistas coletivas | A aprendizagem é compreendida também como fenômeno relacional. |
| Promover inclusão desde a Educação Infantil | O planejamento precoce favorece desenvolvimento integral e prevenção de barreiras. |
| Utilizar o brincar como instrumento pedagógico inclusivo | A ludicidade possibilita aprendizagem significativa e participação espontânea. |
| Reconhecer o corpo e os sentidos como caminhos de aprendizagem | Experiências corporais ampliam possibilidades cognitivas e comunicativas. |
| Construir uma escola que aprende com seus estudantes | Os registros revelam novas possibilidades metodológicas para professores e gestores. |
| Transformar diferenças em oportunidades educativas | A diversidade passa a ser compreendida como elemento enriquecedor da comunidade escolar. |
| Consolidar uma escola democrática onde todos possam aprender sendo quem são | O método de portfólios SHDI sustenta uma educação baseada no reconhecimento da singularidade, participação e desenvolvimento integral. |

**Fonte: Simone Helen Drumond Ischkanian e Sandro Garabed Ischkanian, (2026).**

A Tabela 2 apresenta uma contribuição significativa para a compreensão de uma escola democrática comprometida com o direito de todos aprenderem a partir de sua forma singular de ser, sentir, comunicar-se e participar do mundo. A proposta fundamenta-se em uma visão humanizada da educação, na qual cada estudante é reconhecido como sujeito de potencialidades, experiências e modos próprios de construir conhecimentos. Os princípios defendidos por Ischkanian e Ischkanian (2022) evidenciam que o método de portfólios educacionais ultrapassa a função de simples registro escolar, configurando-se como uma estratégia pedagógica capaz de revelar percursos individuais, favorecer intervenções planejadas e fortalecer uma cultura de valorização das diferenças. Essa perspectiva demonstra sensibilidade diante da complexidade humana, pois compreende que aprender não ocorre por uma única rota, mas por múltiplos caminhos construídos nas relações entre sujeito, ambiente e conhecimento.

A utilização do método de portfólios SHDI representa uma possibilidade inovadora para transformar a prática educativa em um processo mais atento, investigativo e participativo. Conforme Ischkanian et al. (2015), os processos de aprendizagem e cognição de indivíduos com necessidades educacionais específicas exigem observação cuidadosa, estratégias diferenciadas e compreensão ampla das habilidades que cada estudante desenvolve ao longo de sua trajetória. Nesse sentido, o professor pode utilizar o portfólio para registrar momentos de descoberta, avanços comunicacionais, conquistas motoras, interesses, formas de interação e

estratégias que favorecem a aprendizagem. Um bom exemplo dessa prática ocorre quando uma criança que apresenta dificuldade em registrar informações por escrita convencional passa a demonstrar conhecimentos por meio de imagens, construções, desenhos, fotografias de atividades ou registros simbólicos, permitindo ao educador reconhecer aprendizagens que anteriormente poderiam permanecer ocultas.

A riqueza da proposta está na capacidade de transformar o olhar pedagógico, substituindo uma perspectiva centrada nas dificuldades por uma abordagem que identifica possibilidades de desenvolvimento. Os estudos de Ischkanian (2017, 2024, 2025) destacam a importância do planejamento, da adaptação de materiais e da organização de estratégias inclusivas que considerem as características individuais dos estudantes. A partir dessa compreensão, o professor pode elaborar sequências didáticas flexíveis, criar materiais sensoriais, adaptar recursos visuais, organizar atividades lúdicas e acompanhar como cada estudante responde às experiências propostas. Uma prática exemplar seria construir um portfólio de uma criança autista contendo registros de suas formas preferenciais de comunicação, interesses específicos, estratégias de autorregulação, atividades que favorecem sua interação social e progressos observados ao longo do tempo, possibilitando intervenções pedagógicas mais precisas e respeitosas.

A Tabela 2 também evidencia que a escola democrática precisa desenvolver uma cultura de acompanhamento contínuo, na qual o estudante não seja definido por diagnósticos, dificuldades ou resultados pontuais, mas compreendido em sua integralidade. O método de portfólios educacionais SHDI contribui para essa mudança porque permite documentar o processo, valorizando pequenas conquistas que possuem grande significado no desenvolvimento humano. Um exemplo positivo de aplicação ocorre quando professores registram o avanço gradual de um estudante que inicialmente não participava das atividades coletivas e, por meio de estratégias adequadas, passa a escolher materiais, interagir com colegas, expressar preferências e envolver-se em projetos escolares. Esses registros fortalecem a tomada de decisões pedagógicas e demonstram que o desenvolvimento acontece por etapas, respeitando tempos e características individuais.

Outro aspecto relevante refere-se ao potencial do portfólio como instrumento de diálogo entre escola, família e demais profissionais envolvidos no processo educativo. Ischkanian e Ischkanian (2022) ressaltam que práticas inclusivas eficazes dependem da construção de redes colaborativas, nas quais diferentes sujeitos compartilham informações e responsabilidades pelo desenvolvimento da criança. O portfólio possibilita que famílias acompanhem conquistas, compreendam estratégias utilizadas pela escola e contribuam com informações importantes sobre interesses, habilidades e formas de comunicação do estudante. Um procedimento adequado consiste em realizar momentos periódicos de compartilhamento do

portfólio, apresentando evidências concretas do desenvolvimento da criança e estabelecendo novas metas pedagógicas construídas coletivamente.

A proposta apresentada na Tabela 2 revela uma concepção de educação profundamente comprometida com a dignidade humana, pois reconhece que cada estudante possui uma maneira própria de existir e aprender neste planeta azul compartilhado por todos. A perspectiva defendida por Simone Helen Drumond Ischkanian e seus colaboradores fortalece uma pedagogia que observa, registra, adapta, acolhe e cria oportunidades reais de participação. O método de portfólios SHDI demonstra grande potencial para auxiliar escolas na construção de ambientes mais democráticos, acessíveis e sensíveis às diferenças, pois transforma informações sobre o estudante em caminhos pedagógicos concretos. Quando utilizado com intencionalidade educativa, o portfólio deixa de ser apenas um documento escolar e torna-se uma narrativa viva do desenvolvimento, uma ferramenta de inclusão e uma expressão do compromisso da escola com o direito universal de aprender.

O direito à aprendizagem e à participação representa uma construção contínua que depende do compromisso ético, político e pedagógico das instituições educacionais. Page et al. (2021), ao discutirem critérios de rigor em revisões sistemáticas de pesquisas, reforçam a importância da produção científica organizada para fundamentar decisões e práticas baseadas em evidências. Na educação inclusiva, o conhecimento produzido pelas pesquisas contribui para aperfeiçoar estratégias, avaliar políticas e fortalecer intervenções pedagógicas. A escola democrática se concretiza quando transforma princípios legais e teóricos em experiências cotidianas nas quais cada estudante encontra oportunidades para aprender, participar e desenvolver plenamente suas capacidades.

## 2.4. ENSINAR DE MANEIRAS DIFERENTES: UMA NOVA PERSPECTIVA PEDAGÓGICA

A educação contemporânea atravessa um processo de ressignificação profunda ao reconhecer que a diversidade humana não pode ser tratada como exceção dentro dos espaços escolares, mas como elemento constitutivo da própria aprendizagem. A Declaração de Salamanca defende que os sistemas educacionais devem organizar respostas pedagógicas capazes de atender diferentes necessidades, valorizando a presença de todos os estudantes nas escolas regulares (UNESCO, 1994). Essa compreensão desloca a responsabilidade da adaptação individual do aluno para a capacidade institucional de construir caminhos educativos acessíveis, flexíveis e significativos. Ensinar de maneiras diferentes representa uma mudança de paradigma que questiona modelos tradicionais baseados na uniformidade das estratégias, dos tempos e dos modos de demonstrar conhecimento.

A perspectiva inclusiva parte do princípio de que cada estudante possui uma forma singular de compreender, interpretar e interagir com o mundo, exigindo práticas pedagógicas sensíveis às múltiplas trajetórias de desenvolvimento. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva afirma que a escola deve garantir acesso, participação e aprendizagem por meio da eliminação de barreiras e da criação de condições adequadas ao desenvolvimento dos estudantes (BRASIL, 2008). O ensino deixa de ser organizado a partir de um aluno considerado padrão e passa a contemplar diferentes possibilidades cognitivas, comunicacionais, sensoriais e sociais. Essa transformação exige uma postura docente investigativa, capaz de observar como cada estudante aprende e quais recursos favorecem sua participação.

A mudança de perspectiva pedagógica envolve compreender que ensinar não significa apenas transmitir conteúdos previamente estabelecidos, mas criar ambientes nos quais o conhecimento possa ser construído por diferentes caminhos. Ainscow (2005) destaca que o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos depende da capacidade das escolas identificarem barreiras e produzirem estratégias coletivas para ampliar a participação dos estudantes. A sala de aula torna-se um espaço de experimentação pedagógica, no qual professores analisam suas práticas, reorganizam metodologias e buscam alternativas para atender a diversidade presente no cotidiano escolar. Essa concepção fortalece uma educação que reconhece potencialidades antes de enfatizar limitações.

O planejamento pedagógico inclusivo exige uma ampliação do repertório metodológico dos professores, incorporando recursos capazes de dialogar com diferentes formas de aprendizagem. Ischkanian e Ischkanian (2022) demonstram que o método de portfólios educacionais constitui uma estratégia facilitadora do processo de ensino e aprendizagem por permitir acompanhar trajetórias individuais, registrar avanços e identificar possibilidades de intervenção. O portfólio representa uma ferramenta de escuta pedagógica, pois revela aspectos do desenvolvimento que muitas vezes não aparecem em avaliações tradicionais. A partir desses registros, o professor consegue construir propostas mais próximas das necessidades reais dos estudantes, respeitando suas características e valorizando suas conquistas.

A utilização de metodologias ativas amplia as oportunidades de participação porque coloca o estudante em posição de sujeito do próprio processo educativo. Estudos sobre aprendizagem e cognição indicam que indivíduos com necessidades educacionais específicas apresentam melhores possibilidades de desenvolvimento quando encontram experiências planejadas, estímulos adequados e estratégias coerentes com suas formas de interação com o conhecimento (ISCHKANIAN et al., 2015). Atividades investigativas, projetos colaborativos, jogos educativos e experiências práticas favorecem uma aprendizagem mais envolvente, pois

aproximam os conteúdos escolares das experiências concretas dos estudantes. O conhecimento passa a ser construído por meio da ação, da reflexão e da participação.

Os recursos visuais e materiais concretos representam importantes instrumentos para tornar o ensino mais acessível e significativo. Ischkanian (2017) ressalta a importância do planejamento e da adaptação de materiais pedagógicos como elementos fundamentais para uma práxis educativa inclusiva, especialmente quando envolve crianças com autismo, deficiência visual ou outras necessidades específicas. Imagens, objetos manipuláveis, mapas conceituais, sequências ilustradas e recursos sensoriais possibilitam diferentes formas de acesso aos conteúdos escolares. Um mesmo conceito pode ser apresentado por meio de uma explicação oral, uma representação visual, uma experiência prática ou uma atividade corporal, ampliando as possibilidades de compreensão.

A ludicidade constitui outra dimensão essencial para uma pedagogia que reconhece diferentes maneiras de aprender. Ischkanian (2017) destaca que jogos, brinquedos e brincadeiras podem contribuir significativamente para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional de crianças com Transtorno do Espectro Autista e outras necessidades educacionais específicas. O brincar favorece comunicação, interação e construção de significados, pois envolve o estudante em experiências nas quais aprender torna-se uma atividade prazerosa e contextualizada. Quando utilizado com intencionalidade pedagógica, o lúdico deixa de ser compreendido como simples entretenimento e passa a funcionar como recurso metodológico capaz de promover inclusão.

A tecnologia educacional amplia ainda mais as possibilidades de ensinar de maneiras diferentes ao oferecer ferramentas que favorecem comunicação, acessibilidade e autonomia. Carvalho et al. (2023) discutem que a articulação entre direitos, tecnologias e educação possibilita desenvolver práticas pedagógicas mais inclusivas quando os recursos tecnológicos são utilizados com objetivos educativos claros. Ferramentas digitais, aplicativos educativos, recursos de comunicação alternativa e materiais multimídia podem auxiliar estudantes que encontram barreiras nos modelos convencionais de ensino. A tecnologia não substitui a relação humana presente na educação, mas amplia os caminhos pelos quais os estudantes podem participar e expressar seus conhecimentos.

A avaliação também precisa acompanhar essa transformação metodológica, abandonando modelos rígidos que consideram apenas um padrão único de desempenho. A Lei Brasileira de Inclusão estabelece que a educação deve assegurar condições de igualdade, acessibilidade e participação, reconhecendo a necessidade de recursos e estratégias que favoreçam o desenvolvimento das pessoas com deficiência (BRASIL, 2015). Uma avaliação inclusiva considera processos, avanços individuais, estratégias utilizadas pelo estudante e

diferentes formas de demonstrar aprendizagem. O professor passa a observar não apenas o resultado final, mas o percurso construído pelo aluno durante suas experiências educativas.

O ensino diferenciado não significa reduzir expectativas ou oferecer uma educação simplificada, mas criar diferentes oportunidades para que todos alcancem objetivos educacionais relevantes. Ainscow e César (2006) defendem que a inclusão escolar envolve transformação das práticas institucionais para garantir que todos os estudantes tenham participação significativa nos processos educativos. A diversidade metodológica permite que uma mesma proposta seja explorada por diferentes linguagens e níveis de apoio, preservando a complexidade dos conhecimentos trabalhados. Uma escola inclusiva amplia possibilidades sem limitar capacidades.

A construção de práticas pedagógicas diferenciadas depende de uma compreensão ampliada sobre o desenvolvimento humano, considerando que aprender envolve aspectos cognitivos, emocionais, sociais, culturais e comunicacionais. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência estabelece que os sistemas educacionais devem promover o desenvolvimento pleno das capacidades humanas, respeitando dignidade, autonomia e diversidade (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006). Essa perspectiva fortalece uma visão de ensino na qual o estudante não é analisado apenas pelo desempenho acadêmico imediato, mas compreendido como sujeito integral em constante processo de desenvolvimento. Ensinar de maneiras diferentes significa reconhecer que cada trajetória educativa possui características próprias e que a escola precisa criar condições para que essas trajetórias floresçam.

A observação sistemática do estudante constitui uma prática essencial para que o professor compreenda quais estratégias favorecem sua aprendizagem. Ischkanian (2024, 2025), ao abordar o Método de Portfólios SHDI na perspectiva da inclusão, autismo e educação, evidencia que os registros pedagógicos possibilitam acompanhar habilidades, interesses, formas de comunicação e progressos individuais, transformando informações cotidianas em decisões educativas mais qualificadas. Um exemplo significativo ocorre quando o professor documenta como determinado estudante responde melhor a estímulos visuais, musicais, corporais ou manipulativos e utiliza essas informações para reorganizar suas propostas. O planejamento deixa de ser baseado em hipóteses gerais e passa a ser construído a partir da realidade observada de cada aprendiz.

As atividades colaborativas representam uma possibilidade importante para desenvolver uma escola democrática, pois favorecem interação, respeito mútuo e aprendizagem compartilhada entre estudantes com diferentes características. Kiuppis (2014) argumenta que o conceito de inclusão ultrapassa a associação exclusiva com deficiência, envolvendo uma reflexão mais ampla sobre pertencimento, participação e reconhecimento das diferenças

humanas. Quando uma turma desenvolve projetos coletivos, os estudantes aprendem não apenas conteúdos curriculares, mas também formas de convivência, cooperação e valorização das contribuições individuais. A diversidade deixa de ser percebida como obstáculo e passa a funcionar como elemento enriquecedor da experiência educativa.

A linguagem utilizada no processo de ensino também possui papel decisivo na construção de uma aprendizagem acessível. Uma comunicação clara, objetiva e adaptada às características dos estudantes favorece compreensão, autonomia e participação nas atividades escolares. Ischkanian (2016) destaca que o planejamento pedagógico inclusivo precisa considerar formas diferenciadas de apresentação dos conteúdos, respeitando aspectos cognitivos, sensoriais e comunicacionais dos alunos. Um professor que utiliza frases mais objetivas, imagens de apoio, exemplos concretos, recursos gestuais e diferentes formas de explicação amplia as possibilidades de compreensão sem empobrecer o conhecimento trabalhado. A acessibilidade comunicacional torna-se uma ponte entre o estudante e o currículo.

A transformação da escola em um ambiente capaz de ensinar de diferentes maneiras exige também uma postura investigativa dos profissionais da educação. Creswell (2021) evidencia que a produção do conhecimento científico depende da análise cuidadosa dos fenômenos estudados, valorizando métodos que permitam compreender realidades complexas. No campo educacional, essa postura investigativa possibilita que professores avaliem suas estratégias, observem resultados e construam novas possibilidades pedagógicas. A prática docente deixa de ser uma repetição de procedimentos fixos e passa a constituir um processo permanente de reflexão, criação e aprimoramento.

A formação continuada dos professores possui relevância central nesse processo, pois ensinar de maneiras diferentes requer conhecimentos, experiências e disposição para reconstruir práticas consolidadas. Narciso e Santana (2025) ressaltam que a educação contemporânea necessita de metodologias científicas e formativas capazes de estimular análises críticas sobre os desafios escolares. Professores preparados para lidar com a diversidade conseguem desenvolver propostas mais flexíveis, identificar barreiras e utilizar recursos adequados às necessidades dos estudantes. A formação profissional torna-se uma ferramenta de transformação quando possibilita compreender a inclusão como princípio pedagógico e não apenas como exigência normativa.

A organização escolar também precisa acompanhar essa mudança, criando condições institucionais para que práticas inclusivas sejam sustentáveis. Fávero e Centenaro (2019) destacam que a análise das políticas educacionais permite compreender os caminhos entre as propostas oficiais e sua efetivação nos espaços escolares. A existência de leis e diretrizes inclusivas representa uma conquista importante, porém sua concretização depende de gestão comprometida, recursos adequados e participação coletiva. Uma escola que deseja ensinar de

maneiras diferentes precisa reorganizar tempos, espaços, materiais e formas de planejamento para acolher diferentes modos de aprender.

O uso de portfólios educacionais destaca-se como uma estratégia capaz de integrar avaliação, planejamento e acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes. Ischkanian e Cabral et al. (2022) apresentam o método de portfólios como ferramenta metodológica e avaliativa que favorece uma compreensão ampla dos processos de aprendizagem. Esse instrumento permite reunir registros escritos, imagens, produções, observações e reflexões que revelam a evolução do estudante ao longo do tempo. O portfólio transforma a avaliação em narrativa de desenvolvimento, demonstrando que cada conquista possui valor pedagógico e que cada estudante constrói conhecimento por caminhos próprios.

A perspectiva de ensinar de maneiras diferentes beneficia toda a comunidade escolar, pois estratégias inclusivas não são recursos exclusivos para estudantes com deficiência, mas possibilidades de aprimorar a qualidade do ensino para todos. Graham et al. (2023) demonstram que os debates contemporâneos sobre inclusão educacional reforçam a necessidade de superar modelos centrados na separação entre estudantes considerados diferentes e aqueles considerados dentro de padrões tradicionais. Recursos visuais, metodologias participativas, tecnologias, jogos e avaliações flexíveis enriquecem o processo educativo de maneira ampla.

**Tabela 3. Possibilidades pedagógicas das atividades do acervo inclusivo.**

| Categoria/Atividade | Objetivo pedagógico | Como desenvolver na prática | Contribuição para inclusão e aprendizagem |
|---|---|---|---|
| **02 DE ABRIL: Dia Mundial da Conscientização do Autismo (48 atividades)** | Desenvolver compreensão sobre autismo, respeito às diferenças e valorização da diversidade humana. | Utilizar histórias, cartazes, rodas de conversa, desenhos, atividades sensoriais e produções coletivas. Registrar no portfólio SHDI as percepções dos estudantes sobre inclusão. | Favorece empatia, pertencimento e construção de uma cultura escolar sem preconceitos. |
| **A Bonequinha Preta (1)** | Trabalhar identidade, diversidade étnico-racial, afetividade e literatura infantil. | Realizar leitura compartilhada, dramatização, produção artística e atividades sobre características físicas e emocionais dos personagens. | Amplia o respeito às diferenças e fortalece a autoestima das crianças. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **A Era do Gelo (4)** | Estimular interpretação, memória, sequência lógica e relações sociais. | Explorar cenas do filme, personagens, emoções e situações-problema. Criar registros visuais sobre aprendizagens. | Possibilita aprendizagem por meio de recursos audiovisuais e favorece estudantes com diferentes estilos cognitivos. |
| **A História de uma Tesoura (5)** | Desenvolver coordenação motora fina, criatividade e compreensão narrativa. | Trabalhar recorte, colagem, reconto da história e criação de personagens utilizando diferentes materiais. | Fortalece habilidades motoras e permite múltiplas formas de expressão. |
| **Ábaco (16)** | Desenvolver raciocínio matemático, contagem, associação quantidade/número e operações básicas. | Utilizar o ábaco concreto para representar quantidades, resolver problemas e registrar estratégias utilizadas pelo estudante. | Favorece aprendizagem matemática concreta, especialmente para estudantes que necessitam de apoio visual e manipulativo. |
| **Atividades gerais (4)** | Promover experiências diversificadas de aprendizagem. | Selecionar conforme objetivos individuais, utilizando jogos, registros gráficos, materiais adaptados e atividades práticas. | Permite flexibilização curricular e respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem. |
| **Atividades de coordenação visomotora (27)** | Desenvolver integração entre visão, percepção espacial e movimentos das mãos. | Utilizar traçados, encaixes, pinturas, caminhos, pontilhados e atividades de precisão manual. | Auxilia escrita, autonomia funcional e participação em atividades escolares. |
| **Adaptações de Matemática (17)** | Garantir acesso aos conceitos matemáticos por diferentes estratégias. | Adaptar números, operações e problemas com imagens, materiais concretos, cores e recursos táteis. | Reduz barreiras pedagógicas e amplia possibilidades de compreensão. |
| **Adaptadores para escrita (4)** | Favorecer autonomia na escrita e adequação motora. | Utilizar engrossadores de lápis, suportes, modelos visuais e estratégias personalizadas. | Possibilita participação de estudantes com dificuldades motoras ou necessidades específicas. |
| **Adição (244)** | Desenvolver pensamento matemático, cálculo e resolução de problemas. | Trabalhar com jogos, objetos concretos, desenhos, material dourado. | Permite diferentes caminhos para compreender operações matemáticas. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Adição de 1 a 9 com bola colorida (8)** | Associar números, quantidades e operações simples. | Utilizar bolas coloridas para representar parcelas e construir cálculos visualmente. | Estratégia lúdica que beneficia aprendizagem concreta e visual. |
| **Adição e Subtração (14)** | Desenvolver compreensão das relações entre juntar, retirar e comparar quantidades. | Criar situações práticas utilizando brinquedos, alimentos, objetos escolares e jogos. | Aproxima matemática da realidade do estudante. |
| **Agendas Inclusão (2)** | Organizar rotina, previsibilidade e autonomia. | Construir agendas visuais com imagens, símbolos ou palavras para antecipar atividades. | Muito importante para estudantes que necessitam de organização temporal e apoio visual. |
| **Alfabetização 1 (80)** | Desenvolver leitura, escrita, consciência fonológica e reconhecimento de símbolos. | Utilizar letras móveis, jogos, imagens, associação som/letra e produção de palavras. | Favorece diferentes caminhos de alfabetização respeitando o desenvolvimento individual. |
| **Alfabetização 2 (39)** | Ampliar habilidades leitoras e escritoras. | Trabalhar pequenos textos, interpretação, formação de frases e registros individuais. | Estimula autonomia comunicativa e participação social. |
| **Alfabeto construtor gráfico (11)** | Desenvolver reconhecimento das letras e coordenação motora. | Construir letras com diferentes materiais como massa, palitos, texturas e desenhos. | Favorece aprendizagem multissensorial. |
| **Alfabeto modelagem (8)** | Explorar letras por meio da manipulação e criatividade. | Criar letras usando massinha, argila ou materiais recicláveis. | Estimula percepção tátil, motricidade e memória visual. |
| **Alfabetos lúdicos (184)** | Tornar a alfabetização significativa por meio do brincar. | Utilizar jogos, músicas, cartões, histórias e atividades interativas. | Amplia motivação e participação dos estudantes. |
| **Alimentos (17)** | Trabalhar vocabulário, hábitos saudáveis e autonomia. | Explorar imagens, classificação, receitas, sabores, cores e texturas. | Desenvolve linguagem, conhecimento cotidiano e habilidades. |
| **Alinhavo (40)** | Desenvolver coordenação motora fina, concentração e planejamento motor. | Utilizar cartões perfurados, cadarços e sequências de movimentos. | Prepara habilidades necessárias para escrita e autonomia. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Animais (20)** | Desenvolver linguagem, classificação e conhecimento sobre natureza. | Trabalhar sons, características, habitats, jogos de associação e histórias. | Favorece aprendizagem por interesse e experiências concretas. |
| **Aprender brincando (31)** | Integrar ludicidade e aprendizagem. | Criar jogos pedagógicos envolvendo matemática, linguagem, movimento e interação social. | Reforça a ideia de que brincar também é uma forma de aprender. |
| **Arte terapia (72)** | Estimular expressão emocional, criatividade e comunicação. | Desenvolver pinturas, colagens, desenhos livres e produções guiadas. | Oferece formas alternativas de expressão para estudantes com diferentes modos comunicativos. |

**Fonte: Simone Helen Drumond Ischkanian e Sandro Garabed Ischkanian, (2026).**

As propostas pedagógicas organizadas a partir do Método de Portfólios Educacionais SHDI, desenvolvido por Simone Helen Drumond Ischkanian, apresentam uma concepção de aprendizagem fundamentada no reconhecimento da individualidade dos estudantes e na valorização de seus diferentes modos de interagir com o conhecimento. O portfólio ultrapassa a função de simples arquivo de atividades realizadas, tornando-se um instrumento de investigação pedagógica, acompanhamento do desenvolvimento e construção de estratégias personalizadas. Conforme discutem Ischkanian e Ischkanian (2022), os registros sistemáticos permitem compreender os caminhos percorridos pelas crianças, revelando habilidades, interesses, dificuldades e conquistas que muitas vezes permanecem invisíveis em avaliações tradicionais. Acesse os links das atividades de Simone Helen Drumond Ischkanian compreenda que essa perspectiva transforma o olhar docente, pois o estudante deixa de ser analisado apenas pelo resultado final e passa a ser compreendido pela riqueza do processo de aprendizagem.

- *02 DE ABRIL - DIA MUNDIAL DA CONSCIENTIZAÇÃO DO AUTISMO (48)*
- *A BONEQUINHA PRETA (1)*
- *A ERA DO GELO (4)*
- *A HISTÓRIA DE UMA TESOURA (5)*
- *ABACO (16)*
- *ACTIVIDADES (4)*
- *ACTIVIDADES DE COORDINACIÓN VISOMOTORA (27)*
- *ADAPTAÇÕES DE MATEMÁTICA (17)*
- *ADAPTADORES PARA ESCRITA (4)*
- *ADIÇÃO (244)*
- *ADIÇÃO 8 (3)*
- *ADIÇÃO DE 1 A 9 BOLA COLORIDA (8)*
- *ADIÇÃO E SUBTRAÇÃO (14)*
- *AGENDAS INCLUSÃO (2)*
- *ALFABETIZAÇÃO 1 (80)*

- *ALFABETIZAÇÃO 2* *(39)*
- *ALFABETO CONSTRUTOR GRÁFICO* *(11)*
- *ALFABETO MODELAGEM* *(8)*
- *ALFABETOS LÚDICOS* *(184)*
- *ALIMENTOS* *(17)*
- *ALINHAVO* *(40)*
- *ANIMAIS* *(20)*
- *APRENDER BRINCANDO* *(31)*
- *ARTE TERAPIA* *(72)*
- *ARTIGOS DE SIMONE HELEN DRUMOND ISCHKANIAN* *(128)*
- *AS VOGAIS* *(187)*
- *ATIVIDADE DO MARCOS ANTONIO* *(8)*
- *ATIVIDADES ABC* *(5)*
- *ATIVIDADES BABY SHARK* *(10)*
- *ATIVIDADES COM AS MÃOS* *(46)*
- *ATIVIDADES COM BOTÕES* *(4)*
- *ATIVIDADES COM OS TÊNIS* *(14)*
- *ATIVIDADES COM PALITOS* *(13)*
- *ATIVIDADES COM PEIXINHOS* *(19)*
- *ATIVIDADES COM RELÓGIOS* *(21)*
- *ATIVIDADES DA SOFIA* *(2)*
- *ATIVIDADES DE DINOSSAURO* *(64)*
- *ATIVIDADES DE FILMES* *(4)*
- *ATIVIDADES DINHEIRO* *(7)*
- *ATIVIDADES DO HEITOR* *(11)*
- *ATIVIDADES DO KAUA* *(51)*
- *ATIVIDADES DO MARCELO* *(39)*
- *ATIVIDADES DO VITOR* *(3)*
- *ATIVIDADES LEGO* *(56)*
- *ATIVIDADES LETRA Aa* *(90)*
- *ATIVIDADES LETRA AL EL IL OL UL* *(12)*
- *ATIVIDADES LETRA AM EM IM OM UM* *(2)*
- *ATIVIDADES LETRA AN EN IN ON UN* *(1)*
- *ATIVIDADES LETRA AS ES IS OS US* *(7)*
- *ATIVIDADES LETRA AZ EZ IZ OZ UZ* *(1)*
- *ATIVIDADES LETRA Bb* *(148)*
- *ATIVIDADES LETRA BL* *(3)*
- *ATIVIDADES LETRA Br* *(18)*
- *ATIVIDADES LETRA Cc* *(134)*
- *ATIVIDADES LETRA Ch* *(21)*
- *ATIVIDADES LETRA Cl* *(1)*
- *ATIVIDADES LETRA Cr* *(3)*
- *ATIVIDADES LETRA Dd* *(58)*
- *ATIVIDADES LETRA Dr* *(2)*
- *ATIVIDADES LETRA Ee* *(33)*
- *ATIVIDADES LETRA Ff* *(75)*
- *ATIVIDADES LETRA Fl* *(4)*
- *ATIVIDADES LETRA Fr* *(2)*
- *ATIVIDADES LETRA Gg* *(73)*
- *ATIVIDADES LETRA Gr* *(2)*
- *ATIVIDADES LETRA Hh* *(21)*
- *ATIVIDADES LETRA Ii* *(16)*
- *ATIVIDADES LETRA Jj* *(43)*
- *ATIVIDADES LETRA Kk* *(12)*

- *ATIVIDADES LETRA LH (1)*
- *ATIVIDADES LETRA Ll (59)*
- *ATIVIDADES LETRA Mm (53)*
- *ATIVIDADES LETRA NH (2)*
- *ATIVIDADES LETRA Nn (19)*
- *ATIVIDADES LETRA Oo (32)*
- *ATIVIDADES LETRA PL (1)*
- *ATIVIDADES LETRA Pp (115)*
- *ATIVIDADES LETRA Qq (6)*
- *ATIVIDADES LETRA Rr (46)*
- *ATIVIDADES LETRA SAR SER SIR SOR SUR (1)*
- *ATIVIDADES LETRA Ss (58)*
- *ATIVIDADES LETRA Tr (3)*
- *ATIVIDADES LETRA Tt (37)*
- *ATIVIDADES LETRA Uu (32)*
- *ATIVIDADES LETRA Vr (2)*
- *ATIVIDADES LETRA Vv (24)*
- *ATIVIDADES LETRA Ww (4)*
- *ATIVIDADES LETRA Xx (22)*
- *ATIVIDADES LETRA Yy (6)*
- *ATIVIDADES LETRA Zz (37)*
- *ATIVIDADES LETRAS CHA CHE CHI CHO CHU (2)*
- *ATIVIDADES PARA BEBÊS (4)*
- *ATIVIDADES PRONTAS (6)*
- *ATIVIDADES SAPINHOS (9)*
- *ATIVIDADES SONIC (64)*
- *AULA (9)*
- *AULA EM CASA AMAZONAS (8)*
- *AULAS PRATICAS DO PROJETO: AUTISMO E EDUCAÇÃO (3)*
- *AUTISMO E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO (2)*
- *AUTISMO E EDUCAÇÃO. (14)*
- *AUTISMO E TÉCNICAS DE ADIÇÃO (17)*
- *AUTISMO E TERAPIA COM ANIMAIS (2)*
- *AUTISMO INFANTIL (5)*
- *AUTISMUS UND ERZIEHUNG (5)*
- *BAIXA VISÃO ATIVIDADES (3)*
- *BERÇÁRIO ATIVIDADES (6)*
- *BINGO (13)*
- *BLAZE MONSTER (5)*
- *BNCC (27)*
- *BNCC O EU (9)*
- *BNCC TRAÇOS (3)*
- *BOB O TREM (3)*
- *BOCA DO JACARÉ (40)*
- *BOMBEIRO ATIVIDADES (4)*
- *BONECA DE LATA (3)*
- *BORBOLETINHA (28)*
- *BRAILLE (23)*
- *BRANCA DE NEVE (9)*
- *BRINCANDO COM LETRAS (7)*
- *BRINCANDO E APRENDENDO COM BERNARDO (18)*
- *CABELOS DIVERTIDOS COORDENAÇÃO MOTORA (85)*
- *CAÇA-PALAVRAS (3)*
- *CADERNOS DE LEITURAS (8)*

- *CAILLOU* *(8)*
- *CALIGRAFIA* *(10)*
- *CARROS E PISTAS* *(71)*
- *CARTILHA OS DIREITOS DOS AUTISTAS* *(10)*
- *CAVALO DE PAPEL* *(2)*
- *CELULAR ATIVIDADES* *(10)*
- *CHAPEUZINHO VERMELHO ATIVIDADES* *(12)*
- *CHAVES ATIVIDADES* *(13)*
- *CIÊNCIAS* *(78)*
- *COELHO ATIVIDADES* *(9)*
- *COLEÇÃO ADAPTAÇÃO CURRICULAR E INCLUSÃO DO AUTISTA* *(19)*
- *COLEÇÃO APRENDER EM CASA* *(22)*
- *Coleção de PLANNER do Método de Portfólios SHD Ischkanian* *(52)*
- *COLEÇÃO MINI LIVROS* *(11)*
- *CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA* *(39)*
- *CONSCIÊNCIA NEGRA* *(20)*
- *CONTOS / HISTÓRIAS* *(15)*
- *COORDENAÇÃO MOTORA* *(159)*
- *CORES E FORMAS* *(127)*
- *CORONAVÍRUS* *(19)*
- *CORPO* *(25)*
- *CRECHE* *(4)*
- *CRECHE BNCC* *(4)*
- *DADOS ATIVIDADES* *(9)*
- *DATAS COMEMORATIVAS* *(11)*
- *DEBATENDO SOBRE O AUTISMO* *(9)*
- *DENTES* *(13)*
- *DESENHOS ANIMADO* *(21)*
- *DIA DA FAMÍLIA* *(12)*
- *DIA DAS MÃES* *(2)*
- *DIA DAS MULHERES* *(19)*
- *DIA DO LIVRO* *(24)*
- *DIA MUNDIAL DA ÁGUA* *(5)*
- *DIREITA E ESQUERDA* *(2)*
- *DISLEXIA* *(4)*
- *DITADO* *(12)*
- *DIVERSOS MATERIAIS* *(30)*
- *DIVISÃO* *(10)*
- *DONA ARANHA* *(23)*
- *DONA ARATINHA* *(2)*
- *DORMIR* *(1)*
- *EBOOK AUTISMO E EDUCAÇÃO* *(9)*
- *EDUCAÇÃO FÍSICA* *(1)*
- *EDUCAÇÃO INFANTIL* *(100)*
- *EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO* *(7)*
- *EDUCAÇÃO SENSORIAL* *(17)*
- *EDUCADORES DE PESSOAS TEA* *(1)*
- *EDUCATION* *(5)*
- *EL MONSTRUO DE COLORES* *(11)*
- *ELMER O ELEFANTE* *(4)*
- *EMOÇÕES* *(15)*
- *ENCONTRO VOCALICOS* *(35)*
- *ENSINO FUNDAMENTAL* *(24)*
- *ESCRITA DO NOME* *(18)*

- *ESPANHOL (14)*
- *ESPORTES (4)*
- *EU SOU ASSIM (1)*
- *EU SOU ESCOTISTA E APOIO A INCLUSÃO (2)*
- *EXPRESSÃO FACIAL (56)*
- *FANTOCHES (5)*
- *FICHAS DE LEITURA (7)*
- *FICHAS DE LEITURA ALTERNATIVA (9)*
- *FLOR DOS NÚMEROS (11)*
- *FOLCLORE (11)*
- *FONOAUDIÓLOGA ALE DEL VECCHIO (26)*
- *FONOAUDIOLOGIA (42)*
- *FORMAS GEOMÉTRICAS (27)*
- *FOTOS AULAS (184)*
- *FRAÇÃO (9)*
- *FRASES - LETRAMENTO E AUTISMO (6)*
- *FRASES PARA REFLEXÃO (88)*
- *FROZEN (18)*
- *FUNÇÕES EXECUTIVAS (5)*
- *FUTEBOL ATIVIDADES (5)*
- *GALINHA PINTADINHA (33)*
- *GATO (4)*
- *GATO XADREZ (4)*
- *GEJO JOÃO OSCALINO (13)*
- *GESTOS E MOVIMENTOS (1)*
- *GRAFOMOTRICIDADE (7)*
- *GRAMÁTICA (1)*
- *GRANDEZAS E MEDIDAS (19)*
- *HIGIENE (20)*
- *HISTÓRIA (10)*
- *HISTÓRIAS DA MINHA MÃE (1)*
- *HOMENAGENS E ATIVIDADES (12)*
- *HORAS. MINUTOS E SEGUNDOS (15)*
- *IMAGENS PARA EDUCAR (9)*
- *INCLUSÃO (5)*
- *INCLUSÃO ATIVIDADES (14)*
- *INCLUSÃO BNCC AEE (46)*
- *INCLUSÃO E LETRAMENTO (59)*
- *INFORMAÇÕES AUTISMO E EDUCAÇÃO (9)*
- *INGLÊS (12)*
- *INGLÊS ATIVIDADES (44)*
- *INTEGRAÇÃO SENSORIAL (7)*
- *Intervenção Precoce (PIIP) (8)*
- *JOANINHA E O LETRAMENTO (16)*
- *JOANINHA E OS NÚMEROS (15)*
- *JOGO DA VELHA (7)*
- *JOGOS COM APRENDIZAGEM (16)*
- *JOGOS COM NÚMEROS (64)*
- *JOGOS ON LINE E PARA BAIXAR (2)*
- *LATERALIDADE (14)*
- *LENÇOS COLORIDOS (4)*
- *LETRA AR ER IR OR UR (6)*
- *LETRA CURSIVA (5)*
- *LETRA PR (2)*

- *LETRAMENTO DE A-Z (28)*
- *LETRAMENTO DIVERTIDO COM O HAND SPINNER. (17)*
- *LETRAMENTO E AUTISMO (58)*
- *LETRAMENTO JOGO DA FRIGIDEIRA (2)*
- *LIBRAS (3)*
- *LIGUE-LIGUE (16)*
- *LINGUAGENS (7)*
- *LITERATURA INFANTIL (5)*
- *LIVRO ALFABETIZAR (23)*
- *LIVRO ALFABETO DE HISTÓRIAS (3)*
- *LIVRO: MUNDO SINGULAR (2)*
- *LIVROS PARA ESTRUTURAR (52)*
- *LOJA INCLUSÃO - AUTISMO E EDUCAÇÃO (6)*
- *LOUSA MÁGICA DA TIA SIMONE (5)*
- *LÚDICO (6)*
- *MÃE (8)*
- *MALETA DAS VOGAIS (3)*
- *MAMÃE E PAPAI (11)*
- *MÁQUINA DE ESCREVER (4)*
- *MASSINHA DE MODELAR (41)*
- *MATEMÁTICA (152)*
- *MATERIAL DOURADO (10)*
- *MATERNAL (8)*
- *MEDIADOR (A) DE PESSOAS COM AUTISMO (TEA) (4)*
- *MEIOS DE TRANSPORTES (6)*
- *MÉT (1)*
- *MÉTODO ABA (1)*
- *MÉTODO FONÉTICO (43)*
- *MÉTODO TEACCH (48)*
- *MÉTODOS (7)*
- *MEU CORPO (13)*
- *MEU PRIMEIRO LIVRO ESTRUTURADO (28)*
- *MICKEY ATIVIDADES (6)*
- *MINI BEAT POWER ROCKERS (1)*
- *MINICRAFT (4)*
- *MINIONS (8)*
- *MONSTROS (17)*
- *MOTRICIDADE E ARTE (8)*
- *MULTIPLICAÇÃO (42)*
- *MULTIPLICAÇÃO LEGO (2)*
- *MURAL (9)*
- *MÚSICAS (6)*
- *N/UMEROS (1)*
- *NARUTO (9)*
- *NATAL AUTISTA (43)*
- *NEUROALFABETIZAÇÃO (23)*
- *NOMES DE MENINAS (22)*
- *NOMES DE MENINOS (52)*
- *NÓS DE SAPATOS (2)*
- *NÚMERO 0 (2)*
- *NÚMERO 1 (13)*
- *NÚMERO 10 (7)*
- *NÚMERO 11 (1)*
- *NÚMERO 12 (3)*

- *NÚMERO 2* (7)
- *NÚMERO 20* (6)
- *NÚMERO 3* (20)
- *NÚMERO 4* (12)
- *NÚMERO 5* (14)
- *NÚMERO 6* (10)
- *NÚMERO 7* (1)
- *NÚMERO 8* (11)
- *NÚMERO 9* (14)
- *NÚMERO ATÉ 10* (8)
- *NÚMEROS* (299)
- *NÚMEROS ATÉ 15* (2)
- *NÚMEROS ATÉ 30* (2)
- *O CRAVO BRIGOU COM A ROSA* (6)
- *O MÉTODO DE PORTFÓLIOS DO PROJETO: AUTISMO E EDUCAÇÃO* (171)
- *OBJETOS (ATIVIDADES)* (4)
- *OPOSTOS* (7)
- *OS SENTIDOS* (18)
- *OS TRÊS PORQUINHOS* (21)
- *PALHAÇO ATIVIDADES* (17)
- *PALITOS DA MATEMÁTICA* (12)
- *PAPAI NOEL* (4)
- *PAREAMENTO (DIVERSO)* (30)
- *PAREAMENTO DAS LETRAS DO ALFABETO* (3)
- *PAREAMENTO DE CORES* (55)
- *PAREAMENTO DE FORMAS* (15)
- *PÁSCOA* (21)
- *PATO* (5)
- *PATRULHA CANINA* (31)
- *PECS (COMUNICAÇÃO)* (81)
- *PEI* (12)
- *PEI PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO SHDI* (26)
- *PEIXONAUTA* (5)
- *PEPPA* (18)
- *PERU* (4)
- *PICTOGRAMAS* (1)
- *PISTAS VISUAIS* (17)
- *PLANEJAMENTO ESCOLAR E CLINICO PARA PESSOAS AUTISTAS* (33)
- *PLANNER AEE* (48)
- *POLVO CRIATIVO RECORTE* (13)
- *POP IT ATIVIDADES* (28)
- *PORTFÓLIOS* (5)
- *PORTFÓLIOS EDUCACIONAIS* (6)
- *PORTUGUÊS* (5)
- *PRINCESAS ATIVIDADES* (2)
- *PRINCESAS INCLUSÃO* (14)
- *PRÍNCIPE ATIVIDADES* (2)
- *PRODUÇÃO DE TEXTO* (10)
- *PROFESSORA DAUCIA SALA AEE* (3)
- *PROFISSÕES* (11)
- *PROGRAMA SON RISE* (2)
- *PROGRAMAS E TÉCNICAS PARA AUTISTAS* (3)
- *PROJETO: AUTISMO E IDENTIDADE* (8)
- *PROJETO: MEU CACHORRINHO* (5)

- *PROJETO: MEU NOME* (15)
- *PROJETO: TRANSITO* (2)
- *PROJETO:AUTISMO E EDUCAÇÃO* (4)
- *PSICOMOTRICIDADE E AUTISMO* (13)
- *PSICOPEDAGOGA ELIANA DRUMOND* (7)
- *PSICOPEDAGOGIA E NEUROPSICOPEDAGOGIA* (42)
- *PUBERDADE E AUTISMO - O QUE ACONTECEU COM MEU CORPO?* (6)
- *PUNÇÃO* (1)
- *QUANTO VALE UMA CRIANÇA AUTISTA?* (6)
- *QUEBRA-CABEÇA* (47)
- *RECEITAS* (1)
- *RECORTAR É DIVERTIDO* (10)
- *RECORTE* (16)
- *RECORTE E OUTROS OBJETOS* (4)
- *REFEIÇÕES* (2)
- *RIMAS* (3)
- *ROTINAS* (30)
- *SAÚDE BUCAL* (3)
- *SEQUENCIA* (20)
- *SILABÁRIO* (21)
- *SÍLABAS* (49)
- *SÍLABAS COMPLEXAS* (37)
- *SÍLABAS TÔNICAS* (2)
- *SILHUETAS E SOMBRAS* (5)
- *SIMETRIA* (5)
- *SINTOMAS E CARACTERÍSTICAS COMUNS DO TRANSTORNO AUTISTA* (1)
- *SISTEMA MONETÁRIO* (5)
- *SOFIA PRINCESA CADEIRANTE* (9)
- *SONS DO X* (5)
- *SONS. CORES E FORMAS* (7)
- *SUBSTANTIVO COMPOSTO* (1)
- *SUBSTANTIVO DERIVADO* (1)
- *SUBSTANTIVOS DERIVADOS* (1)
- *SUBTRAÇÃO* (18)
- *SUPER HÉROIS* (54)
- *SUPER WINGS* (32)
- *TARTARUGA ATIVIDADES* (27)
- *TEACCH BOLO DA ADIÇÃO* (10)
- *TÉCNICA DE COORDENAÇÃO MOTORA COM RASTREAMENTO* (8)
- *TERAPIA DE ARTICULAÇÃO SONORA DE PALAVRAS COM ESPELHO* (8)
- *TERAPIAS PARA AUTISTAS* (2)
- *TERMÔMETRO DAS EMOÇÕES* (6)
- *TRAÇOS* (2)
- *TRANSFORMES* (1)
- *TREM* (11)
- *TURMA DO CHAVES* (18)
- *TWISTER ATIVIDADES* (1)
- *UEA PÓS-GRADUAÇÃO* (22)
- *URSO* (9)
- *VAMOS APRENDER 1* (60)
- *VAMOS APRENDER 2* (47)
- *VASO DAS SÍLABAS* (20)
- *VÍDEOS DO PROJETO AUTISMO E EDUCAÇÃO* (120)
- *VOGAL A* (11)

A utilização de atividades diversificadas, como jogos, materiais concretos, recursos visuais, experiências sensoriais, propostas artísticas e estratégias tecnológicas, demonstra que a aprendizagem acontece por múltiplas linguagens e possibilidades de expressão. Ischkanian et al. (2015) destacam que os processos de aprendizagem e cognição de indivíduos com necessidades educacionais específicas são favorecidos quando o ensino considera estímulos adequados, mediações planejadas e experiências significativas. Nesse contexto, o professor assume o papel de pesquisador da própria prática, observando quais caminhos favorecem a participação de cada estudante. Uma criança pode demonstrar compreensão por meio de uma produção artística, outra por uma resposta verbal, outra por uma ação concreta ou por uma interação social, sendo todas essas manifestações legítimas formas de construção do conhecimento.

O Método de Portfólios SHDI fortalece uma visão democrática da educação porque reconhece que ensinar exige conhecer profundamente quem aprende. Ischkanian (2024, 2025) enfatiza que o planejamento educacional inclusivo precisa considerar aspectos cognitivos, emocionais, motores, comunicacionais e sociais, construindo propostas que respeitem o ritmo e as características individuais dos estudantes. O portfólio possibilita reunir evidências do desenvolvimento integral, incluindo desenhos, fotografias, produções escritas, registros de fala, observações docentes e experiências realizadas em diferentes ambientes educativos. Essa documentação cria uma memória pedagógica capaz de orientar novas intervenções e favorecer uma trajetória escolar mais coerente com as necessidades reais de cada sujeito.

A escola democrática defendida por essa abordagem compreende a diversidade como fonte de aprendizagem coletiva, não como dificuldade a ser corrigida. Cada estudante traz consigo formas próprias de perceber o mundo, conhecimentos construídos em suas experiências familiares, culturais e sociais, além de potencialidades que podem ser desenvolvidas quando encontram ambientes acolhedores e acessíveis. Ischkanian (2017) ressalta a importância do planejamento e da adaptação dos materiais pedagógicos para garantir que crianças com diferentes necessidades possam participar das experiências escolares. Adaptar não significa reduzir possibilidades, mas criar novas formas de acesso ao conhecimento, permitindo que todos tenham oportunidades reais de envolvimento e desenvolvimento.

A construção de uma educação inclusiva requer uma mudança profunda na maneira de compreender o ensino, pois não basta oferecer atividades diferentes sem uma intencionalidade pedagógica clara. Cada proposta precisa possuir significado, objetivo definido e relação com o desenvolvimento do estudante. Recursos como jogos matemáticos, alfabetos lúdicos, atividades de coordenação motora, histórias, músicas, tecnologias assistivas e materiais estruturados podem favorecer aprendizagens quando utilizados como instrumentos de mediação. O professor que observa, registra e reorganiza sua prática cria um ambiente educativo no qual o

erro é compreendido como parte do percurso e cada conquista representa uma possibilidade de avanço.

A nova perspectiva pedagógica apresentada evidencia que ensinar é um compromisso ético com a valorização da vida humana em sua diversidade. A escola que reconhece diferentes formas de aprender constrói espaços nos quais todos podem participar, comunicar-se, criar e desenvolver suas potencialidades. Os princípios presentes nos estudos de Simone Helen Drumond Ischkanian e colaboradores demonstram que planejamento individualizado, adaptação curricular, ludicidade, tecnologia, afetividade e acompanhamento contínuo constituem fundamentos para uma educação verdadeiramente inclusiva. Ensinar de maneiras diferentes significa ampliar horizontes, construir pontes entre sujeitos e conhecimentos, possibilitando que cada estudante encontre caminhos próprios para compreender o mundo, expressar sua identidade e contribuir para a construção coletiva de um planeta azul mais justo, humano e democrático.

## 2.5. A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL E NO MUNDO

A formação docente constitui um dos pilares fundamentais para que a educação inclusiva deixe de ser apenas uma diretriz legal e se transforme em uma prática cotidiana capaz de modificar trajetórias humanas. O desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos depende, segundo Ainscow (2005), da capacidade das instituições escolares reconhecerem barreiras, reorganizarem práticas e ampliarem as oportunidades de participação dos estudantes. O professor ocupa posição estratégica nesse processo porque suas escolhas pedagógicas influenciam diretamente a maneira como os alunos são percebidos, acolhidos e estimulados dentro do ambiente escolar. A docência inclusiva exige uma combinação entre conhecimento científico, sensibilidade ética e disposição permanente para reconstruir saberes diante da complexidade presente nas salas de aula contemporâneas.

A história da educação demonstra que a qualidade do ensino está profundamente relacionada à preparação dos profissionais responsáveis por sua concretização. A Declaração de Salamanca destaca que professores precisam receber formação adequada para responder às diferentes necessidades educacionais presentes nas escolas, fortalecendo práticas baseadas na participação e na equidade (UNESCO, 1994). Essa compreensão rompe com modelos tradicionais que atribuíam ao estudante a responsabilidade exclusiva por suas dificuldades de aprendizagem. A formação docente passa a ser compreendida como um processo de construção profissional contínuo, no qual teoria e prática dialogam para produzir respostas pedagógicas mais humanas e eficientes.

No contexto brasileiro, a formação dos professores para a educação inclusiva está vinculada ao compromisso constitucional de garantir educação como direito de todos. A

Constituição Federal de 1988 estabelece a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, consolidando princípios que orientam políticas públicas voltadas à democratização educacional (Brasil, 1988). O professor necessita compreender que inclusão não significa apenas inserir estudantes com deficiência no espaço escolar, mas criar condições concretas para que eles participem, aprendam e desenvolvam suas capacidades. Essa responsabilidade exige domínio de estratégias pedagógicas diferenciadas, conhecimento sobre desenvolvimento humano e capacidade de articulação com diferentes profissionais.

A formação inicial dos cursos de licenciatura possui papel decisivo na construção da identidade profissional dos futuros professores. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva ressalta a necessidade de preparar educadores para atuar diante da diversidade, considerando acessibilidade, atendimento educacional especializado e eliminação de barreiras pedagógicas (Brasil, 2008). Uma formação universitária comprometida com a inclusão precisa superar abordagens superficiais sobre deficiência e desenvolver experiências que aproximem os acadêmicos das realidades escolares. O contato com estudos de caso, práticas colaborativas, observação pedagógica e produção de materiais acessíveis amplia a compreensão sobre as múltiplas formas de ensinar e aprender.

A formação continuada representa uma dimensão indispensável para acompanhar as transformações sociais, tecnológicas e educacionais que atravessam o cotidiano escolar. Ischkanian e Ischkanian (2022) evidenciam que práticas inclusivas exigem planejamento constante, adaptação de estratégias e acompanhamento individualizado dos processos de aprendizagem, especialmente quando envolvem estudantes com autismo e outras necessidades educacionais específicas. O professor que participa de processos formativos permanentes amplia seu repertório metodológico e desenvolve maior capacidade para interpretar comportamentos, identificar potencialidades e construir intervenções adequadas. A aprendizagem profissional torna-se uma trajetória semelhante à aprendizagem dos próprios estudantes, marcada por investigação, reflexão e reconstrução.

A educação inclusiva demanda uma mudança de concepção sobre o papel docente, pois ensinar não consiste apenas em apresentar conteúdos, mas em criar condições para que diferentes sujeitos possam construir conhecimentos. Ainscow e César (2006) argumentam que a inclusão escolar envolve transformação das culturas, políticas e práticas institucionais, exigindo professores capazes de questionar modelos rígidos de ensino. A sala de aula inclusiva nasce quando o educador compreende que diferenças cognitivas, sensoriais, comunicacionais e sociais fazem parte da realidade humana. O professor deixa de buscar um único caminho para ensinar e passa a construir múltiplas possibilidades de acesso ao currículo.

O conhecimento sobre desenvolvimento infantil, neurodiversidade e processos cognitivos amplia a capacidade docente de planejar experiências mais adequadas às

características dos estudantes. Ischkanian et al. (2015) discutem que a aprendizagem de indivíduos com necessidades educacionais específicas ocorre de maneira mais significativa quando existem mediações planejadas, estímulos coerentes e estratégias adaptadas às formas particulares de interação com o conhecimento. Essa compreensão possibilita ao professor abandonar interpretações baseadas apenas em limitações e direcionar seu olhar para habilidades que podem ser desenvolvidas. A formação docente, nesse sentido, torna-se instrumento para transformar dificuldades em oportunidades pedagógicas.

A acessibilidade educacional depende diretamente da capacidade dos professores elaborarem práticas que considerem diferentes formas de participação e expressão. Ischkanian (2017) destaca a relevância do planejamento e da adaptação de materiais pedagógicos como componentes essenciais de uma práxis comprometida com a inclusão, especialmente na educação infantil. Recursos visuais, materiais concretos, experiências sensoriais, jogos educativos e tecnologias assistivas podem ampliar significativamente as possibilidades de aprendizagem. Um professor preparado para utilizar esses recursos compreende que adaptar não significa diminuir expectativas, mas criar caminhos alternativos para que todos possam alcançar objetivos educacionais significativos.

A atuação docente em uma perspectiva inclusiva ultrapassa os limites da sala de aula e envolve a capacidade de construir redes de colaboração com famílias, equipes multiprofissionais e demais profissionais da educação. A Lei Brasileira de Inclusão estabelece que a educação deve assegurar condições de participação plena e aprendizagem, considerando os apoios necessários para eliminar barreiras existentes no percurso escolar das pessoas com deficiência (Brasil, 2015). O professor contemporâneo precisa desenvolver competências relacionais que permitam dialogar com diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo, compreendendo que o desenvolvimento do estudante é resultado de uma construção coletiva. A parceria entre escola e família possibilita conhecer melhor a história, os interesses, as formas de comunicação e as potencialidades de cada aluno, fortalecendo intervenções pedagógicas mais coerentes.

A interdisciplinaridade constitui uma característica essencial da educação inclusiva, pois os desafios educacionais complexos não podem ser compreendidos por uma única área do conhecimento. Carvalho et al. (2023) ressaltam que a articulação entre direitos, tecnologias e educação amplia as possibilidades de criação de práticas pedagógicas acessíveis e inovadoras. O professor necessita compreender sua função dentro de uma equipe que compartilha conhecimentos e responsabilidades, estabelecendo diálogos com profissionais da saúde, assistência social, psicologia, psicopedagogia e atendimento educacional especializado quando necessário. Essa postura colaborativa contribui para uma visão integral do estudante, evitando interpretações fragmentadas sobre suas capacidades e necessidades.

A avaliação inclusiva representa outro campo que exige aprofundamento na formação docente, pois avaliar estudantes diversos requer abandonar modelos baseados exclusivamente em resultados padronizados. O Método de Portfólios Educacionais SHDI, apresentado por Ischkanian (2017, 2024, 2025), propõe registros contínuos como instrumentos capazes de revelar trajetórias individuais de aprendizagem, avanços progressivos e estratégias que favorecem o desenvolvimento. O portfólio pedagógico permite acompanhar processos que nem sempre são identificados por avaliações tradicionais, valorizando produções, experiências, interações e conquistas construídas ao longo do tempo. O professor passa a observar a aprendizagem como movimento dinâmico, reconhecendo que cada estudante possui um percurso próprio de construção do conhecimento.

A formação docente para inclusão também precisa contemplar o domínio das tecnologias educacionais e dos recursos de acessibilidade, considerando que o mundo contemporâneo apresenta novas formas de comunicação e participação. Ischkanian, Pereira, Ivanicka e Rocha (2024) discutem que educação, tecnologias e inclusão estão profundamente relacionadas quando os recursos tecnológicos são utilizados para valorizar o estudante e qualificar o trabalho pedagógico. Ferramentas digitais, aplicativos educativos, comunicação alternativa, recursos multimídia e plataformas interativas podem ampliar a autonomia dos estudantes. O professor preparado compreende a tecnologia como instrumento de mediação humana, capaz de criar novas possibilidades para aqueles que encontram barreiras nos modelos convencionais de ensino.

A construção da competência docente inclusiva envolve também desenvolver uma postura reflexiva sobre a própria prática profissional. Creswell (2021) evidencia que processos investigativos permitem compreender fenômenos educacionais complexos por meio de análises sistemáticas, contribuindo para decisões fundamentadas. O professor pesquisador observa sua realidade, registra experiências, avalia resultados e reformula estratégias quando necessário. Essa atitude investigativa aproxima a escola da produção de conhecimento, transformando o cotidiano pedagógico em espaço permanente de aprendizagem profissional.

Os desafios da formação docente no Brasil revelam a necessidade de políticas públicas consistentes que garantam condições materiais, institucionais e formativas para os educadores. Fávero e Centenaro (2019) destacam que a análise das políticas educacionais permite compreender as distâncias existentes entre as propostas normativas e sua efetivação nos espaços escolares. Embora o país possua avanços legais importantes, permanecem desafios relacionados à formação continuada, infraestrutura, disponibilidade de recursos pedagógicos e valorização profissional. A inclusão escolar depende de professores preparados, mas também de sistemas educacionais comprometidos com a criação das condições necessárias para que esses profissionais possam atuar com qualidade.

# A FORMAÇÃO DOCENTE COMO PILAR DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Diretriz Legal Sem Preparo Prático.

A Capacitação Transforma a Prática.

A educação inclusiva exige professores capazes de compreender que cada estudante apresenta uma maneira singular de existir, comunicar-se e construir conhecimentos. Kiuppis (2014) ressalta que a inclusão precisa ser compreendida como princípio amplo relacionado ao reconhecimento das diferenças humanas e à garantia de participação social. O educador preparado para essa realidade desenvolve sensibilidade para perceber diferentes formas de expressão, respeitando ritmos, interesses e modos particulares de aprendizagem. A formação docente assume uma dimensão humanizadora ao aproximar conhecimento científico e compreensão profunda da experiência humana.

A valorização da formação docente contribui para superar práticas pedagógicas baseadas na homogeneização e fortalecer uma cultura escolar fundamentada na diversidade. As contribuições de Simone Helen Drumond Ischkanian demonstram que planejamento, adaptação curricular, ludicidade, acompanhamento individualizado e documentação pedagógica constituem caminhos concretos para uma educação mais participativa. O professor que utiliza estratégias como portfólios, materiais adaptados e atividades significativas amplia as oportunidades de aprendizagem e permite que os estudantes revelem capacidades muitas vezes ocultadas por métodos tradicionais. A formação profissional torna-se, portanto, um processo de descoberta permanente das possibilidades humanas presentes em cada aluno.

A construção de uma escola inclusiva no Brasil e no mundo depende da compreensão de que o professor é um mediador entre o estudante e as infinitas possibilidades do conhecimento. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reafirma que os sistemas educacionais devem promover o desenvolvimento pleno das capacidades humanas, respeitando dignidade, autonomia e diversidade (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006). Quando o educador compreende que ensinar de maneiras diferentes representa ampliar oportunidades, sua prática transforma-se em espaço de acolhimento, criação e participação. A formação docente deixa de ser apenas preparação técnica para assumir o compromisso de construir uma educação capaz de reconhecer todos os sujeitos como participantes legítimos da sociedade e protagonistas de suas próprias histórias.

## 2.6. O PAPEL DA FAMÍLIA NA CONSTRUÇÃO DA INCLUSÃO

A família representa uma das primeiras instituições sociais responsáveis pela formação humana, constituindo um espaço no qual a criança estabelece vínculos afetivos, desenvolve formas de comunicação e constrói suas primeiras experiências de pertencimento. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reconhece que a participação da família contribui para a promoção da autonomia, dignidade e desenvolvimento integral das pessoas com deficiência (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006). No contexto da educação inclusiva, a família não deve ser compreendida apenas como fonte de informações sobre o

estudante, mas como parceira ativa na construção de caminhos educativos capazes de respeitar singularidades e potencialidades. A presença familiar amplia a compreensão sobre a criança, revelando aspectos de sua história, preferências, formas de interação e modos particulares de aprender.

A inclusão escolar alcança maior consistência quando existe uma relação colaborativa entre escola e família, baseada em diálogo, confiança e reconhecimento mútuo. Ainscow (2005) destaca que o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos depende da capacidade das comunidades escolares mobilizarem diferentes sujeitos na identificação de barreiras e na criação de respostas coletivas. A família possui conhecimentos construídos pela convivência diária com a criança, enquanto a escola possui conhecimentos pedagógicos e metodológicos que orientam o processo educativo. A união dessas perspectivas favorece decisões mais adequadas e amplia as possibilidades de desenvolvimento.

O envolvimento familiar na trajetória escolar da criança contribui para fortalecer sua segurança emocional e seu sentimento de pertencimento. A Declaração de Salamanca enfatiza que a educação inclusiva necessita da participação das famílias como elementos fundamentais para garantir uma educação ajustada às necessidades dos estudantes (UNESCO, 1994). Quando os responsáveis participam das propostas escolares, compreendem objetivos pedagógicos, acompanham avanços e compartilham informações relevantes, tornam-se agentes colaboradores da aprendizagem. Essa participação não significa substituir responsabilidades da escola, mas construir uma rede de apoio que valoriza diferentes formas de contribuição.

A relação entre família e escola precisa superar modelos baseados apenas em comunicação burocrática ou contato restrito a momentos de dificuldade. Ischkanian e Ischkanian (2022) evidenciam que práticas inclusivas exigem acompanhamento contínuo, planejamento individualizado e compreensão profunda das características de cada estudante, especialmente em contextos envolvendo autismo e outras necessidades educacionais específicas. A família pode contribuir oferecendo informações sobre interesses, sensibilidades, formas de comunicação e estratégias que favorecem o desenvolvimento da criança. Essas informações tornam-se elementos importantes para que o professor organize experiências pedagógicas mais significativas.

A construção de uma educação inclusiva pressupõe reconhecer que cada criança possui uma trajetória própria, influenciada por aspectos familiares, culturais, emocionais e sociais. Ischkanian et al. (2015) destacam que os processos de aprendizagem e cognição são favorecidos quando o ambiente educativo considera características individuais e oferece mediações adequadas ao desenvolvimento. A família participa desse processo ao proporcionar experiências, estímulos e referências que influenciam a maneira como a criança interpreta o

mundo. O diálogo entre essas experiências familiares e as propostas escolares possibilita uma compreensão mais ampla do estudante.

A participação familiar torna-se ainda mais relevante quando envolve crianças com deficiência, autismo ou outras condições que podem demandar apoios específicos. A Lei Brasileira de Inclusão estabelece que a garantia dos direitos das pessoas com deficiência depende da eliminação de barreiras e da criação de condições que assegurem participação social plena (Brasil, 2015). A família exerce papel fundamental na defesa desses direitos, colaborando para que necessidades sejam reconhecidas e respeitadas. A escola, por sua vez, deve acolher essa participação sem transferir à família responsabilidades que pertencem ao sistema educacional.

A parceria entre família e escola fortalece práticas pedagógicas baseadas no conhecimento individualizado do estudante. Ischkanian (2024, 2025), ao discutir o Método de Portfólios SHDI, evidencia que registros contínuos permitem acompanhar avanços, identificar necessidades e construir estratégias educativas mais coerentes com cada trajetória de aprendizagem. A participação familiar pode enriquecer esses registros ao compartilhar observações do cotidiano, experiências fora da escola e mudanças percebidas no desenvolvimento da criança. O portfólio transforma-se em um espaço de diálogo entre diferentes olhares sobre o processo educativo.

A comunicação entre professores e familiares precisa ser construída em uma perspectiva ética, acolhedora e horizontal. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva ressalta a importância de práticas educacionais que garantam participação e aprendizagem, considerando a diversidade dos estudantes (Brasil, 2008). Uma comunicação eficiente não se limita a informar resultados escolares, mas busca compreender desafios, celebrar conquistas e planejar possibilidades futuras. Quando a família percebe que sua voz é valorizada, aumenta sua confiança na instituição escolar e fortalece seu compromisso com a aprendizagem da criança.

A participação da família na escola democrática representa uma experiência de construção coletiva, na qual diferentes conhecimentos se encontram para favorecer o desenvolvimento integral do estudante. Ainscow e César (2006) apontam que a educação inclusiva exige mudanças culturais, organizacionais e pedagógicas capazes de envolver todos os sujeitos que participam da vida escolar. A família, quando integrada ao cotidiano educativo, contribui para ampliar a compreensão sobre as possibilidades da criança e para romper concepções limitantes relacionadas às diferenças. Esse movimento fortalece uma escola que reconhece cada estudante como sujeito de direitos, participante ativo de sua própria história e pertencente a uma comunidade que valoriza sua presença.

A construção de vínculos entre escola e família também possui uma dimensão afetiva essencial para o desenvolvimento infantil. Ischkanian (2017) destaca que o planejamento pedagógico inclusivo necessita considerar aspectos emocionais, sensoriais e comunicacionais, especialmente quando envolve crianças que apresentam diferentes formas de interação com o ambiente. A família oferece referências fundamentais sobre aquilo que desperta interesse, segurança e motivação no estudante, contribuindo para que os educadores organizem propostas mais próximas de sua realidade. O conhecimento compartilhado favorece experiências educativas nas quais a criança é percebida para além de diagnósticos, dificuldades ou classificações.

A relação colaborativa entre familiares e profissionais da educação pode transformar a maneira como a escola interpreta os desafios encontrados no processo de aprendizagem. Carvalho et al. (2023) discutem que os direitos, as tecnologias e as práticas educacionais contemporâneas precisam ser articulados para ampliar oportunidades de participação e acesso ao conhecimento. A família pode auxiliar na identificação de barreiras que não são percebidas no espaço escolar, enquanto os educadores podem apresentar recursos e estratégias capazes de favorecer novas conquistas. Essa troca produz uma compreensão mais ampla do estudante e contribui para decisões pedagógicas mais humanas.

A inclusão não pode ser reduzida à presença física da criança no ambiente escolar, pois envolve pertencimento, participação e reconhecimento de suas capacidades. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, estabelece que a educação deve promover o desenvolvimento pleno do educando, respeitando suas características e necessidades. A família participa desse processo ao incentivar a autonomia, estimular a participação social e acompanhar o desenvolvimento de habilidades que serão importantes para a vida cotidiana. O trabalho conjunto entre escola e familiares cria condições para que a criança desenvolva confiança em suas próprias capacidades.

A construção de uma cultura inclusiva depende da superação de práticas que isolam a família ou a convocam apenas diante de problemas escolares. Kiuppis (2014) argumenta que o conceito de inclusão ultrapassa a associação exclusiva com deficiência, envolvendo participação, diversidade e transformação das estruturas sociais que produzem exclusão. A família deve ser compreendida como componente permanente da comunidade educativa, capaz de contribuir para decisões, projetos e ações institucionais. Essa participação amplia a democracia escolar porque reconhece diferentes saberes e experiências como elementos legítimos da construção pedagógica.

O Método de Portfólios Educacionais SHDI apresenta possibilidades significativas para aproximar escola e família por meio de registros que revelam processos, avanços e descobertas individuais. Ischkanian e Ischkanian (2022) apresentam o portfólio como uma

estratégia facilitadora do ensino e da aprendizagem, permitindo acompanhar o estudante de maneira contínua e respeitosa. Quando compartilhado com familiares, esse instrumento possibilita compreender como a criança aprende, quais estratégias favorecem sua participação e quais caminhos podem ser aprimorados. O registro pedagógico deixa de representar apenas uma avaliação formal e passa a constituir uma narrativa sobre desenvolvimento, conquistas e potencialidades.

A família possui papel relevante na valorização da identidade da criança, pois é nesse ambiente que muitos aspectos culturais, afetivos e sociais são inicialmente construídos. Ischkanian (2012), ao abordar propostas de planejamento da aprendizagem infantil, evidencia a importância de atividades que reconheçam habilidades, interesses e formas particulares de expressão dos estudantes. A escola pode ampliar essas experiências oferecendo oportunidades de aprendizagem conectadas ao universo da criança e às referências construídas em seu contexto familiar. Essa articulação favorece uma educação que respeita a singularidade humana e promove maior significado às experiências escolares.

Os desafios existentes na relação entre família e escola precisam ser compreendidos como oportunidades de aperfeiçoamento das práticas inclusivas. Creswell (2021) destaca que investigações educacionais comprometidas com a realidade social necessitam considerar múltiplas perspectivas para compreender fenômenos complexos. A inclusão escolar envolve dimensões pedagógicas, emocionais, culturais e institucionais que não podem ser analisadas por uma única visão. O diálogo constante entre famílias e profissionais possibilita identificar necessidades reais e desenvolver respostas educativas mais coerentes com cada contexto.

Uma escola verdadeiramente inclusiva reconhece que a família não é apenas colaboradora, mas parte integrante do processo educativo. Graham et al. (2023) evidenciam que os debates contemporâneos sobre inclusão educacional ampliam a compreensão sobre direitos, participação e responsabilidade coletiva na construção de ambientes acessíveis. A presença familiar fortalece ações voltadas à aprendizagem, à convivência e ao respeito às diferenças. Quando essa parceria se consolida, a escola deixa de ser apenas um espaço de transmissão de conhecimentos e passa a constituir uma comunidade de desenvolvimento humano.

A participação familiar também contribui para fortalecer a autonomia futura dos estudantes, pois favorece a construção de confiança, iniciativa e capacidade de participação social. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reconhece que crianças e jovens devem receber apoio adequado para desenvolver plenamente suas potencialidades e exercer seus direitos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006). A família possui importante função nesse percurso ao incentivar descobertas, reconhecer capacidades e apoiar processos de independência. O trabalho escolar complementa essa trajetória ao oferecer conhecimentos sistematizados e oportunidades de interação.

A educação inclusiva exige uma mudança de perspectiva sobre o papel das famílias, afastando interpretações que as colocam como responsáveis pelos resultados escolares ou como simples receptoras de orientações. Ainscow (2005) defende que a transformação dos sistemas educacionais depende da identificação coletiva das barreiras que dificultam a aprendizagem e da criação compartilhada de soluções. A família participa desse movimento ao apresentar conhecimentos fundamentais sobre a criança e ao colaborar para a construção de ambientes mais acessíveis. A inclusão torna-se mais consistente quando todos os envolvidos reconhecem que educar é uma responsabilidade social compartilhada.

A relação entre escola e família também favorece a construção de práticas preventivas, capazes de identificar necessidades antes que dificuldades se intensifiquem. Ischkanian (2018) destaca que estratégias organizadas por meio de acompanhamento sistemático e planejamento individualizado podem favorecer o desenvolvimento das habilidades de crianças com necessidades educacionais específicas. A observação conjunta entre familiares e professores amplia a percepção sobre mudanças comportamentais, avanços cognitivos e novas possibilidades de aprendizagem. Esse olhar cuidadoso permite intervenções mais rápidas, adequadas e respeitosas.

A democratização da escola acontece quando todos os sujeitos envolvidos possuem espaço para participar das decisões que influenciam o percurso educativo das crianças. A UNESCO (1994) reforça que sistemas inclusivos devem promover cooperação entre comunidade, família e instituições educacionais para garantir oportunidades equitativas de aprendizagem. A participação familiar fortalece valores democráticos porque estimula escuta, diálogo e corresponsabilidade. Uma escola aberta às famílias amplia sua capacidade de compreender diferentes realidades e desenvolver práticas mais sensíveis às necessidades humanas.

A construção da inclusão depende de uma rede de relações fundamentada no respeito, na cooperação e na valorização das diferenças individuais. Ischkanian e colaboradores (2024) ressaltam que tecnologias, planejamento pedagógico e estratégias inclusivas podem contribuir para ampliar a participação dos estudantes quando articulados às necessidades reais de cada pessoa. A família integra essa rede como elemento essencial para compreender trajetórias, fortalecer vínculos e acompanhar conquistas. A união entre conhecimentos familiares e saberes pedagógicos possibilita uma educação mais próxima da realidade de cada estudante.

A escola inclusiva que estabelece parceria verdadeira com as famílias cria condições para que cada criança seja reconhecida em sua totalidade, considerando sua história, seus desejos, suas capacidades e suas formas próprias de aprender. O pensamento de Ischkanian (2025) evidencia que práticas educativas humanizadas necessitam de planejamento contínuo, registros significativos e estratégias que respeitem a singularidade dos sujeitos. A família

participa dessa construção como presença ativa na formação de uma comunidade educativa comprometida com a aprendizagem e com a dignidade humana. A inclusão torna-se uma experiência concreta quando escola e família caminham juntas na criação de oportunidades para que cada estudante encontre seu lugar, desenvolva suas potencialidades e participe plenamente do mundo que compartilha.

## 2.7. DIVERSIDADE, RESPEITO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

A diversidade constitui uma das características mais profundas da existência humana, revelando que cada sujeito possui modos próprios de compreender, sentir, expressar-se e participar do mundo. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência defendem que todas as pessoas devem ter seus direitos reconhecidos sem qualquer forma de discriminação, valorizando a dignidade e a participação social (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006). No ambiente escolar, essa compreensão transforma a diferença em elemento constitutivo do processo educativo, afastando perspectivas que associam diversidade a limitações ou dificuldades. A escola passa a ser compreendida como espaço de encontros humanos, no qual distintas experiências contribuem para ampliar conhecimentos e construir relações fundamentadas no respeito.

A educação inclusiva representa uma concepção de ensino comprometida com a valorização das singularidades presentes em cada estudante. A UNESCO (1994), por meio da Declaração de Salamanca, afirma que os sistemas educacionais devem responder às necessidades diversas dos alunos, garantindo oportunidades de aprendizagem e participação. Essa perspectiva modifica profundamente a função social da escola, pois desloca o foco da adaptação individual para a transformação das práticas, ambientes e atitudes institucionais. A convivência com diferentes formas de aprender, comunicar e interagir fortalece uma cultura escolar baseada na aceitação da pluralidade humana.

O reconhecimento da diversidade no cotidiano escolar favorece a formação de cidadãos capazes de compreender a complexidade das relações sociais. Ainscow e César (2006) destacam que a inclusão educacional envolve mudanças culturais que permitem superar barreiras de participação e aprendizagem, promovendo comunidades escolares mais democráticas. Quando crianças convivem com colegas que apresentam diferentes características físicas, cognitivas, culturais ou sociais, desenvolvem maior capacidade de compreender perspectivas distintas das suas próprias. Esse processo contribui para a formação ética, pois ensina que o outro não deve ser valorizado pela semelhança, mas respeitado por sua humanidade.

A escola inclusiva possui papel essencial na construção de ambientes nos quais a diferença não seja interpretada como ameaça, mas como oportunidade educativa. A Política

Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva ressalta que a educação deve garantir acesso, participação e aprendizagem para todos os estudantes, considerando suas especificidades (BRASIL, 2008). O desenvolvimento humano ocorre em contextos de interação, troca e participação social, sendo influenciado pela qualidade das experiências vivenciadas. Quando a escola promove relações respeitosas, cria condições para que cada criança reconheça seu próprio valor e compreenda a importância do pertencimento coletivo.

A diversidade também amplia as possibilidades pedagógicas, pois desafia professores e estudantes a construírem novas formas de ensinar e aprender. Ischkanian et al. (2015) evidenciam que os processos de aprendizagem e cognição de estudantes com necessidades educacionais específicas são favorecidos quando as estratégias pedagógicas consideram características individuais e diferentes formas de mediação. A presença de múltiplas trajetórias de aprendizagem estimula práticas mais criativas, flexíveis e sensíveis. A sala de aula deixa de ser um espaço de uniformidade e transforma-se em ambiente de investigação sobre as diferentes maneiras pelas quais o conhecimento pode ser construído.

O respeito às diferenças exige uma educação comprometida com a superação de preconceitos historicamente presentes nas relações sociais. Kiuppis (2014) analisa que o conceito de inclusão ultrapassa a associação exclusiva com deficiência, envolvendo participação plena, reconhecimento das diferenças e transformação das estruturas que produzem exclusão. A escola possui responsabilidade formativa nesse processo porque crianças e jovens constroem valores sociais a partir das experiências vividas no cotidiano. Uma educação baseada no respeito possibilita que atitudes discriminatórias sejam questionadas e substituídas por práticas de cooperação e solidariedade.

A convivência democrática entre estudantes favorece o desenvolvimento de competências emocionais indispensáveis para a vida em sociedade. Ainscow (2005) argumenta que sistemas educacionais inclusivos dependem da capacidade das instituições identificarem barreiras e criarem condições para que todos participem dos processos escolares. A empatia, a escuta e a cooperação não são características desenvolvidas apenas por discursos, mas por experiências concretas de convivência. Quando uma criança aprende junto com colegas diferentes de si, amplia sua compreensão sobre o mundo e desenvolve habilidades relacionais fundamentais para sua trajetória pessoal e social.

A valorização da diversidade requer práticas pedagógicas que reconheçam os estudantes como sujeitos completos, com histórias, interesses e potencialidades próprias. Ischkanian e Ischkanian (2022) apresentam o Método de Portfólios Educacionais SHDI como uma estratégia que possibilita acompanhar processos individuais de aprendizagem, registrando avanços, necessidades e formas particulares de desenvolvimento. O portfólio contribui para uma visão mais humana do estudante porque evidencia conquistas que muitas vezes não

aparecem em avaliações tradicionais. A documentação pedagógica torna-se um instrumento de reconhecimento da identidade e das capacidades de cada criança.

A inclusão também envolve a construção de uma cultura escolar que valorize diferentes formas de comunicação e expressão. Ischkanian (2017) destaca a importância do planejamento e da adaptação de materiais pedagógicos para garantir que estudantes com diferentes necessidades tenham acesso significativo às experiências educativas. Recursos visuais, materiais concretos, propostas lúdicas e tecnologias assistivas ampliam possibilidades de participação. Essas estratégias beneficiam toda a comunidade escolar porque tornam o ensino mais acessível, dinâmico e conectado às diferentes formas de compreender o conhecimento.

O desenvolvimento humano ocorre por meio das relações estabelecidas entre sujeitos e ambientes sociais, sendo profundamente influenciado pela qualidade dessas interações. Carvalho et al. (2023) discutem que direitos, tecnologias e educação precisam estar articulados para ampliar oportunidades de participação e aprendizagem em sociedades marcadas pela diversidade. A escola contemporânea necessita reconhecer que cada estudante contribui para a construção coletiva do conhecimento. A diferença não representa uma interrupção do processo educativo, mas uma possibilidade de enriquecimento das experiências compartilhadas.

A convivência com a diversidade promove aprendizagens que ultrapassam conteúdos curriculares, alcançando dimensões éticas e sociais fundamentais. A Lei Brasileira de Inclusão reforça que a pessoa com deficiência possui direito à educação em igualdade de oportunidades, com eliminação de barreiras que dificultem sua participação (Brasil, 2015). Esse princípio amplia a compreensão de que inclusão não é apenas uma medida educacional específica, mas uma responsabilidade coletiva voltada à garantia da cidadania. A escola que respeita diferenças contribui para formar sujeitos capazes de atuar em sociedades mais justas.

A formação de valores democráticos depende das experiências que as crianças vivenciam nos espaços educativos. Graham et al. (2023) demonstram que os debates internacionais sobre educação inclusiva têm ampliado a compreensão sobre participação, direitos e responsabilidade institucional na construção de ambientes acessíveis. O contato cotidiano com diferentes realidades permite que estudantes desenvolvam sensibilidade diante das desigualdades e aprendam a buscar soluções coletivas. A educação inclusiva assume, nesse cenário, uma dimensão transformadora porque prepara indivíduos para conviver em uma sociedade plural.

A prática pedagógica comprometida com a diversidade exige planejamento contínuo, reflexão profissional e disposição para transformar metodologias. Ischkanian (2024, 2025) evidencia que propostas educativas inclusivas necessitam de acompanhamento individualizado, registros sistemáticos e estratégias capazes de respeitar diferentes ritmos e modos de

aprendizagem. O professor atua como mediador de experiências que possibilitam ao estudante descobrir suas capacidades e participar ativamente da construção do conhecimento. A sensibilidade docente torna-se elemento essencial para que a diferença seja acolhida como parte natural da experiência humana.

A escola democrática nasce da compreensão de que todos os estudantes possuem direito de aprender, participar e desenvolver suas potencialidades em ambientes livres de exclusão. Creswell (2021) destaca que compreender fenômenos educacionais complexos exige considerar múltiplas perspectivas e experiências presentes nos contextos sociais. A diversidade presente na escola oferece uma oportunidade para investigar novas formas de ensinar, aprender e conviver. Quando diferentes sujeitos compartilham conhecimentos e experiências, a educação amplia sua capacidade de promover desenvolvimento humano integral.

A valorização da diversidade representa um compromisso permanente com a construção de uma sociedade mais ética, inclusiva e solidária, na qual cada sujeito tenha reconhecida sua dignidade e sua capacidade de participar dos processos sociais. A educação inclusiva demonstra que ensinar não significa conduzir todos pelo mesmo caminho, mas criar condições para que cada pessoa encontre possibilidades próprias de desenvolvimento, expressão e participação. Segundo Ainscow (2005), a construção de sistemas educacionais inclusivos depende da transformação das culturas, políticas e práticas escolares, pois a inclusão exige que as instituições revejam continuamente suas formas de organizar o ensino. A escola que acolhe a pluralidade humana compreende que as diferenças presentes no cotidiano não representam obstáculos, mas elementos capazes de ampliar experiências, conhecimentos e relações humanas.

A diversidade presente no ambiente escolar possibilita que crianças e jovens desenvolvam competências fundamentais para a convivência democrática, como respeito, empatia, cooperação e responsabilidade social. Conforme Ainscow e César (2006), a educação inclusiva precisa ser compreendida como um processo contínuo de participação, no qual todos os estudantes tenham oportunidades reais de aprender e contribuir para a comunidade escolar. A convivência com diferentes formas de pensar, comunicar, agir e aprender permite que os estudantes percebam a complexidade da condição humana e desenvolvam maior sensibilidade diante das necessidades dos outros. Esse processo educativo ultrapassa a transmissão de conteúdos curriculares, pois envolve a formação de valores que sustentam sociedades mais justas e participativas.

A escola comprometida com a inclusão reconhece que cada estudante possui uma trajetória singular, marcada por experiências familiares, culturais, cognitivas e emocionais que influenciam sua maneira de aprender. Ischkanian e Ischkanian (2022) destacam que o Método de Portfólios Educacionais SHDI favorece uma compreensão individualizada do processo

educativo ao registrar avanços, habilidades, interesses e estratégias que potencializam a aprendizagem. Essa perspectiva rompe com modelos pedagógicos centrados apenas em resultados padronizados e possibilita uma observação mais ampla do desenvolvimento infantil. O estudante deixa de ser percebido por suas dificuldades aparentes e passa a ser reconhecido por suas capacidades, conquistas e possibilidades futuras.

A construção de uma sociedade inclusiva depende de práticas educativas que enfrentem preconceitos e criem espaços permanentes de diálogo sobre as diferenças humanas. A Organização das Nações Unidas (2006), por meio da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, estabelece que a participação plena das pessoas com deficiência deve ser garantida em igualdade de condições, exigindo a eliminação de barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais. A escola possui papel estratégico nesse movimento porque constitui um dos primeiros espaços coletivos nos quais crianças aprendem a conviver com pessoas que possuem características diversas. Ao promover relações baseadas no respeito, a instituição educacional contribui para formar sujeitos capazes de questionar práticas discriminatórias e defender direitos humanos.

A valorização da diversidade também transforma a prática docente, pois exige planejamento sensível às diferentes formas de aprendizagem e participação. Ischkanian (2024, 2025) enfatiza que propostas inclusivas necessitam de acompanhamento contínuo, adaptação de materiais pedagógicos e estratégias que considerem as particularidades de cada estudante. O professor que observa cuidadosamente seus alunos consegue identificar potencialidades que poderiam permanecer ocultas em modelos rígidos de ensino. A utilização de recursos diferenciados, registros pedagógicos e experiências lúdicas amplia as oportunidades de participação e fortalece uma educação comprometida com o desenvolvimento integral.

A escola que reconhece a pluralidade humana assume uma função social transformadora ao preparar indivíduos para viver em uma sociedade marcada por diferenças e múltiplas identidades. Segundo a UNESCO (1994), sistemas educacionais inclusivos devem garantir que todas as crianças aprendam juntas sempre que possível, valorizando a diversidade como componente essencial da educação. A convivência escolar torna-se um espaço de aprendizagem coletiva, no qual estudantes desenvolvem conhecimentos acadêmicos, habilidades emocionais e atitudes de respeito mútuo. A educação inclusiva, fundamentada nos princípios defendidos por Ainscow (2005), Ischkanian (2025) e pelos documentos internacionais de direitos humanos, revela que a diferença constitui uma fonte permanente de crescimento humano. Uma escola verdadeiramente democrática não busca eliminar as singularidades, mas criar condições para que cada pessoa participe plenamente da construção de um mundo mais acolhedor, cooperativo e justo.

## 2.8. TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E RECURSOS PEDAGÓGICOS INCLUSIVOS

As tecnologias assistivas representam uma das expressões mais significativas das transformações contemporâneas na educação inclusiva, pois possibilitam ampliar a participação de estudantes que historicamente encontraram barreiras para acessar conhecimentos, comunicar-se e interagir no ambiente escolar. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência destaca que os Estados devem promover o acesso às tecnologias assistivas como forma de garantir autonomia, igualdade de oportunidades e participação social plena (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006). No campo educacional, esses recursos assumem uma função que ultrapassa o caráter instrumental, tornando-se mediadores entre o estudante, o conhecimento e as experiências coletivas de aprendizagem. A tecnologia, quando integrada a uma proposta pedagógica humanizada, contribui para que diferentes formas de aprender sejam reconhecidas como possibilidades legítimas de desenvolvimento.

A inclusão tecnológica na educação não deve ser compreendida apenas como aquisição de equipamentos ou utilização de dispositivos digitais, pois envolve uma mudança conceitual sobre as formas de ensinar e aprender. Segundo Carvalho et al. (2023), a articulação entre direitos, tecnologias e educação exige compreender os recursos tecnológicos como ferramentas de participação, acessibilidade e transformação das práticas pedagógicas. Um software acessível, um recurso de comunicação alternativa ou um material adaptado possuem significado educativo quando estão vinculados às necessidades reais dos estudantes. A tecnologia ganha sentido quando amplia possibilidades humanas, favorecendo autonomia, expressão e construção do conhecimento.

A presença de recursos assistivos no ambiente escolar contribui para eliminar barreiras que impedem ou dificultam a participação de determinados estudantes. A Lei Brasileira de Inclusão estabelece que a acessibilidade deve envolver recursos, estratégias e adaptações capazes de assegurar igualdade de condições para o exercício dos direitos das pessoas com deficiência (Brasil, 2015). Essa compreensão amplia o papel da escola, que passa a considerar acessibilidade não apenas como adequação física dos espaços, mas como garantia de acesso ao currículo, à comunicação e às relações sociais. A utilização planejada de tecnologias assistivas possibilita que estudantes participem das atividades escolares com maior independência e segurança.

Os recursos tecnológicos inclusivos apresentam grande potencial para favorecer diferentes estilos e ritmos de aprendizagem presentes nas salas de aula. Ischkanian e Pereira et al. (2024) ressaltam que a integração entre tecnologias, inclusão e trabalho pedagógico possibilita valorizar o estudante e criar experiências educativas mais acessíveis. Ferramentas digitais interativas, aplicativos educacionais, vídeos adaptados, jogos pedagógicos e materiais multimodais podem oferecer novas formas de compreender conceitos complexos. A

diversidade de recursos amplia as portas de entrada para o conhecimento e favorece uma educação que respeita as características individuais.

A comunicação constitui uma das dimensões nas quais as tecnologias assistivas apresentam impactos mais significativos, especialmente para estudantes que utilizam formas alternativas de expressão. Ischkanian e Ischkanian (2022) destacam que estratégias voltadas à inclusão de crianças com autismo precisam considerar formas diferenciadas de comunicação, interação e aprendizagem. Pranchas de comunicação, sistemas visuais, pictogramas e recursos digitais possibilitam que estudantes expressem desejos, sentimentos, escolhas e conhecimentos. O reconhecimento dessas formas comunicativas fortalece a participação e rompe com concepções que limitam a capacidade de expressão à linguagem oral convencional.

A utilização de materiais adaptados também possui relevância para estudantes com deficiência visual, dificuldades motoras ou necessidades específicas de aprendizagem. Ischkanian (2017) enfatiza que o planejamento pedagógico deve considerar adaptações de materiais e recursos que favoreçam experiências concretas, sensoriais e significativas na Educação Infantil. Materiais táteis, objetos manipuláveis, recursos em Braille, contrastes visuais e modelos tridimensionais podem transformar conteúdos abstratos em experiências acessíveis. A adaptação pedagógica representa uma atitude de reconhecimento da diversidade e não uma redução das expectativas de aprendizagem.

A tecnologia inclusiva depende diretamente da formação docente para que seus recursos sejam utilizados de maneira crítica e intencional. Ainscow (2005) argumenta que a construção de sistemas educacionais inclusivos exige mudanças nas práticas profissionais e no modo como os educadores identificam e enfrentam barreiras à aprendizagem. O professor precisa compreender as possibilidades e limites de cada recurso tecnológico, relacionando sua utilização aos objetivos pedagógicos e às características dos estudantes. A ferramenta digital, isoladamente, não produz transformação educativa, pois necessita de mediação humana qualificada.

O planejamento pedagógico constitui elemento essencial para que as tecnologias assistivas cumpram sua função inclusiva. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva defende que os recursos e serviços educacionais especializados devem estar articulados ao ensino comum, garantindo participação e aprendizagem dos estudantes (Brasil, 2008). O uso de tecnologias precisa estar inserido em propostas que considerem objetivos curriculares, desenvolvimento individual e participação coletiva. Quando incorporada ao planejamento, a tecnologia deixa de ser um elemento complementar e passa a integrar uma estratégia de construção do conhecimento.

Os jogos digitais e materiais pedagógicos adaptados apresentam possibilidades relevantes para estimular aspectos cognitivos, sociais e emocionais da aprendizagem.

Ischkanian (2017) evidencia que atividades lúdicas podem favorecer o desenvolvimento de crianças com autismo ao criar situações de interação, exploração e construção de habilidades. Recursos tecnológicos baseados em desafios, imagens, sons e movimentos podem despertar interesse e ampliar a participação dos estudantes. O caráter lúdico associado à acessibilidade transforma o processo educativo em uma experiência mais envolvente e significativa.

A tecnologia também contribui para ampliar formas de avaliação e acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes. Ischkanian (2025), ao discutir o Método de Portfólios SHDI, destaca a importância de registros contínuos capazes de revelar trajetórias individuais de aprendizagem e evolução das habilidades. Ferramentas digitais podem auxiliar na organização de evidências, produção de registros multimídia e acompanhamento de avanços ao longo do tempo. Essa perspectiva permite substituir modelos avaliativos exclusivamente classificatórios por processos mais atentos ao desenvolvimento integral.

A democratização do acesso tecnológico exige políticas institucionais comprometidas com formação, infraestrutura e planejamento permanente. Ainscow e César (2006) defendem que a inclusão educacional depende da transformação das estruturas escolares e da criação de condições para participação de todos os estudantes. A disponibilidade de equipamentos precisa estar acompanhada de suporte técnico, formação continuada e cultura institucional favorável à inovação pedagógica. Uma escola inclusiva não utiliza tecnologia apenas como modernização, mas como ferramenta para garantir direitos.

Os recursos assistivos também favorecem a construção de ambientes educacionais mais flexíveis e responsivos à diversidade. Graham et al. (2023) apontam que os debates internacionais sobre inclusão têm ampliado a compreensão de que acessibilidade envolve participação efetiva e eliminação de barreiras presentes nos sistemas educacionais. Tecnologias como leitores de tela, legendas, audiolivros e ferramentas de comunicação ampliam possibilidades de acesso ao currículo. Esses recursos beneficiam estudantes com deficiência e enriquecem as experiências de aprendizagem de toda a comunidade escolar.

A integração entre tecnologia e inclusão exige uma postura ética que coloque o estudante no centro das decisões pedagógicas. Creswell (2021) ressalta que pesquisas e práticas educacionais comprometidas com a realidade humana precisam considerar diferentes perspectivas e contextos de aprendizagem. A escolha de um recurso tecnológico deve partir da compreensão das necessidades, interesses e potencialidades do estudante, evitando a utilização de ferramentas apenas por sua novidade. A tecnologia educativa possui valor quando responde a desafios reais e contribui para ampliar oportunidades.

O desenvolvimento de uma educação inclusiva mediada por tecnologias representa uma oportunidade para repensar modelos tradicionais de ensino e criar experiências mais participativas. Ischkanian e colaboradores (2024) demonstram que tecnologias e práticas

inclusivas podem fortalecer a valorização do aluno quando articuladas a estratégias pedagógicas conscientes. O professor torna-se um organizador de possibilidades, utilizando diferentes recursos para permitir que cada estudante encontre caminhos próprios de aprendizagem. A tabela 4 destaca essa perspectiva reconhece que ensinar envolve criar condições para que todos possam participar do processo educativo.

**Tabela 4: Tecnologias Assistivas e Recursos Pedagógicos Inclusivos, articulando com educação inclusiva, (DUA), BNCC, AEE, Método de Portfólios SHDI.**

| Atividade | Tecnologia assistiva/recurso inclusivo | Fundamentação pedagógica SHDI |
|---|---|---|
| Comunicação alternativa com pranchas visuais | PECS, pictogramas, símbolos | Inclusão comunicacional |
| Portfólio digital inclusivo SHDI | Registro multimodal da aprendizagem | Ischkanian (Método de Portfólios SHDI) |
| Leitura acessível com audiolivros | Recursos sonoros e multimodais | Acessibilidade curricular |
| Histórias sociais digitais | Tablets, imagens sequenciais, vídeos | Autismo e compreensão social |
| Jogos educativos adaptados | Jogos digitais acessíveis | Ludicidade e aprendizagem |
| Alfabeto interativo inclusivo | Aplicativos e recursos visuais | Alfabetização inclusiva |
| Matemática com materiais digitais adaptados | Recursos concretos e tecnológicos | Cognição e aprendizagem |
| Agenda visual eletrônica | Organização temporal | TEA e autonomia |
| Vídeos educativos com Libras e legendas | Acessibilidade comunicacional | Inclusão linguística |
| Laboratório sensorial tecnológico | Recursos multissensoriais | Desenvolvimento global |
| Teclados adaptados | Tecnologia assistiva motora | Acesso à escrita |
| Mouse alternativo e acionadores | Acessibilidade física | Participação digital |
| Aplicativos de reconhecimento de voz | Comunicação e escrita | Autonomia |
| Mapas mentais digitais inclusivos | Organização cognitiva | Aprendizagem significativa |
| Produção de histórias digitais | Criatividade e expressão | Protagonismo infantil |
| Realidade aumentada educativa | Exploração visual | Aprendizagem concreta |
| Jogos de pareamento digital | Cognição e memória | Educação Infantil inclusiva |
| Painéis digitais de emoções | Autorregulação emocional | Desenvolvimento socioemocional |
| QR Codes pedagógicos acessíveis | Ampliação de conteúdos | Aprendizagem híbrida |
| Robótica educacional inclusiva | Tecnologia e colaboração | Participação coletiva |
| Programação visual para crianças | Pensamento computacional | Inclusão tecnológica |
| Aplicativos de rotina escolar | Independência funcional | TEA |
| Livros digitais adaptados | Leitura acessível | Alfabetização |
| Jogos com realidade virtual | Experiências imersivas | Aprendizagem ativa |
| Fotografia como instrumento pedagogico | Registro e comunicação | Portfólio SHDI |

| | | |
|---|---|---|
| Vídeos produzidos pelos estudantes | Expressão multimodal | Autonomia |
| Caderno digital inclusivo | Organização escolar | Acompanhamento individualizado |
| Recursos táteis tecnológicos | Deficiência visual | Percepção sensorial |
| Impressão 3D educativa | Materiais concretos acessíveis | Aprendizagem visual e tátil |
| Aplicativos de matemática adaptada | Raciocínio lógico | Inclusão curricular |
| Música e tecnologia assistiva | Expressão artística | Desenvolvimento emocional |
| Comunicação por tablet | CAA | Autonomia comunicativa |
| Jogos colaborativos online | Interação social | Cooperação |
| Calendário digital inclusivo | Estruturação da rotina | Organização |
| Plataforma de acompanhamento individual | PEI | Avaliação inclusiva |
| Materiais ampliados digitais | Baixa visão | Acessibilidade visual |
| Conversores de texto em voz | Leitura acessível | Inclusão |
| Voz para texto | Produção escrita | Acessibilidade |
| Simulações educativas digitais | Experiência prática | Aprendizagem ativa |
| Laboratório de ciências acessível | Recursos adaptados | Investigação científica |
| Jogos de alfabetização sonora | Consciência fonológica | Linguagem |
| Aplicativos de emoções | Autoconhecimento | Desenvolvimento humano |
| Diário digital do estudante | Autorreconhecimento | Identidade |
| Ambiente virtual inclusivo | Aprendizagem ampliada | Tecnologia educacional |
| Vídeos com comunicação multimodal | Inclusão comunicativa | Diversidade |
| Mural digital coletivo | Participação escolar | Democracia |
| Tecnologia para autonomia diária | Vida independente | Funcionalidade |
| Biblioteca digital acessível | Acesso ao conhecimento | Equidade |
| Projeto interdisciplinar tecnológico | Aprendizagem global | Inclusão |
| Feira de tecnologias assistivas produzidas pelos estudantes | Protagonismo e inovação | Escola democrática |

**Fonte: Simone Helen Drumond Ischkanian e Sandro Garabed Ischkanian, (2026).**

As tecnologias assistivas e os recursos pedagógicos inclusivos revelam que a inovação educacional precisa estar vinculada ao compromisso com a dignidade humana e com o direito de aprender. A UNESCO (1994) já defendia que escolas devem acolher todas as crianças, adaptando suas práticas para responder à diversidade existente. A tecnologia representa uma importante aliada nesse processo, mas sua potência depende da intencionalidade pedagógica, da formação dos profissionais e da construção de uma cultura escolar inclusiva. Quando utilizada de maneira consciente, torna-se uma ponte entre diferenças, conhecimentos e possibilidades, permitindo que cada estudante participe da construção coletiva de uma educação mais acessível, democrática e transformadora.

## 2.9. A INCLUSÃO COMO COMPROMISSO ÉTICO E SOCIAL

A educação inclusiva representa uma mudança paradigmática na compreensão do direito à aprendizagem, pois desloca o foco das limitações individuais para a responsabilidade coletiva de construir ambientes capazes de acolher diferentes modos de existir, aprender e participar. Segundo a Organização das Nações Unidas (2006), a garantia dos direitos das pessoas com deficiência fundamenta-se no reconhecimento da dignidade humana, da autonomia e da participação plena em todos os espaços sociais, incluindo o ambiente escolar. A escola contemporânea, inserida em uma sociedade marcada pela pluralidade cultural, corporal, cognitiva e emocional, precisa compreender que a diversidade não constitui uma exceção ao processo educativo, mas sua própria essência. O compromisso ético da inclusão nasce da percepção de que cada estudante carrega histórias, experiências e formas particulares de interpretar o mundo, exigindo práticas pedagógicas que reconheçam essas singularidades como elementos constitutivos da aprendizagem.

A construção de uma escola inclusiva ultrapassa a ideia de atendimento especializado direcionado apenas a determinados grupos e estabelece uma nova concepção de educação baseada na participação universal. A UNESCO (1994), por meio da Declaração de Salamanca, defendeu que os sistemas educacionais devem organizar-se para responder às necessidades de todos os estudantes, respeitando ritmos, características e diferentes formas de aprender. Essa perspectiva rompe com modelos historicamente estruturados na homogeneização dos sujeitos, nos quais aqueles que não correspondiam ao padrão esperado eram frequentemente afastados dos processos comuns de escolarização. A inclusão exige uma reconstrução cultural da escola, envolvendo valores, práticas, currículos e relações humanas que reconheçam cada criança como sujeito de direitos e participante ativo da comunidade educativa.

O compromisso social da inclusão envolve uma transformação profunda na maneira como a sociedade compreende as diferenças humanas. Para Mel Ainscow (2005), o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos depende da identificação e superação das barreiras que impedem a participação e a aprendizagem dos estudantes. A exclusão escolar muitas vezes não ocorre pela ausência de matrícula, mas pela existência de obstáculos invisíveis presentes nas metodologias, avaliações, materiais didáticos e atitudes profissionais. Uma escola verdadeiramente democrática precisa observar continuamente suas próprias práticas, questionando se seus procedimentos ampliam oportunidades ou reforçam desigualdades historicamente construídas. A inclusão, nesse cenário, torna-se um processo permanente de investigação, reflexão e reorganização institucional.

A dimensão ética da educação inclusiva está relacionada ao reconhecimento de que nenhuma diferença humana reduz o valor ou a capacidade de participação de uma pessoa. Conforme afirmam Mel Ainscow e Margarida César (2006), a inclusão deve ser compreendida

como uma construção contínua que envolve mudanças nas culturas escolares, nas políticas educacionais e nas práticas pedagógicas. Essa compreensão amplia o significado da aprendizagem, pois ensinar deixa de representar apenas a transmissão de conteúdos e passa a envolver a criação de condições para que cada estudante desenvolva suas potencialidades. O professor, a família, os gestores e toda a comunidade escolar tornam-se corresponsáveis por uma educação fundamentada na equidade e no respeito às diferenças.

No contexto brasileiro, a inclusão educacional encontra respaldo em princípios constitucionais que reconhecem a educação como direito fundamental e instrumento de desenvolvimento humano e social. A Constituição Federal do Brasil de 1988 (Brasil, 1988) estabelece a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, enquanto a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) reafirma a obrigação do Estado e da sociedade em eliminar barreiras que dificultem a participação das pessoas com deficiência. Esses dispositivos legais demonstram que incluir não significa apenas permitir a presença física do estudante no espaço escolar, mas garantir acessibilidade, aprendizagem significativa e participação efetiva. A escola comprometida com a democracia compreende que cada estudante possui direito a construir conhecimentos a partir de suas possibilidades, interesses e formas próprias de interação com o mundo.

A inclusão como compromisso ético e social também exige compreender que as diferenças não devem ser tratadas como obstáculos a serem corrigidos, mas como expressões legítimas da condição humana. A Ministério da Educação do Brasil (Brasil, 2008), por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, afirma que a educação especial deve atuar de maneira articulada ao ensino comum, garantindo acesso, participação e aprendizagem dos estudantes. Essa concepção modifica profundamente a função da escola, pois abandona práticas baseadas na adaptação do aluno ao sistema e propõe a reorganização do próprio sistema para atender à diversidade existente em suas salas de aula. O estudante deixa de ser visto pela perspectiva daquilo que supostamente lhe falta e passa a ser reconhecido pelas capacidades, experiências e possibilidades que podem ser ampliadas mediante intervenções pedagógicas adequadas.

A efetivação da inclusão depende de uma mudança de olhar sobre os processos de ensino e aprendizagem, considerando que cada sujeito constrói conhecimentos por caminhos próprios. Ischkanian et al. (2015) destacam que os processos cognitivos de estudantes com necessidades educacionais específicas apresentam possibilidades de desenvolvimento quando encontram estratégias pedagógicas planejadas, respeitosas e coerentes com suas características individuais. A aprendizagem não acontece de maneira uniforme, pois envolve aspectos emocionais, sociais, sensoriais, comunicativos e culturais que influenciam a relação do estudante com o conhecimento. Uma prática inclusiva reconhece essa complexidade e cria

oportunidades variadas para que a criança demonstre aquilo que sabe, desenvolva novas habilidades e participe de experiências educativas significativas.

A proposta de uma escola democrática está profundamente relacionada à capacidade de criar múltiplas formas de acesso ao conhecimento. Ischkanian e Ischkanian (2022) apresentam o método de portfólios educacionais como uma estratégia facilitadora dos processos de ensino e aprendizagem, permitindo acompanhar trajetórias individuais, registrar avanços e identificar caminhos pedagógicos mais adequados para cada estudante. O portfólio ultrapassa a função de simples arquivo de atividades, constituindo-se como instrumento de observação, planejamento e valorização da identidade do aprendiz. Quando utilizado em uma perspectiva inclusiva, possibilita que professores compreendam melhor os modos de participação das crianças, reconheçam pequenas conquistas e desenvolvam intervenções fundamentadas em evidências construídas no cotidiano escolar.

A construção de ambientes inclusivos requer também a superação de barreiras atitudinais, consideradas uma das formas mais complexas de exclusão porque envolvem crenças, expectativas e comportamentos presentes nas relações humanas. Kiuppis (2014) problematiza a necessidade de compreender a inclusão para além da associação exclusiva com deficiência, defendendo uma visão mais ampla relacionada à participação social e ao pertencimento coletivo. A escola que combate preconceitos não apenas beneficia estudantes com deficiência, mas transforma a experiência educativa de todos os sujeitos envolvidos. A convivência com diferentes formas de comunicação, pensamento, movimento e expressão contribui para o desenvolvimento de valores democráticos, ampliando a capacidade dos estudantes de conviverem em uma sociedade plural.

O compromisso inclusivo manifesta-se nas pequenas decisões pedagógicas realizadas diariamente pelos professores. Ischkanian (2017) enfatiza a importância do planejamento e da adaptação de materiais pedagógicos para garantir que crianças com diferentes necessidades possam participar das experiências educativas propostas. Uma atividade aparentemente simples pode tornar-se uma oportunidade de inclusão quando recebe recursos adequados, como imagens ampliadas, materiais concretos, pistas visuais, comunicação alternativa, recursos sensoriais ou organização diferenciada do tempo. A criatividade docente assume papel essencial nesse processo, pois possibilita transformar conteúdos tradicionais em experiências acessíveis, significativas e relacionadas às potencialidades dos estudantes.

A tecnologia também integra o compromisso ético da inclusão quando utilizada como ferramenta de ampliação da autonomia e participação. Carvalho et al. (2023) discutem que as relações entre direitos, tecnologias e educação revelam novas possibilidades para reduzir barreiras comunicacionais, pedagógicas e sociais presentes no cotidiano escolar. Recursos tecnológicos acessíveis podem favorecer diferentes formas de expressão, permitindo que

estudantes que apresentam dificuldades na comunicação oral, escrita ou motora encontrem novos caminhos para interagir com conhecimentos e pessoas. A tecnologia, entretanto, alcança maior potencial transformador quando está associada a uma intencionalidade pedagógica clara, ao planejamento docente e ao conhecimento das necessidades específicas de cada estudante.

A participação da família fortalece a dimensão social da inclusão porque amplia a compreensão sobre a história, os interesses e as formas particulares de interação da criança com o ambiente. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2006) reconhece a importância da participação familiar e comunitária na promoção da autonomia e da inclusão das pessoas com deficiência. A escola que estabelece relações colaborativas com as famílias constrói uma rede de apoio capaz de compreender o estudante em sua integralidade, considerando aspectos que ultrapassam o espaço da sala de aula. Essa aproximação favorece decisões pedagógicas mais humanas, pois transforma informações familiares em elementos que contribuem para práticas educativas mais sensíveis e eficazes.

A formação docente constitui outro eixo indispensável para consolidar uma educação comprometida com a justiça social. Ainscow (2005) argumenta que professores e equipes escolares precisam desenvolver conhecimentos capazes de identificar barreiras e criar respostas pedagógicas inovadoras diante da diversidade presente nas instituições educativas. O professor inclusivo não é aquele que possui uma receita pronta para cada situação, mas aquele que desenvolve capacidade investigativa, abertura para aprender continuamente e disposição para reorganizar suas práticas. A formação inicial e continuada precisa contemplar fundamentos da educação especial, acessibilidade, desenho universal para aprendizagem, avaliação inclusiva e estratégias metodológicas que reconheçam diferentes maneiras de aprender.

A escola inclusiva representa um espaço privilegiado para a construção de uma cultura baseada no respeito, na cooperação e na valorização das diferenças. Graham et al. (2023) evidenciam que os debates internacionais sobre inclusão educacional permanecem em constante evolução, indicando a necessidade de aprofundar práticas que ultrapassem discursos institucionais e produzam mudanças concretas nos ambientes escolares. A inclusão não pode permanecer restrita aos documentos oficiais ou às intenções pedagógicas, pois precisa manifestar-se nas relações cotidianas, nas oportunidades oferecidas aos estudantes e nas escolhas realizadas pelos profissionais da educação. Cada ação educativa possui potencial para fortalecer ou limitar a participação de uma pessoa, tornando a responsabilidade ética da escola um elemento permanente de reflexão.

A construção de uma sociedade democrática depende de uma educação capaz de reconhecer a humanidade presente em cada estudante e garantir condições para que todos possam aprender, participar e contribuir com o coletivo. Ischkanian (2024, 2025), ao abordar o Método de Portfólios SHDI em uma perspectiva inclusiva, evidencia que o acompanhamento

individualizado, o planejamento consciente e a valorização das potencialidades constituem caminhos importantes para uma prática pedagógica transformadora. A inclusão como compromisso ético e social representa uma escolha pela dignidade humana, pela equidade e pela criação de ambientes onde cada pessoa tenha oportunidade de desenvolver seus talentos e expressar sua identidade. A escola que assume esse compromisso não apenas ensina conteúdos, mas participa da formação de uma sociedade mais justa, acolhedora e preparada para reconhecer que a diversidade é uma das maiores riquezas da experiência humana.

## 2.10. ENSINAR DIFERENTE PARA QUE TODOS APRENDAM NO MÉTODO DE PORTFÓLIOS SHDI

A afirmação "Ensine-me de maneiras diferentes, pois assim sou capaz de aprender" expressa uma mudança profunda na compreensão contemporânea da educação, pois desloca a centralidade do ensino padronizado para uma perspectiva que reconhece a diversidade dos processos cognitivos, emocionais, sociais e comunicativos dos estudantes. Ainscow (2005) destaca que a construção de sistemas educacionais inclusivos depende da capacidade das escolas identificarem barreiras à participação e desenvolverem respostas pedagógicas que ampliem as oportunidades de aprendizagem para todos. Essa concepção rompe com modelos tradicionais fundamentados na ideia de que todos devem aprender utilizando os mesmos recursos, no mesmo ritmo e seguindo trajetórias semelhantes. O ato educativo passa a ser compreendido como uma relação dinâmica entre sujeito, conhecimento, ambiente e estratégias mediadoras, na qual ensinar significa criar possibilidades para que cada estudante encontre caminhos próprios de desenvolvimento.

A aprendizagem humana apresenta múltiplas formas de expressão, exigindo práticas pedagógicas capazes de perceber diferentes modos de compreender, comunicar e participar das experiências escolares. Ischkanian e Ischkanian (2022) defendem que o método de portfólios educacionais constitui uma estratégia facilitadora do processo de ensino e aprendizagem por permitir o acompanhamento individualizado das conquistas, dificuldades e potencialidades de cada criança. O portfólio transforma-se em um espaço de registro da trajetória educativa, revelando aspectos que muitas vezes não aparecem em avaliações tradicionais baseadas exclusivamente em resultados finais. A documentação contínua das experiências possibilita ao professor interpretar o desenvolvimento do estudante com maior sensibilidade, reconhecendo avanços progressivos e planejando intervenções mais coerentes com suas necessidades.

O Método de Portfólios SHDI, desenvolvido por Simone Helen Drumond Ischkanian, apresenta uma perspectiva pedagógica que valoriza a observação, o planejamento, a adaptação e a construção de experiências significativas para estudantes com diferentes características. Ischkanian (2024, 2025) enfatiza que o portfólio educacional não deve ser compreendido

apenas como uma coleção de atividades, mas como um instrumento reflexivo capaz de revelar processos de aprendizagem e favorecer decisões pedagógicas fundamentadas. Essa abordagem considera que cada criança possui uma maneira singular de estabelecer relações com o conhecimento, sendo necessário oferecer recursos variados para que suas habilidades possam emergir. A prática educativa torna-se mais democrática quando reconhece que o desenvolvimento não acontece por uma única rota, mas por diferentes percursos construídos ao longo da interação entre estudante e ambiente.

A escola inclusiva fundamentada no Método de Portfólios SHDI compreende que o planejamento pedagógico precisa partir do conhecimento real do estudante, considerando sua história, seus interesses, suas formas de comunicação e suas possibilidades de participação. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) estabelece que a educação deve garantir acesso, participação e aprendizagem, promovendo condições para que os estudantes desenvolvam suas potencialidades no ambiente escolar comum. Essa perspectiva aproxima-se da proposta dos portfólios educacionais porque ambos valorizam processos contínuos de acompanhamento e rejeitam práticas classificatórias que reduzem o sujeito às suas dificuldades. O professor passa a atuar como pesquisador da própria prática, observando evidências, reorganizando estratégias e criando ambientes mais acessíveis.

A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva exige compreender que as diferenças presentes na sala de aula representam possibilidades de enriquecimento coletivo. A UNESCO (1994), por meio da Declaração de Salamanca, afirma que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas, organizando respostas educativas adequadas às necessidades individuais. O Método de Portfólios SHDI dialoga com esse princípio ao propor uma educação baseada na valorização das capacidades, na adaptação dos recursos e na criação de oportunidades reais de participação. Quando o professor registra, analisa e interpreta as experiências do estudante, ele deixa de procurar apenas aquilo que falta e passa a identificar caminhos para potencializar aquilo que já existe como possibilidade de aprendizagem.

O professor que atua em uma perspectiva inclusiva assume uma postura investigativa diante da aprendizagem, compreendendo que ensinar exige observar, interpretar e reorganizar continuamente as estratégias utilizadas. Ischkanian et al. (2015) evidenciam que os processos de aprendizagem e cognição de estudantes com necessidades educacionais específicas podem apresentar resultados significativos quando encontram práticas pedagógicas planejadas de acordo com suas formas particulares de desenvolvimento. Essa compreensão modifica a identidade profissional docente, pois o educador deixa de ser apenas transmissor de conteúdos e passa a exercer a função de mediador de experiências, criador de oportunidades e pesquisador das possibilidades humanas presentes em cada estudante. O portfólio, nesse contexto, contribui

para que o professor visualize o percurso de aprendizagem e compreenda que pequenas conquistas representam importantes indicadores de desenvolvimento.

A avaliação escolar também necessita ser ressignificada quando o objetivo é garantir que todos aprendam. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015), estabelece que a educação deve assegurar condições de igualdade, acessibilidade e participação plena, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas que eliminem barreiras. O Método de Portfólios SHDI favorece essa mudança porque desloca a avaliação de uma lógica exclusivamente classificatória para uma perspectiva processual, na qual registros, produções, interações e avanços individuais tornam-se elementos fundamentais de análise. Avaliar passa a significar compreender o caminho percorrido pelo estudante e identificar novas possibilidades para ampliar seu desenvolvimento.

A adaptação pedagógica constitui um dos pilares essenciais para que o ensino alcance diferentes formas de aprender. Ischkanian (2017) destaca a importância do planejamento e da adaptação de materiais pedagógicos na práxis dos profissionais da Educação Infantil, especialmente quando envolvem estudantes com autismo, deficiência visual ou outras necessidades específicas. Um material adaptado não representa redução de expectativas, mas criação de acessos diferenciados ao conhecimento. Uma história pode ser apresentada por imagens, objetos concretos, recursos táteis, sons ou movimentos; uma atividade matemática pode envolver jogos, peças manipuláveis ou experiências do cotidiano. Cada adaptação revela uma compreensão ampliada de que o conhecimento pode ser construído por múltiplas linguagens.

No trabalho com estudantes autistas, o Método de Portfólios SHDI apresenta possibilidades importantes para compreender interesses, formas de comunicação e modos particulares de interação. Ischkanian (2013, 2017) propõe o uso de registros organizados como ferramenta para acompanhar habilidades, preferências e avanços das crianças, permitindo intervenções mais individualizadas. O autismo não deve ser interpretado apenas pela perspectiva das dificuldades, pois cada sujeito apresenta potencialidades que podem ser desenvolvidas quando encontra ambientes estruturados e acolhedores. O portfólio torna visíveis aspectos do desenvolvimento que muitas vezes permanecem ocultos em práticas educativas tradicionais, favorecendo uma intervenção baseada no conhecimento real da criança.

A ludicidade ocupa lugar significativo dentro de uma proposta pedagógica inclusiva porque transforma o processo educativo em uma experiência de descoberta, interação e construção de sentidos. Ischkanian (2017), ao discutir jogos, brinquedos e brincadeiras no processo de aprendizagem de crianças com Transtorno do Espectro Autista e Transtorno Global do Desenvolvimento, evidencia que o brincar pode favorecer comunicação, criatividade, autonomia e desenvolvimento cognitivo. O jogo não representa apenas uma atividade

recreativa, mas uma possibilidade metodológica capaz de aproximar o estudante dos conteúdos escolares por meio de experiências concretas e prazerosas. Dentro dos portfólios SHDI, os registros dessas experiências permitem acompanhar como cada criança participa, reage e amplia suas habilidades.

A participação da família fortalece a compreensão integral do estudante e amplia as possibilidades de construção de estratégias educativas coerentes. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) reconhece que a participação familiar constitui elemento importante para promover autonomia, inclusão e qualidade de vida. O Método de Portfólios SHDI favorece essa aproximação ao possibilitar que registros escolares dialoguem com informações familiares, experiências domésticas e observações compartilhadas. A criança deixa de ser percebida apenas pelo desempenho escolar e passa a ser compreendida como sujeito complexo, inserido em diferentes ambientes de aprendizagem e desenvolvimento.

As tecnologias e os recursos pedagógicos inclusivos ampliam as possibilidades de participação quando utilizados com intencionalidade educativa. Carvalho et al. (2023) ressaltam que a articulação entre direitos, tecnologias e educação possibilita novas formas de superar barreiras presentes nos processos de ensino e aprendizagem. Dentro da perspectiva dos portfólios educacionais, recursos digitais, registros audiovisuais, ferramentas de comunicação alternativa e materiais interativos podem complementar a documentação do desenvolvimento do estudante. A tecnologia assume sentido inclusivo quando contribui para ampliar a autonomia, favorecer a expressão e possibilitar que diferentes estudantes encontrem caminhos próprios para demonstrar seus conhecimentos.

A construção de uma escola democrática exige que os profissionais compreendam a inclusão como movimento permanente de transformação institucional. Ainscow e César (2006) afirmam que a educação inclusiva envolve mudanças nas culturas, políticas e práticas escolares, ultrapassando ações isoladas realizadas por determinados profissionais. O Método de Portfólios SHDI contribui para essa perspectiva porque incentiva uma visão coletiva da aprendizagem, na qual professores, gestores, famílias e estudantes participam da construção das trajetórias educativas. A inclusão deixa de ser responsabilidade exclusiva de especialistas e passa a constituir compromisso compartilhado por toda a comunidade escolar.

A formação docente torna-se elemento indispensável para consolidar práticas fundamentadas na diversidade e na equidade. Ischkanian e colaboradores (2024) destacam que a valorização do aluno e do trabalho pedagógico depende de conhecimentos capazes de integrar inclusão, tecnologias, planejamento e novas metodologias educativas. Professores preparados conseguem interpretar melhor as necessidades dos estudantes, selecionar recursos adequados e construir ambientes nos quais todos tenham oportunidades reais de aprendizagem.

**Tabela 5: Objetivos dentro do tema "Ensinar diferente para que todos aprendam no Método de Portfólios SHDI".**

| Contexto educativo | Papel no processo inclusivo | Objetivos pedagógicos | Exemplos de aplicação no Método de Portfólios SHDI |
|---|---|---|---|
| **Estudante** | Reconhecer o estudante como sujeito ativo da aprendizagem, considerando suas características, interesses, habilidades, formas de comunicação e ritmo de desenvolvimento. | Identificar potencialidades, ampliar autonomia, fortalecer autoestima e registrar avanços individuais. | Construção de registros personalizados, acompanhamento das conquistas, atividades adaptadas conforme necessidades específicas e documentação do progresso. |
| **Professor** | Atuar como mediador da aprendizagem, planejando experiências diversificadas e acessíveis para diferentes formas de aprender. | Desenvolver práticas pedagógicas flexíveis, utilizar estratégias diferenciadas e promover participação de todos. | Organização de portfólios individuais, análise dos registros, adaptação de materiais, criação de atividades visuais, concretas, lúdicas e sensoriais. |
| **Família** | Participar como parceira da escola, contribuindo com informações sobre história, preferências, habilidades e necessidades da criança. | Fortalecer vínculos, ampliar a comunicação entre os ambientes educativo e familiar e favorecer o desenvolvimento integral. | Compartilhamento de registros, relatos familiares, participação em propostas educativas e acompanhamento das evoluções apresentadas no portfólio. |
| **Escola** | Construir uma cultura institucional baseada na inclusão, acessibilidade e valorização da diversidade humana. | Garantir igualdade de oportunidades, eliminar barreiras e promover ambientes acolhedores. | Desenvolvimento de projetos inclusivos, organização de recursos pedagógicos, formação da equipe e incentivo ao trabalho colaborativo. |
| **Equipe multiprofissional** | Contribuir com diferentes conhecimentos para compreender o desenvolvimento global do estudante. | Integrar perspectivas pedagógicas, terapêuticas e sociais em benefício da aprendizagem. | Troca de informações, planejamento conjunto, acompanhamento das necessidades específicas e construção de estratégias individualizadas. |
| **Ambiente de aprendizagem** | Oferecer espaços organizados para estimular participação, interação e segurança emocional. | Favorecer exploração, comunicação, criatividade e construção do conhecimento. | Uso de materiais estruturados, pistas visuais, recursos sensoriais, jogos educativos e organização de rotinas acessíveis. |
| | Ampliar possibilidades de comunicação, | Reduzir barreiras funcionais e | Uso de comunicação alternativa, aplicativos |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Tecnologias assistivas** | participação e acesso ao currículo. | favorecer independência nas atividades escolares. | educativos, recursos digitais acessíveis, leitores de tela e materiais adaptados. |
| **Currículo escolar** | Tornar-se flexível e responsivo às diferentes formas de aprendizagem. | Garantir acesso ao conhecimento respeitando singularidades e potencialidades. | Adequações curriculares, atividades graduadas, diferentes formas de avaliação e propostas baseadas no desenvolvimento individual. |
| **Avaliação inclusiva** | Compreender a avaliação como processo contínuo de acompanhamento e não apenas como medição de resultados. | Identificar avanços, necessidades de intervenção e caminhos para novas aprendizagens. | Registros sistemáticos no portfólio, observações pedagógicas, análise de produções e acompanhamento evolutivo. |
| **Ludicidade e experiências práticas** | Utilizar o brincar como elemento essencial para desenvolvimento cognitivo, social, emocional e motor. | Estimular aprendizagem significativa por meio da interação e da criatividade. | Jogos, brinquedos pedagógicos, atividades com movimento, arte, música, histórias e experiências sensoriais. |
| **Inclusão e diversidade** | Promover uma visão de educação baseada no respeito às diferenças humanas. | Desenvolver valores de empatia, cooperação, justiça social e cidadania. | Projetos sobre diversidade, convivência, respeito às diferenças e participação coletiva. |
| **Planejamento pedagógico** | Organizar intencionalmente ações educativas considerando o perfil de cada estudante. | Antecipar estratégias, recursos e adaptações necessárias para garantir aprendizagem. | Planejamento individualizado, metas de desenvolvimento, seleção de atividades e acompanhamento contínuo. |

**Fonte: Simone Helen Drumond Ischkanian e Sandro Garabed Ischkanian, (2026).**

Ensinar diferente para que todos aprendam representa uma concepção educacional comprometida com a dignidade humana, com a equidade e com o direito universal ao conhecimento. A Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988) estabelece a educação como direito de todos, reafirmando que a escola deve promover condições para o pleno desenvolvimento da pessoa, a preparação para o exercício da cidadania e a participação social. Nessa perspectiva, a inclusão ultrapassa a presença física do estudante no espaço escolar, exigindo práticas pedagógicas que reconheçam barreiras, valorizem potencialidades e construam caminhos diversificados para a aprendizagem. O Método de Portfólios SHDI (http://autismosimonehelendrumond.blogspot.com/), desenvolvido por Simone Helen Drumond Ischkanian, evidencia que o acompanhamento individualizado, os registros contínuos e a observação sensível do processo educativo favorecem uma compreensão mais ampla sobre

como cada estudante aprende e quais estratégias podem ampliar sua participação (Ischkanian, 2024, 2025).

A proposta do Método de Portfólios SHDI fundamenta-se na compreensão de que cada criança possui uma trajetória própria de desenvolvimento, marcada por experiências, interesses, habilidades e formas particulares de interação com o conhecimento. Ischkanian e Ischkanian (2022) destacam que o portfólio educacional constitui uma ferramenta facilitadora do processo de ensino e aprendizagem, pois permite documentar avanços, identificar necessidades e planejar intervenções pedagógicas mais adequadas às características individuais dos estudantes. Esse processo transforma a avaliação em uma prática investigativa e humanizada, na qual o professor deixa de observar apenas resultados finais e passa a compreender os caminhos percorridos pela criança. A valorização dos pequenos progressos, das diferentes formas de comunicação e das conquistas cotidianas fortalece a autonomia, a autoestima e o sentimento de pertencimento ao ambiente escolar.

A escola inclusiva construída nessa perspectiva não busca padronizar comportamentos ou impor um único modelo de aprendizagem, mas criar oportunidades para que cada criança desenvolva suas capacidades, expresse sua identidade e participe ativamente da construção do conhecimento. A compreensão contemporânea da inclusão educacional parte do princípio de que a diversidade humana não representa uma dificuldade a ser eliminada, mas uma característica essencial dos espaços educativos. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) reforça a importância de práticas que garantam acesso, participação e aprendizagem, reconhecendo que todos os estudantes possuem direito a uma educação de qualidade, independentemente de suas condições, características ou modos de aprender. Essa concepção desloca o foco da limitação individual para a responsabilidade coletiva da escola em criar ambientes acessíveis, acolhedores e pedagogicamente significativos.

A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige uma mudança de paradigma sobre o ato de ensinar e aprender. Ainscow (2005) destaca que os sistemas educacionais inclusivos precisam identificar e remover barreiras que impedem a participação plena dos estudantes, compreendendo que a inclusão envolve transformação das culturas, políticas e práticas escolares. Essa abordagem evidencia que o professor não deve esperar que todos os alunos respondam da mesma maneira às propostas pedagógicas, mas desenvolver estratégias capazes de contemplar diferentes ritmos, interesses, formas de comunicação e possibilidades cognitivas. A diversidade presente na sala de aula torna-se uma oportunidade para ampliar metodologias e fortalecer relações baseadas no respeito e na cooperação.

O Método de Portfólios SHDI contribui para essa construção ao integrar planejamento, adaptação de materiais, ludicidade, recursos visuais, tecnologias e acompanhamento

sistemático, favorecendo uma educação mais sensível às diferenças humanas. Segundo Ischkanian (2024, 2025), o portfólio educacional possibilita acompanhar o percurso de desenvolvimento do estudante por meio de registros que revelam avanços, necessidades e potencialidades. Essa metodologia amplia a compreensão sobre a aprendizagem porque considera não apenas o resultado final de uma atividade, mas todo o processo envolvido na construção do conhecimento. Cada produção registrada torna-se uma evidência do desenvolvimento individual e uma oportunidade para que o educador reorganize suas práticas.

A utilização de portfólios como instrumento pedagógico fortalece uma avaliação mais humanizada e investigativa. Ischkanian e Ischkanian (2022) ressaltam que o registro contínuo permite compreender como crianças com diferentes necessidades educacionais aprendem e quais recursos favorecem sua participação. Essa perspectiva rompe com modelos avaliativos centrados exclusivamente em padrões fixos de desempenho, valorizando trajetórias singulares e conquistas progressivas. A avaliação deixa de ser um mecanismo de comparação entre estudantes e passa a constituir um processo de acompanhamento, reflexão e tomada de decisões pedagógicas.

Ensinar de maneiras diferentes significa reconhecer que o conhecimento pode ser construído por múltiplos caminhos. A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) estabeleceu que as escolas devem acolher todas as crianças, considerando suas características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem. Esse princípio permanece atual ao demonstrar que a educação inclusiva depende da capacidade institucional de oferecer alternativas metodológicas que permitam diferentes formas de participação. Recursos concretos, experiências sensoriais, atividades colaborativas, comunicação alternativa e tecnologias acessíveis representam possibilidades que ampliam o envolvimento dos estudantes no processo educativo.

A adaptação pedagógica ocupa lugar central na construção de práticas inclusivas, pois permite que os conteúdos escolares sejam apresentados de maneira acessível sem reduzir as expectativas de aprendizagem. Ischkanian (2017) enfatiza que o planejamento cuidadoso e a adaptação de materiais pedagógicos são fundamentais para atender crianças com diferentes características de desenvolvimento, especialmente no contexto da educação infantil e do atendimento às pessoas com autismo. A adaptação não significa simplificar o conhecimento ou retirar desafios, mas criar condições para que cada estudante encontre caminhos possíveis para compreender, experimentar e produzir saberes.

A inclusão também envolve a valorização dos aspectos emocionais e sociais presentes no processo educativo. O estudante aprende com maior significado quando percebe que pertence ao grupo, quando suas manifestações são respeitadas e quando suas capacidades são reconhecidas pelos adultos e pelos colegas. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com

Deficiência (ONU, 2006) reafirma que a participação plena e efetiva das pessoas com deficiência na sociedade constitui um direito humano fundamental. A escola, como espaço de convivência e formação cidadã, possui papel decisivo na construção de relações livres de preconceitos e baseadas na valorização das diferenças.

O trabalho docente em uma perspectiva inclusiva exige sensibilidade, conhecimento científico e disposição para reconstruir práticas constantemente. A formação dos professores precisa contemplar estudos sobre desenvolvimento humano, acessibilidade, desenho universal para aprendizagem, estratégias diferenciadas e uso pedagógico das tecnologias. Ainscow e César (2006) apontam que a inclusão escolar depende de mudanças profundas na maneira como os profissionais compreendem a diversidade e organizam suas ações educativas. O professor torna-se um pesquisador da própria prática, observando evidências, analisando resultados e criando novas possibilidades para favorecer o desenvolvimento dos estudantes.

A participação da família fortalece ainda mais os processos inclusivos, pois amplia a compreensão sobre a história, os interesses e as características da criança. A parceria entre escola e família possibilita uma visão mais completa do estudante, favorecendo decisões pedagógicas coerentes com suas necessidades e potencialidades. No contexto do Método de Portfólios SHDI, os registros podem funcionar como instrumentos de diálogo entre diferentes participantes do processo educativo, permitindo compartilhar avanços, desafios e estratégias utilizadas para apoiar a aprendizagem.

As tecnologias e os recursos pedagógicos inclusivos representam importantes aliados na democratização do acesso ao conhecimento. Carvalho et al. (2023) destacam que a articulação entre direitos, tecnologias e educação amplia possibilidades de participação quando esses recursos são utilizados com intencionalidade pedagógica. Ferramentas digitais acessíveis, materiais adaptados, comunicação alternativa e recursos multimodais podem favorecer estudantes que apresentam diferentes formas de interação com o ambiente escolar. Entretanto, a tecnologia alcança seu potencial transformador quando está associada ao planejamento docente e à compreensão das necessidades reais dos educandos.

A escola inclusiva também desempenha uma função social mais ampla ao preparar indivíduos para uma convivência democrática. Kiuppis (2014) discute que o princípio da inclusão ultrapassa a relação exclusiva com a deficiência, envolvendo uma compreensão abrangente sobre participação, pertencimento e reconhecimento das diferenças humanas. Uma instituição educativa comprometida com a inclusão ensina valores que ultrapassam os conteúdos curriculares, formando sujeitos capazes de cooperar, respeitar perspectivas distintas e atuar na construção de comunidades mais justas. A aprendizagem da convivência constitui uma dimensão essencial da formação humana.

Ensinar de maneiras diferentes significa ampliar possibilidades, criar múltiplas entradas para o conhecimento e compreender que cada estudante possui caminhos próprios para aprender e se desenvolver. O Método de Portfólios SHDI evidencia que a educação inclusiva pode ser fortalecida por meio de registros significativos, planejamento individualizado, criatividade pedagógica e valorização das potencialidades. A escola democrática não é aquela que oferece exatamente a mesma experiência para todos, mas aquela que garante condições para que todos participem, aprendam e tenham suas singularidades reconhecidas. Quando a educação assume esse compromisso, transforma-se em espaço de desenvolvimento humano, autonomia e construção de uma sociedade mais acolhedora, equitativa e comprometida com a dignidade de cada pessoa.

## 2.11. SIMONE E O MOSAICO DAS POSSIBILIDADES: A JORNADA DO MÉTODO DE PORTFÓLIOS (SHDI)

Nos corredores de uma escola pública, entre sons, movimentos, descobertas e desafios cotidianos, Simone Helen Drumond Ischkanian percebeu que algumas crianças comunicavam suas histórias de maneiras que nem sempre eram compreendidas pelos modelos tradicionais de ensino. Havia estudantes cujo silêncio revelava pensamentos profundos, cujos gestos expressavam desejos, cujas pequenas conquistas carregavam significados enormes. Como professora, pesquisadora e observadora atenta da infância, Simone passou a questionar práticas educativas que frequentemente valorizavam mais aquilo que a criança ainda não conseguia realizar do que aquilo que ela já possuía como capacidade, interesse e potencial.

A realidade vivenciada em sala de aula despertou uma inquietação transformadora: como construir uma educação capaz de enxergar o estudante antes do diagnóstico, da dificuldade ou da limitação percebida? Simone compreendia que crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras necessidades educacionais específicas não precisavam ser moldadas para se encaixar em um sistema rígido, mas necessitavam de ambientes preparados para reconhecer suas formas particulares de aprender, comunicar-se e participar. Essa reflexão tornou-se uma busca constante por uma prática pedagógica mais humana, científica e comprometida com a singularidade de cada sujeito.

Durante sua trajetória acadêmica e profissional, especialmente em seu percurso de investigação no Mestrado, Simone transformou perguntas em possibilidades. Entre estudos, observações, registros pedagógicos e experiências construídas junto às crianças, nasceu a ideia de criar uma ferramenta que funcionasse como uma lente ampliadora das potencialidades humanas. Essa ferramenta deveria ir além de uma simples coleção de atividades escolares; precisava ser um documento vivo, capaz de revelar processos, avanços, interesses, formas de expressão e caminhos individuais de aprendizagem.

Foi nesse movimento de escuta e pesquisa que se consolidou o Método de Portfólios SHDI: Inclusão, Autismo e Educação. Mais do que uma metodologia organizadora de registros, o método surgiu como uma filosofia pedagógica baseada na compreensão de que cada estudante possui uma trajetória própria. O portfólio passou a representar uma ponte entre professor, estudante e família, permitindo que o desenvolvimento fosse acompanhado não apenas pelos resultados alcançados, mas também pelos caminhos percorridos para chegar até eles.

A identidade do Método SHDI está fundamentada em quatro princípios essenciais que orientam uma prática educativa comprometida com a valorização humana. O "S" representa a *Singularidade,* pois cada criança é compreendida como um universo único, com preferências, interesses, formas de comunicação, ritmos e maneiras próprias de interpretar o mundo. O registro pedagógico torna-se um espaço para revelar aquilo que muitas vezes não aparece em avaliações tradicionais: os talentos, as curiosidades, os avanços silenciosos e as potencialidades que aguardam oportunidades para florescer.

O "H" expressa a *Humanização,* princípio que coloca a pessoa antes de qualquer característica diagnóstica. Simone defendia que nenhuma criança deveria ser reduzida a uma condição, pois cada estudante carrega sentimentos, desejos, sonhos, histórias familiares e possibilidades de crescimento. O olhar pedagógico humanizado busca compreender comportamentos, interpretar formas alternativas de comunicação e construir relações baseadas no respeito, na confiança e no vínculo afetivo.

O "D" simboliza o *Desenvolvimento,* compreendido como um processo contínuo e repleto de pequenas grandes conquistas. No Método SHDI, aprender não é observado apenas pelo resultado final de uma tarefa, mas por toda a trajetória construída pelo estudante. Um novo gesto comunicativo, uma tentativa de interação, uma descoberta durante uma brincadeira, uma atividade realizada com maior autonomia ou uma nova habilidade desenvolvida representam importantes marcas de evolução que merecem ser reconhecidas e registradas.

O "I" representa a *Inclusão,* entendida como uma experiência de pertencimento verdadeiro. Para Simone, incluir uma criança não significa apenas garantir sua presença física dentro da sala de aula, mas assegurar que ela tenha oportunidades reais de participar, aprender, comunicar-se e construir relações. A inclusão acontece quando a escola adapta seus caminhos, quando os professores buscam novas estratégias e quando cada estudante percebe que sua presença tem valor.

Nossas Histórias
Nossas Conquistas
Bom dia, Simone! Que tal vermos suas conquistas da semana?
*risos felizes*
Profe! Desenhei minha família no parque!
Está lindo, Simone! Registrar cada passo é importante para lembrar como você é capaz.
REGISTROS DA SIMONE
Ver o progresso dela não tem preço.
Toda criança tem uma história para contar.

Entre tantas histórias construídas ao longo da aplicação do método, algumas demonstram a força transformadora dessa proposta. Uma delas envolveu Gabriel, uma criança que apresentava dificuldades significativas de interação e comunicação com o grupo escolar. Durante o acompanhamento realizado por meio dos registros do portfólio, Simone percebeu que Gabriel apresentava grande interesse por formas geométricas, padrões visuais e organização espacial.

Em vez de interpretar esse interesse como uma barreira, Simone transformou-o em uma porta de entrada para o conhecimento. As atividades de matemática, artes e expressão passaram a dialogar com aquilo que despertava curiosidade em Gabriel. As formas geométricas tornaram-se elementos para contar, criar, comparar, organizar e comunicar ideias. O que antes poderia ser visto apenas como uma preferência específica revelou-se uma poderosa ferramenta pedagógica para ampliar aprendizagens.

Ao longo do semestre, o portfólio de Gabriel deixou de ser uma simples reunião de atividades e tornou-se uma narrativa de desenvolvimento. Cada registro revelava uma parte da sua caminhada: uma nova participação em grupo, uma produção artística, uma tentativa de comunicação, uma conquista de autonomia. A família passou a visualizar avanços que muitas vezes não eram percebidos no cotidiano, compreendendo que cada pequeno progresso representava uma importante vitória no processo educativo.

Quando Simone apresentou os resultados de sua pesquisa, a metodologia construída não representava apenas conceitos acadêmicos, mas histórias reais de crianças que encontraram novas possibilidades de aprender. A pesquisa demonstrava que a educação inclusiva poderia unir conhecimento científico, sensibilidade pedagógica e compromisso social. O Método SHDI passou a inspirar outros educadores que buscavam compreender seus estudantes de maneira mais profunda e construir práticas capazes de respeitar diferentes formas de aprendizagem.

O legado de Simone ultrapassou os limites de uma pesquisa acadêmica ou de uma proposta metodológica. Ele permanece presente nas práticas de professores que passaram a registrar avanços com mais cuidado, nas famílias que encontraram novas formas de acompanhar o desenvolvimento de seus filhos e nas crianças que tiveram suas capacidades reconhecidas. O Método SHDI tornou-se um mosaico de possibilidades, formado por histórias, descobertas, desafios superados e sonhos compartilhados.

A grande contribuição dessa trajetória está na compreensão de que educar é um ato de acreditar no potencial humano. Simone demonstrou que nenhum estudante deve ser definido por suas dificuldades, pois sempre existem caminhos, estratégias e oportunidades capazes de revelar novas capacidades. Cada criança possui uma maneira própria de aprender e cabe à educação construir pontes para que esse aprendizado aconteça.

O mosaico criado pelo Método SHDI continua representando uma mensagem poderosa: quando a escola aprende a olhar com sensibilidade, a diferença deixa de ser vista como obstáculo e passa a ser reconhecida como uma fonte de riqueza humana. A verdadeira inclusão nasce quando cada estudante encontra espaço para ser quem é, desenvolver suas habilidades e participar plenamente do mundo. A história de Simone revela que registrar, compreender e valorizar cada conquista é uma das formas mais profundas de afirmar: *toda criança tem uma história para contar, um potencial para revelar e um lugar legítimo para ocupar na sociedade.*

## 3. CONCLUSÃO

A inclusão educacional representa uma das maiores conquistas da humanidade no campo dos direitos, pois reconhece que cada pessoa possui valor, potencialidades e formas próprias de compreender o mundo. A mensagem “Ensine-me de maneiras diferentes, pois assim sou capaz de aprender” expressa uma transformação profunda na maneira de pensar a educação, deslocando a responsabilidade exclusiva do estudante para a construção de práticas pedagógicas mais acessíveis, sensíveis e responsivas. Ensinar não significa esperar que todos

aprendam da mesma forma, no mesmo tempo e utilizando os mesmos recursos, mas criar oportunidades para que cada indivíduo encontre caminhos possíveis para desenvolver suas capacidades.

A escola inclusiva nasce da compreensão de que a diversidade humana é uma característica natural das sociedades e não um obstáculo ao processo educativo. Cada criança chega ao ambiente escolar trazendo experiências, histórias, sentimentos, interesses e habilidades que constituem sua identidade. Quando essas singularidades são reconhecidas, o espaço escolar torna-se mais rico, pois diferentes formas de pensar, comunicar, criar e resolver problemas passam a contribuir para a aprendizagem coletiva. A inclusão amplia o olhar sobre o estudante, permitindo que ele seja percebido para além de suas dificuldades, valorizando suas conquistas e possibilidades.

Ensinar de maneiras diferentes exige uma postura pedagógica aberta à criatividade, à investigação e à transformação contínua. O professor inclusivo compreende que uma estratégia que favorece determinado estudante pode não alcançar outro, sendo necessário construir alternativas variadas para despertar o interesse, estimular a participação e fortalecer a autonomia. Recursos visuais, atividades práticas, jogos, experiências sensoriais, tecnologias, músicas, histórias e diferentes formas de comunicação representam caminhos que ampliam o acesso ao conhecimento e demonstram que aprender pode acontecer por múltiplas experiências.

A educação inclusiva também revela que o processo de aprendizagem envolve aspectos emocionais, sociais e afetivos. O estudante aprende melhor quando se sente acolhido, respeitado e pertencente ao grupo do qual participa. Um ambiente escolar que valoriza as diferenças favorece relações mais humanas, nas quais crianças e adultos desenvolvem empatia, cooperação e respeito mútuo. A convivência com a diversidade ensina valores fundamentais para a vida em sociedade e contribui para a formação de cidadãos conscientes de suas responsabilidades coletivas.

A inclusão não deve ser compreendida apenas como uma ação direcionada a estudantes com deficiência, mas como uma proposta educativa que beneficia todos os sujeitos envolvidos. Quando a escola adapta suas práticas, amplia recursos e flexibiliza caminhos de aprendizagem, todos os estudantes encontram novas possibilidades para desenvolver conhecimentos e habilidades. Uma educação planejada para contemplar diferentes necessidades torna-se mais significativa, participativa e democrática, pois reconhece que cada pessoa aprende de maneira singular.

A construção de uma escola inclusiva depende do compromisso conjunto entre professores, gestores, famílias, profissionais de apoio e comunidade. A transformação acontece quando todos compreendem que garantir aprendizagem não é oferecer privilégios, mas assegurar um direito fundamental. A participação coletiva fortalece ações que eliminam

barreiras, criam oportunidades e possibilitam que cada estudante tenha voz dentro do processo educativo. A inclusão se consolida quando deixa de ser apenas uma proposta institucional e passa a fazer parte da cultura cotidiana da escola.

O ato de ensinar ganha novo significado quando o educador percebe que as diferenças não precisam ser corrigidas, mas compreendidas e respeitadas. Cada estudante apresenta uma maneira própria de interagir com o conhecimento, e reconhecer essa diversidade amplia a capacidade da escola de promover aprendizagens mais profundas. A prática inclusiva exige sensibilidade para observar, escutar e interpretar as necessidades de cada criança, construindo estratégias que favoreçam seu desenvolvimento integral.

Uma educação verdadeiramente inclusiva não reduz expectativas sobre os estudantes, mas oferece condições adequadas para que todos possam alcançar seus objetivos. A valorização das potencialidades permite que crianças e jovens descubram suas capacidades, desenvolvam confiança e participem ativamente de sua trajetória escolar. Quando o ensino considera diferentes formas de aprender, o conhecimento deixa de ser apresentado como uma barreira e passa a ser percebido como uma possibilidade de crescimento, descoberta e transformação.

A frase “Ensine-me de maneiras diferentes, pois assim sou capaz de aprender” representa um convite para repensar práticas tradicionais e construir uma pedagogia baseada na escuta, na flexibilidade e na valorização humana. Ela demonstra que muitas vezes a dificuldade não está no estudante, mas na ausência de estratégias capazes de alcançar sua forma particular de compreender e participar. A mudança de perspectiva permite que a escola abandone modelos rígidos e desenvolva experiências educativas mais próximas da realidade e das necessidades de cada pessoa.

A inclusão fortalece a ideia de que todos possuem capacidade de aprender quando encontram oportunidades adequadas e apoio necessário. A aprendizagem acontece quando existe conexão entre o estudante, o professor, os recursos utilizados e o ambiente construído para ensinar. Cada avanço, cada descoberta e cada participação representam conquistas importantes que revelam a potência existente em todos os indivíduos. Uma escola inclusiva reconhece esses processos e transforma pequenas evoluções em grandes possibilidades de desenvolvimento.

A educação comprometida com a inclusão contribui para formar uma sociedade mais justa, solidária e preparada para conviver com as diferenças. O respeito à diversidade aprendido na escola ultrapassa os limites da sala de aula e influencia as relações familiares, profissionais e comunitárias. Crianças que crescem em ambientes inclusivos aprendem que todas as pessoas merecem oportunidades, reconhecimento e participação, fortalecendo valores essenciais para a construção de uma convivência democrática.

Ensinar de maneiras diferentes é acreditar que sempre existe um caminho para aprender, participar e desenvolver-se. A inclusão representa uma escolha ética pela valorização da vida humana em todas as suas formas, reafirmando que nenhuma criança deve ser deixada para trás. Quando a escola acolhe diferentes formas de aprender, ela transforma desafios em possibilidades e constrói espaços onde cada estudante pode revelar suas capacidades, expressar sua identidade e participar plenamente da sociedade. A educação inclusiva, portanto, constitui um compromisso permanente com uma aprendizagem mais humana, acessível e repleta de esperança para todos.

## REFERÊNCIAS


AINSCOW, Mel. **Developing inclusive education systems: what are the levers for change?** Journal of Educational Change, v. 6, n. 2, p. 109–124, 2005. DOI: 10.1007/s10833-005-1298-4.

AINSCOW, Mel; CÉSAR, Margarida. **Inclusive education ten years after Salamanca: setting the agenda**. European Journal of Psychology of Education, v. 21, n. 3, p. 231–238, 2006. DOI: 10.1007/BF03173412.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

CARVALHO, Gabriel Nascimento et al.; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond (org.). **Direitos, tecnologias e educação: contribuições abrangentes**. **Itapiranga, SC**: Editora Schreiben, 2023. DOI: 10.29327/5287566.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. **A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites.** Contrapontos, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M**. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação.** Logeion: Filosofia da informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GRAHAM, Linda J. et al**. Beyond Salamanca: a citation analysis of the CRPD/GC4 relative to the Salamanca Statement in inclusive and special education research.** *International Journal of Inclusive Education*, v. 27, n. 2, 2023. DOI: **10.1080/13603116.2020.1831627**.

ISCHKANIAN, Sandro Garabed; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Inclusão, autismo e educação: o método de portfólios educacionais como estratégia facilitadora no processo de ensino e aprendizagem de crianças**. In: COSTA, Hérika Cristina Oliveira da; PINTO, Thaís Ribeiro Corrêa (org.). *Práticas inclusivas na educação básica*. **Itapiranga, SC**: Editora Schreiben, 2022. p. 66-80.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond et al. **Aprendizagem e cognição: os processos de ensino dos indivíduos com necessidades especiais com ocorrências bem-sucedidas na aprendizagem**. PY e Manaus, AM: Artigo científico. Ed Universitária, 2015.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond**. Inclusão, autismo, deficiência visual e educação: a importância do planejamento e da adaptação de materiais pedagógicos na práxis dos profissionais da Educação Infantil.** SHDI. Manuscrito técnico. PY e Manaus, AM: SHDI, 2017. Material pedagógico. Ed Universitária, 2011.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Inclusão, autismo, deficiência visual e educação: a importância do planejamento e da adaptação de materiais pedagógicos na práxis dos profissionais da Educação Infantil**. PY e Manaus, AM: Manuscrito técnico. Ed Universitária, 2016.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Método de Portfólios do Projeto: Autismo e Educação**. PY e Manaus, AM: Projeto Autismo e Educação. Material técnico. Ed Universitária, 2013.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Método de Portfólios Educacionais SHDI para Inclusão, Autismo e Educação**. SHDI. Py e Manaus. Disponível em blog institucional, 2017

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Método de Portfólios Educacionais SHDI para Inclusão, Autismo e Educação**. PY e Manaus, AM: SHDI. Material pedagógico. Ed Universitária, 2017.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Método de Portfólios: Inclusão, Autismo e Educação – uma perspectiva educacional**. SHDI. Manaus, 2025. Material didático. . PY e Manaus, AM: SHDI. Material pedagógico. Ed Universitária, 2025.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Método de Portfólios: inclusão, autismo e educação: uma perspectiva educacional**. PY e Manaus, AM: SHDI. Material didático. Ed Universitária, 2024.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **O lúdico: jogos, brinquedos e brincadeiras na construção do processo de aprendizagem das crianças com Transtorno do Espectro Autista/Transtorno Global do Desenvolvimento**. PY e Manaus, AM: Projeto Autismo e Educação. Ed Universitária, 2017.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **O método de portfólios educacionais como estratégia facilitadora no processo de ensino e aprendizagem para o desenvolvimento das habilidades das crianças especiais na educação municipal de Manaus**. **Manaus, AM**. Artigo científico. Ed Universitária, 2018.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Portfólio para planejamento da aprendizagem infantil: Minhas mãozinhas, quantas utilidades elas têm!** PY e Manaus, AM: Projeto Autismo e Educação, Ed Universitária, 2012.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; SILVA, Diogo Rafael da et al. **Método de portfólios educacionais como ferramenta metodológica e avaliativa na educação superior**. PY e Manaus, AM. Artigo científico. Ed Universitária, 2022.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Inclusão, autismo e educação: o método de portfólios educacionais como estratégia facilitadora no processo de ensino e aprendizagem de crianças.** In: COSTA, Hérika Cristina Oliveira da; PINTO, Thaís Ribeiro Corrêa (org.). **Práticas inclusivas na educação básica**. Itapiranga: Schreiben, 2022. p. 66–80.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; PEREIRA, Alan Ricardo Duarte; IVANICKA, Rebeca Freitas; ROCHA, Bruna Beatriz da (org.). **Educação, tecnologias e inclusão: valorização do aluno e trabalho pedagógico**. **Itapiranga, SC**: Editora Schreiben, 2024. DOI: 10.29327/5169190.

KIUPPIS, Florian. **Why (not) associate the principle of inclusion with disability?** Tracing connections from the start of the Salamanca Process. *International Journal of Inclusive Education*, v. 18, n. 7, p. 746–761, 2014. DOI: **10.1080/13603116.2013.826289**.

MORALES, W. G. B**. Análisis de Prisma como Metodología para Revisión Sistemática: una Aproximación General.** Saúde em Redes, v. 8, n. sup1, p. 339-360, 2022.

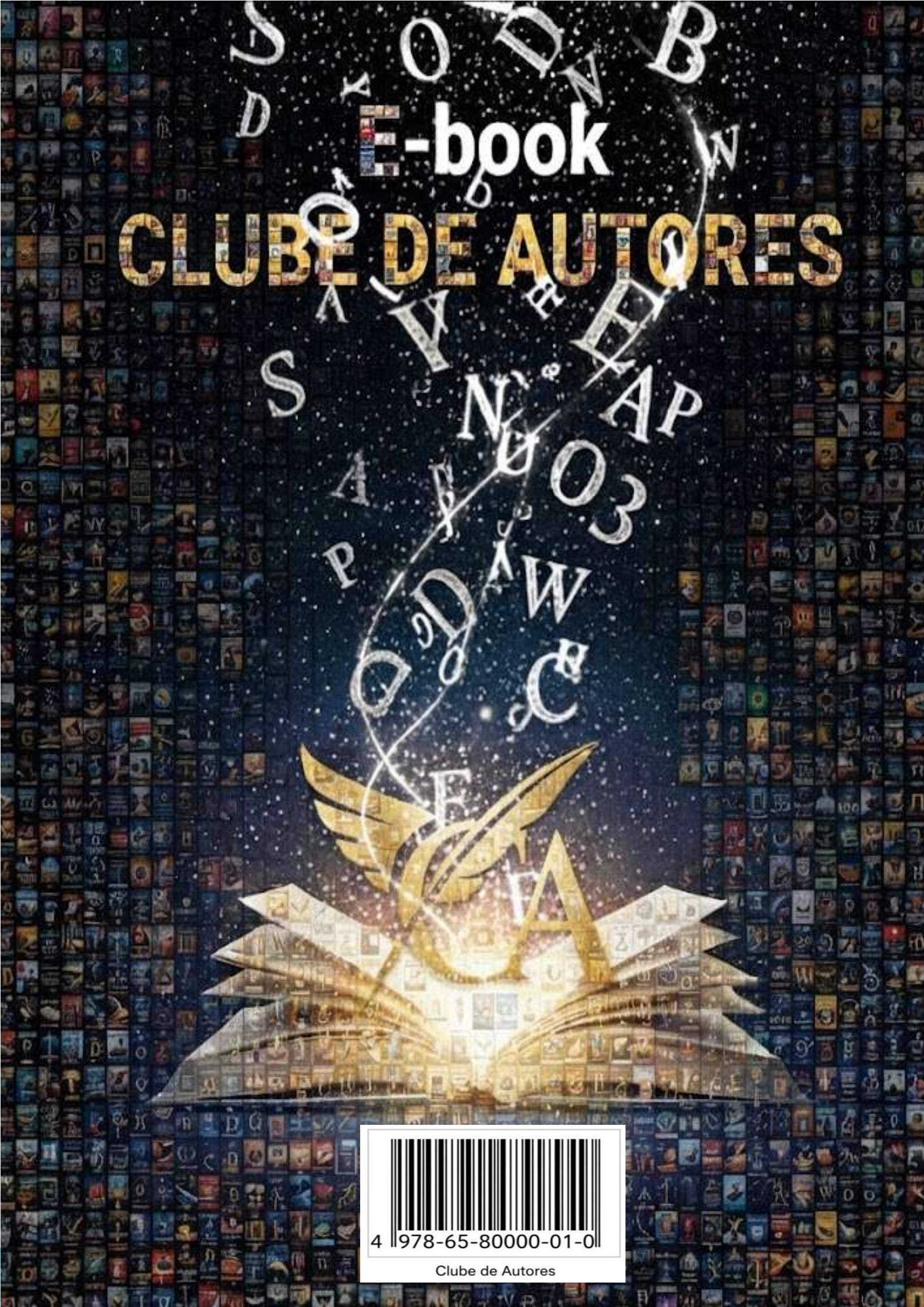
NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. **Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos.** ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York: ONU, 2006.

PAGE, M. J et al. **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews.** BMJ, v. 1, n. 1, p. 1-1, 29 mar. 2021.

SILVA, L. R. C. et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente.** In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Anais. Paraná, 2009. p. 4554-4566.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994.




4 978-65-80000-01-0
Clube de Autores